



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6083/2026-D**

**OBJETO: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA USO NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI) NEONATAL DO COMPLEXO HOSPITALAR IRMÃ DULCE.**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.**

**DATA E HORA DO PREGÃO: 01/07/2026 ÀS 09H30MIN (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA - DF)**

**SESSÃO PÚBLICA: WWW.COMPRAS.GOV.BR**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO.**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM.**

**TIPO DE LICITAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA.**

**UASG DE ATUAÇÃO: 986921 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE - SP**

**PREÂMBULO**

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da **Secretaria de Saúde Pública**, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no **dia 01 de julho de 2026, às 09h30min (horário oficial de Brasília-DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº 986921, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **para locação de equipamentos hospitalares para uso na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal do Complexo Hospitalar Irmã Dulce**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº 7929/2023 ([https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=8152&Acao=busca](https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8152&Acao=busca)), nº 7843/2023 ([https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=8019&Acao=busca](https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8019&Acao=busca)), nº 6238/2017 ([https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=5379&Acao=busca](https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5379&Acao=busca)), nº 6434/2018 ([https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=5671&Acao=busca](https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5671&Acao=busca)) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**ATENÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ITEM 12.1., SOB PENA DE SOFRER A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONFORME PREVISTO NOS ITENS 12.2 A 12.15.**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto da presente Licitação a **locação de equipamentos hospitalares para uso na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal do Complexo Hospitalar Irmã Dulce**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será realizada em grupo único, formados por 13 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**2.1.** As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº.

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	CÓD. APLICAÇÃO	DESPESA
SESAP	10.07.00/10.302.1005.2365/3.3.90.39.12	01 - Municipal	302.00.00	4994

**2.2.** O valor estimado da contratação é de **R\$ 4.482.431,76 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos).**



### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras))

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5.** A licitação não terá itens para a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

**3.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**3.7.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

**3.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.7.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.7.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.7.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

**3.7.11.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

**3.8.** O impedimento de que trata o item **3.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.7.2 e 3.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.11.** O disposto nos itens **3.7.2 e 3.7.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.13.** A vedação de que trata o item **3.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.14.** A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **8.1.1 e 8.10.1** deste Edital.

**4.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.4.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

- 4.4.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.7.1.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.7.2.** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.7.3.** De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.5.** Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6.** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.7.7.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8.** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10.** Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11.** Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8.** A falsidade da declaração de que trata os itens **4.4** ou **4.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



**4.9. A licitante deverá apresentar Declaração de parentesco, conforme modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.**

**4.10.** As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

**4.11.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

**4.12.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

**4.13.** Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

**4.14.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.15.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.16.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.17.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.17.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.17.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.18.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.18.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.18.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.19.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **4.17** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.20.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.21.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**4.22.** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**4.23. Os requisitos de habilitação se encontram no Anexo I – Termo de Referência.**

**5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** Valor unitário ou desconto;

**5.1.2.** Marca/fabricante;

**5.1.3.** Declarar a marca em campo próprio do sistema ao cadastrar a proposta

**5.2.** O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**5.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.9.** O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**5.11.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

**5.12.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

**5.13. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.**

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.





**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote.

**6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

**6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**6.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**6.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**6.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **6.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**6.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.





**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

- 6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.22.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.22.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.22.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 6.22.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - 6.22.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - 6.22.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.22.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.22.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 6.22.2.2.** Empresas brasileiras;
  - 6.22.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 6.22.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
  - 6.22.2.5.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.23.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.23.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
  - 6.23.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**6.23.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.23.4.** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.23.5.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.24.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **3.7** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** SICAF

**b)** Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>);

**c)** Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

**d)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>)

**7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.**

**7.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **3.5.1** e **4.6** deste edital.

**7.6.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.

**7.6.1.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.7.1.** Contiver vício insanável;

**7.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.7.3.** Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;

**7.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável

**7.7.6.** Caso o Termo de Referência conste a obrigatoriedade de declarar marca, o licitante apenas o fizer no momento do envio da proposta.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**7.7.6.1.** Ao encaminhar a proposta com o valor negociado e aceito, não mantenha a mesma marca cadastrada inicialmente no sistema

**7.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.8.1.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.8.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.8.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.9.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**7.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**7.13.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.3.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.4.** Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

**8.4.1.** No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **8.4**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da Administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

**8.5.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.6.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.7.** O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.8.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**8.8.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**8.9.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.9.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

**8.9.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**8.10.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

- 8.10.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.10.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:
- 8.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **8.9.1.**
- 8.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.15.** As Microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:
- a)** Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b)** A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea "a" deste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.
- 8.16.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 9.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: [sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br) ou [licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:licitacao@praiagrande.sp.gov.br).
- 9.2.** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.
- 9.3.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico: [sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br) ou [licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:licitacao@praiagrande.sp.gov.br).
- 9.4.** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

- a)** Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b)** Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.
- 9.5.** Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.6.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.
- 9.7.** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.
- 9.8.** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.
- 9.9.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.10.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 9.11.** As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

- 10.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2.** A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 10.2.1.** Referida Autorização está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 10.2.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 10.3.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 11.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;





**11.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**11.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**12.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

**12.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**12.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra; ou

**12.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**12.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**12.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**12.1.5.** Fraudar a licitação;

**12.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**12.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**12.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**12.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

- 12.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2.** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.
- 12.3.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.3.1.** Advertência;
  - 12.3.2.** Multa;
  - 12.3.3.** Impedimento de licitar e contratar; e
  - 12.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.4.1.** Na natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 12.4.2.** As peculiaridades do caso concreto
  - 12.4.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 12.4.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 12.4.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.5.1.** Para as infrações previstas nos itens **12.1.1., 12.1.2 e 12.1.3.,** a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 12.5.2.** Para as infrações previstas nos itens **12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7 e 12.1.8.,** a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.6.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.7.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1., 12.1.2 e 12.1.3.,** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7 e 12.1.8.,** bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3.,** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.
- 12.11.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis,



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.12.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.13.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.14.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.15.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

**13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**13.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**13.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**13.6.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

**13.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**13.8.** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

**13.9.** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**13.10.** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

**13.11.** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.12.** O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

**13.13.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**13.14.** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.

**13.15.** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

**13.16.** A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irretratável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

**13.17.** As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

**13.18.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>

**13.19.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

**13.20.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

**13.21.** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

**13.22.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**13.23.** O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>.

**13.24.** Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

#### **14. DOS ANEXOS**

**14.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**14.1.1. ANEXO I** - Termo de Referência

**14.1.1.1. 1º Apêndice do Anexo I** - Condições Gerais

**14.1.1.2. 2º Apêndice do Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar

**14.1.2. ANEXO II** – Declaração de parentesco

**14.1.3. ANEXO III** – Planilha Proposta

**14.1.4. ANEXO IV** – Minuta de Termo de Contrato



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

Praia Grande, 10 de junho de 2026.

**JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**  
**Secretário Municipal de Saúde Pública**



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Contratação de empresa para locação de equipamentos hospitalares para uso na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal do Complexo Hospitalar Irmã Dulce, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como nos termos da tabela inserida no **"1º Apêndice do Anexo I – Condições Gerais"**

**1.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

**1.3.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do ETP

**1.4.** O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses prorrogáveis (arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133/21).

**1.5.** O serviço é enquadrado como continuado permitindo amortizar os custos de mobilização, instalação e treinamento das equipes, garantindo preços mais vantajosos conforme demonstrado nas propostas de mercado sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o ETP.

**1.6.** O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

#### 2.1. Contextualização e Objetivo.

A presente contratação visa a implementação e operacionalização da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal do Complexo Hospitalar Irmã Dulce.

A assistência à saúde neonatal é um direito social fundamental (Art. 6º, CF/88) e exige resolutividade imediata, visto que qualquer interrupção na assistência pode acarretar danos irreversíveis ou o óbito de recém-nascidos em estado crítico.

#### 2.2. Justificativa do Modelo de Prestação de Serviço (Locação vs. Aquisição).

Considerando o princípio da Eficiência (Art. 37, CF/88) e a busca pela Efetividade na gestão pública, optou-se pelo modelo de locação de equipamentos médicos em detrimento da aquisição direta, baseando-se nos seguintes pilares:

- Garantia de Disponibilidade e Continuidade (Eficácia): O modelo de locação transfere à contratada a responsabilidade integral pela manutenção preventiva, corretiva e calibração. Isso elimina o risco de ociosidade de leitos por falha técnica, problema recorrente na administração pública devido à morosidade na aquisição de peças de reposição.

- Atualização Tecnológica e Qualidade: Equipamentos neonatais possuem ciclos de obsolescência rápidos. A locação permite o acesso a tecnologias de ponta sem os custos de descarte e nova aquisição (CAPEX), garantindo que o atendimento acompanhe a evolução da medicina intensiva.

- Eficiência Orçamentária: A transformação de um alto investimento inicial (aquisição) em despesas correntes (locação/OPEX) permite uma melhor gestão do fluxo de caixa da unidade, garantindo que os recursos orçamentários sejam aplicados de forma racional e previsível.

#### 2.3. Problema a Ser Resolvido e Resultados Esperados.

Atualmente, o Complexo Hospitalar enfrenta o desafio de prestar serviços com elevado grau de eficiência e com melhor aproveitamento de recursos. A contratação de serviços de locação busca:

- Reduzir o tempo de espera por suporte intensivo neonatal, com imediata substituição do equipamento para manutenção preventiva programada ou corretiva inesperada;

- Apresentação de plano de manutenção preditiva;

- Mitigar riscos assistenciais decorrentes de equipamentos obsoletos ou sem manutenção;





- Aumentar a satisfação do usuário, mensurada pela segurança e continuidade do tratamento;
- Assegurar a economicidade, uma vez que os custos de manutenção, insumos e acessórios, logística e suporte técnico já estão inclusos no valor mensal, evitando gastos imprevistos e processos emergenciais.

#### **2.4. Alinhamento Estratégico.**

A solução proposta não busca apenas o fornecimento de bens, mas a garantia de um resultado assistencial. Como preconiza a doutrina de gestão pública moderna, *"nada mais impróprio para a administração pública do que fazer com eficiência o que simplesmente não precisa ser feito"* (TORRES, 2004). No caso da UTI Neonatal, a necessidade é absoluta e a locação apresenta-se como o meio mais ágil e seguro para atingir a efetividade social pretendida.

**2.5.** A presente contratação está prevista no PCA – Plano Anual de Contratações do Município de Praia Grande SP, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser acessado pelo Link: <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2025>.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1.** A solução consiste na contratação de serviços de locação de parque tecnológico neonatal, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção integral e atualização de 47 (quarenta e sete) equipamentos de alta complexidade. O foco da solução não é o bem material isolado, mas a disponibilidade operacional ininterrupta dos recursos necessários para o funcionamento da UTI Neonatal do Complexo Hospitalar Irmã Dulce.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1. Critérios de sustentabilidade**

**4.1.1.** A contratada deve se responsabilizar pelo descarte final de peças e componentes substituídos (logística reversa), em conformidade com as normas ambientais vigentes, desonerando a administração pública desse processo oneroso

#### **4.2. Da exigência da amostra**

**4.2.1.** Não será exigida apresentação de amostra / protótipo.

#### **4.3. Subcontratação**

**4.3.1.** Não será admitida a subcontratação.

#### **4.4. Garantia da contratação**

**4.4.1.** Não haverá garantia da contratação

#### **4.5. Requisitos Técnicos dos Equipamentos.**

**4.5.1.** Os equipamentos locados deverão ter:

**4.5.1.1.** Certificação: Possuir registro vigente na ANVISA e certificação pelo INMETRO.

**4.5.1.2.** Estado de Conservação: Serem fornecidos em estado de novos ou seminovos, garantindo a modernização tecnológica desejada.

**4.5.1.3.** Tecnologia: Possuir interface intuitiva e alarmes audiovisuais configuráveis para segurança extrema do neonato

#### **4.6. Da contratação**

**4.6.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

**4.6.2.** A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços com a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.



**4.6.3.** Constitui condição para a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços:

**4.6.3.1.** Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

**4.6.3.2.** Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

**4.6.4.** O Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.

**4.6.5.** O Prazo para assinatura do Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**4.6.6.** No ato da assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.

**4.6.7.** A Minuta do Contrato/Ata de Registro de Preços a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

#### **4.7. Da rescisão**

**4.7.1.** O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.7.2.** O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de entrega**

**5.1. Prazo de entrega:** 30 (trinta) dias corridos, em remessa única contados a partir do dia seguinte a data do recebimento da autorização de fornecimento.

**5.2. Endereço de entrega:** Hospital Irmã Dulce, localizado na Rua Dair Borges, 550, Boqueirão, Praia Grande/SP. As entregas deverão ser realizadas em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, em horário comercial entre 08h00 e 16h00, mediante agendamento prévio com a unidade.

- a)** Facultativamente, desde que devidamente justificado, o prazo de entrega do objeto poderá ser prorrogado uma única vez.
- b)** A Autorização de Fornecimento será, preferencialmente, enviada por meio do e-mail disponibilizado pela Fornecedoradora quando da assinatura do contrato.
- c)** Não havendo confirmação de recebimento do e-mail enviado com a Autorização de Fornecimento, a partir de 48 (quarenta e oito) horas da data de envio do mesmo, a Autorização de Fornecimento será considerada recebida para todos os fins legais.
- d)** A Fornecedoradora deve manter o e-mail disponibilizado no ato de assinatura da Ata de Registro de Preços, para a finalidade de envio das Autorizações de Fornecimento. Caso seja necessário alterá-lo o Órgão Gerenciador deverá ser comunicado imediatamente, com confirmação de recebimento.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

- e) Se o Órgão Gerenciador não for comunicado imediatamente da alteração do e-mail ficando impossibilitado de enviar as Autorizações de Fornecimento, será considerado como recusa de recebimento de Autorização de Fornecimento e estará sujeito a penalidades.
- f) A licitante vencedora obrigará-se a entregar os produtos estritamente de acordo com as disposições constantes no edital.
- g) O Órgão Gerenciador poderá recusar os produtos entregues em desacordo com as especificações constantes no edital.

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

**5.3. Manutenção e Suporte (SLA – Service Level Agreement).**

**5.3.1.** Manutenção Corretiva: Atendimento técnico no local em no máximo 24 (vinte e quatro) horas após o chamado.

**5.3.2.** Substituição (Backup): Constatado a impossibilidade de reparos no local, o equipamento deverá ser substituído por outro de igual ou superior tecnologia no mesmo prazo.

**5.3.3.** Manutenção Preventiva: Apresentar cronograma rigoroso de visitas técnicas para calibrações, trocas de kits de desgaste tais como filtros, sensores, membranas, entre outros, sem custos adicionais para o Complexo Hospitalar.

**5.3.4.** Manutenção preditiva: Monitoramento tecnológico durante as visitas técnicas, de forma a identificar sinais para antecipar falhas e garantir a segurança ininterrupta do paciente.

**5.3.5.** Manutenção do estoque mediante uso de todos os insumos ou acessórios necessários ao adequado funcionamento dos equipamentos, quando houver.

**5.4. Treinamento e Capacitação.**

**5.4.1.** A contratada deverá fornecer treinamento técnico-operacional para 100% da equipe assistencial (médicos, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e fisioterapeutas) antes da entrada em operação dos equipamentos.

**5.4.2.** Disponibilizar manuais em português e suporte remoto para dúvidas operacionais.

**5.4.3.** Elaboração, em conjunto com a direção clínica, de uma escala de horários para que os profissionais de saúde possam participar do treinamento técnico-operacional a ser ministrado pela contratada.

**5.5. Logística e Instalação**

**5.5.1.** A contratada será responsável pelo transporte, montagem, instalação física e testes de segurança elétrica no Complexo Hospitalar Irmã Dulce. Os equipamentos devem ser compatíveis com a infraestrutura elétrica e de gases medicinais da unidade.

**5.6. Sustentabilidade e Gestão de Resíduos**

**5.6.1.** A contratada deve se responsabilizar pelo descarte final de peças e componentes substituídos (logística reversa), em conformidade com as normas ambientais vigentes, desonerando a administração pública desse processo oneroso.

**5.7. Insumos Integrados à Contratação (Responsabilidade da Contratada).**

**5.7.1.** Todos os materiais de consumo e acessórios necessários para o funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos pela empresa contratada, incluindo:

**5.7.2.** Circuitos e Interfaces: Circuitos respiratórios neonatais completos, traqueias e sistemas de umidificação.

**5.7.3.** Sensores e Monitoramento: Sensores de oximetria de pulso neonatais, cabos de ECG e sensores de temperatura de pele para as incubadoras e berços aquecidos.

**5.7.4.** Kits de Fototerapia: Lâmpadas ou placas de LED para reposição imediata, garantindo a irradiância necessária.



**5.7.5.** Filtros e Descartáveis: Filtros HME, filtros de ar para incubadoras e demais itens de desgaste rápido.

## **5.8. Gestão de Resíduos Tecnológicos (Logística Reversa).**

**5.8.1.** Ao final da vida útil dos equipamentos ou do encerramento do contrato, a empresa locadora é legalmente responsável pela retirada, desmonte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos eletroeletrônicos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços; o órgão ou entidade **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

**6.6.** A execução do contrato/ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art.117, caput).

**6.6.1.** Consoante Art. 10 do Decreto Municipal nº 7929/2023 as atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato competem ao gestor do contrato, auxiliado pela fiscalização técnica e administrativa, de acordo com as seguintes disposições:

**I** - Gestão da execução do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

**II** - Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de recebimento do pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração;

**III** - fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos dos contratos, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

**6.7.** O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

## **6.8. Sanções e infrações administrativas:**

**6.8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

**6.8.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**6.8.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**6.8.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

**6.8.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**6.8.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

**6.8.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

**6.8.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**6.8.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**6.8.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**6.8.2.1. Advertência,** quando o CONTRATADO/DETENTOR der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**6.8.2.2. Impedimento de licitar e contratar,** quando praticadas as condutas descritas nos subitens "6.8.1.2 a 6.8.1.4.", sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**6.8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar,** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "6.8.1.5 a 6.8.1.8.", bem como nas alíneas "6.7.1.2. a 6.7.1.4.", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**6.8.2.4. Multa:**

**6.8.2.4.1.** Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida do primeiro ao vigésimo dia e **1% (um por cento)** do vigésimo primeiro ao trigésimo dia;

**6.8.2.4.2.** O atraso superior a **30 (trinta)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.8.2.4.3.** Compensatória de **15% (quinze por cento)** sobre o valor total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

**6.8.2.4.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

**6.8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.8.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.8.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

**6.8.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**6.8.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**6.8.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**6.8.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

**6.8.6.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**6.8.6.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**6.8.6.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**6.8.6.4.** Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

**6.8.6.5.** Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**6.8.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

**6.8.8.** A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.8.9.** O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.8.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

**7.1.** A execução será aferida por meio de relatórios técnicos de instalação, testes de funcionamento, validação operacional e aceite da equipe assistencial, bem como acompanhamento contratual pela unidade demandante.

**7.1.1.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.1.1.1.** Não produzir os resultados acordados,

**7.1.1.2.** Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.1.1.3.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.





## **Do recebimento**

**7.2.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, I, "a" da Lei 14.133/21)

**7.2.1.** O prazo acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

**7.2.2.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato/ata de registro de preços mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico

**7.2.3.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**7.3.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.3.1.** O Contratado/Detentor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.3.2.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

**7.3.3.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**7.3.4.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.4.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.5.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.5.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**7.5.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**7.5.3.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**7.5.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.5.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

**7.7.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado/ata de registro de preços, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

**Prazo de pagamento**

**7.9.** O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela licitante vencedora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo dos serviços, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária, conforme segue:

- a) Atestado de execução dos serviços e aprovação pela Unidade Requisitante;
- b) Primeira via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal – Fatura;
- c) Relação dos funcionários;
- d) Comprovantes de pagamento dos salários;
- e) Certidão de regularidade com o FGTS;
- f) Certidão Negativa de débitos trabalhistas;
- g) Certidão Negativa de débitos com a Receita Federal;
- h) Comprovante de quitação dos tributos trabalhistas (pode ser cópia, desde que legível, principalmente as autenticações).
- i) Se os serviços contratados forem prestados por sócios, no respectivo período, estes deverão apresentar declaração, devidamente assinada, de que o fazem nessa qualidade.
- j) A não apresentação das alíneas “c”; “d”; “e”; “f”; “g” e “h” ou da declaração da alínea “i” poderá ensejar a suspensão dos pagamentos.

**7.9.1.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à empresa, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA/IBGE**.

**Forma de pagamento**

**7.9.2.** Ordem bancária, depósito em conta bancária etc.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

**Regime de execução**

**8.2.** O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

**Exigências de habilitação**

**8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

- Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Prova de Inscrição no Cadastro Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social, por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, referente a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda – Procuradoria Geral da Fazenda – Receita Federal do Brasil (Portaria conjunta RFB / PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014).
- Certidão Negativa de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa, emitida pelo Órgão Municipal competente, da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços – ISS;
- Serão aceitas certidões positivas, com efeito, de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de negativa.

**Qualificação econômico-financeira**

- Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**8.4. Será exigida das cooperativas a seguinte documentação complementar:**

**8.4.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**8.4.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**8.4.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

**8.4.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**8.4.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**8.4.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**e)** três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

**f)** ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**8.4.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**8.5.** Será admitida a participação de consórcios de empresas?

**8.5.1.** Não, pois em contratações que não sejam de grande vulto ou de alta complexidade técnica, a participação de consórcios tende - na prática - a diminuir a competitividade na medida em que empresas que poderiam participar isoladamente na licitação, passam a associar-se em consórcio a fim de obter proveito econômico em detrimento da redução da disputa.

**8.6.** Forma de adjudicação:

**8.6.1.** Por Lote. Conforme justificativa no ETP.

**8.7.** Critério de julgamento das propostas:

**8.7.1.** Menor preço por lote.

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O valor global de referência estimado da contratação para o período de 24 meses é de **R\$ 4.482.431,76 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos).**

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos da dotação orçamentária nº:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	CÓD. APLICAÇÃO	DESPESA
<b>SESAP</b>	10.07.00/10.302.1005.2365/3.3.90.39.12	01 - Municipal	302.00.00	4994



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE  
Estado de São Paulo

1º Apêndice do Anexo I – Condições Gerais

AMPLA CONCORRÊNCIA										
Lote	Item	Descrição	Unid. de fornecimento	Tipo de participação	Código catser	Qtd. (a)	Valor unitário estimado (b)	Valor mensal estimado (a x b)	Valor estimado anual	Valor estimado biênio
1	1	<b>Aparelho de Fototerapia Reversa e Refletiva em Led:</b> Equipamento destinado ao alojamento de recém-nascidos em tratamento de hiperbilirrubinemia neonatal, submetendo o paciente à dupla exposição de irradiância concentrada no espectro azul da luz visível. O equipamento deve possuir controles microprocessados de alta eficiência, permitindo o ajuste preciso dos níveis de irradiação, bem como a incorporação de sistemas de monitorização de temperatura e de irradiância. Deve ser fornecido acoplado a carro de transporte. O equipamento deverá ser certificado em conformidade com as normas técnicas vigentes aplicáveis a equipamentos eletromédicos, incluindo, no mínimo, as normas NBR IEC 60601-1 (Prescrições Gerais para Segurança), NBR IEC 60601-2-50 (Prescrições Particulares para Segurança de Equipamentos de Fototerapia), NBR IEC 60601-1-2 (Compatibilidade Eletromagnética), NBR IEC 60601-1-4, NBR IEC 60601-1-6 (Usabilidade), todas em sua terceira edição ou versões posteriores equivalentes. O sistema de fototerapia deverá ser do tipo reverso, com controles microprocessados, composto por um conjunto de no mínimo 17 emissores de LED, com tecnologia de fonte de irradiação no espectro azul, centrada em aproximadamente 455 nm. Os emissores deverão estar dispostos na base de um berço confeccionado em acrílico transparente de qualidade óptica, equipado com colchão de gel onde será alojado o paciente, garantindo	Unidade	Ampla concorrência	20222	01	R\$ 1.878,55	R\$ 1.878,55	R\$ 22.542,60	R\$ 45.085,20



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	<p>alta irradiância tanto na região central quanto nas extremidades da área focada. O leito deverá promover contenção segura do recém-nascido, permitindo visualização constante do paciente. O equipamento deverá apresentar atenuação dos raios infravermelho e ultravioleta, eliminando a necessidade de utilização de filtros adicionais. O colchão deverá ser moldado e vulcanizado, fornecendo maciez adequada para o período de tratamento, com capa protetora transparente, permitindo distribuição uniforme do peso e do calor armazenado, sem conter líquido em seu interior, evitando deformações excessivas e riscos de sufocamento ou afogamento. O colchão deverá possuir concavidade oval, proporcionando maior conforto ao recém-nascido e facilitando o posicionamento adequado para otimização do tratamento. A luz deverá atingir diretamente a pele do paciente através do colchão, proveniente dos emissores localizados logo abaixo deste, sob uma superfície de acrílico situada na base do berço. Para aumento da eficácia terapêutica, o equipamento deverá reaproveitar a luz periférica por meio da sobreposição, na abertura superior do leito, de uma lâmina arqueada de acrílico com superfície interna refletora, redirecionando a luz para o paciente, garantindo alta irradiância em todas as direções, independentemente da movimentação do recém-nascido no leito. O equipamento deverá permitir ajuste da intensidade de irradiação conforme a dose terapêutica inicial indicada para o recém-nascido, bem como variações ao longo do tratamento, atendendo aos protocolos médicos atuais, possibilitando redução gradual da dosagem de irradiância e acompanhamento para diminuição da incidência de efeito rebote. O ajuste deverá ocorrer de 0% a 100%, em intervalos de 10%. A irradiância média emitida na faixa do azul deverá ser</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	<p>de aproximadamente <math>47 \mu\text{W}/\text{cm}^2 \cdot \text{nm}</math>, com tolerância de <math>\pm 25\%</math>, medida na região central do colchão. O equipamento deverá possuir display alfanumérico com retro-iluminação para indicação de todos os parâmetros operacionais, bem como teclado em membrana de toque suave, facilitando os procedimentos de limpeza e desinfecção. Os comandos deverão ser intuitivos, com teclas destinadas à navegação em menus, ajuste de parâmetros e seleção de funções. Os controles microprocessados deverão permitir múltiplas funções, incluindo calendário, relógio, registro do tempo total de utilização da fonte emissora, tempo de tratamento, níveis de potência e seleção de idioma. Deverá permitir, opcionalmente, a conexão de sensor de engate rápido para monitorização da temperatura da pele e sensor de engate rápido para monitorização dos níveis de radiação aplicada, expressos em <math>\mu\text{W}/\text{cm}^2 \cdot \text{nm}</math>, com visualização direta no display do equipamento. A vida útil média estimada do módulo da fonte emissora deverá ser de, no mínimo, 50.000 horas. A elevação da temperatura corporal do paciente não deverá exceder <math>1,5^\circ\text{C}</math>, considerando ambiente a <math>25^\circ\text{C}</math>. O equipamento deverá possuir saída de comunicação RS232 para conexão com impressora ou computador. Deverá contar com sistema de proteção contra superaquecimento do módulo emissor, com dissipação do calor gerado por meio de micro ventiladores, bem como dispositivo de segurança que provoque o desligamento automático do equipamento em caso de excesso de temperatura, retomando o funcionamento apenas após o restabelecimento das condições seguras. O equipamento deverá ser totalmente desmontável, facilitando a limpeza e a substituição dos emissores. O conjunto deverá ser acoplado a carro de transporte confeccionado em chapa de aço, com acabamento em</p>								
--	---	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	<p>pintura epóxi texturizada, montado sobre pedestal com rodízios giratórios de aproximadamente quatro polegadas de diâmetro, todos providos de freio. Deverá possuir alça para transporte, suporte para sondas de monitorização e cesto aramado acoplado para acondicionamento de materiais ou medicamentos utilizados com o recém-nascido, com a possibilidade de inclusão de kit opcional contendo uma ou duas gavetas. As dimensões aproximadas do conjunto, incluindo o carro de transporte, deverão ser de 46,8 cm de largura, 83,8 cm de comprimento e 120,0 cm de altura. O peso deverá ser de aproximadamente 31,9 kg (líquido) e 33,9 kg (embalado). O equipamento deverá possuir classe de isolamento I, parte aplicada tipo BF e grau de proteção contra penetração de água IPX4. O nível de ruído, em ambiente inferior a 45 dBA, não deverá exceder 52 dBA. Deverá possuir chave liga/desliga, operar em frequência de 50/60 Hz, potência total aproximada de 125 W e alimentação elétrica bivolt automática (110–240 V AC). O equipamento deverá possuir registro válido junto à ANVISA. Deverá acompanhar, para cada unidade fornecida, gaveteiro com duas gavetas pequenas para o carro de transporte. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.</p>								
2	<p><b>Aparelho de Fototerapia Neonatal LED com pedestal de Alta Eficiência:</b> Para uso em beira de leito, no tratamento de hiperbilirrubina em pacientes neonatais, com configuração microprocessada e seguintes características técnicas: O equipamento deve possuir pedestal e braço articulável de modo a garantir sua sustentabilidade para uso em incubadoras, berços</p>	Unidade			09	R\$ 840,03	R\$ 7.560,27	R\$ 90.723,24	R\$ 181.446,48



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>aquecidos e berços de acrílico; O equipamento deve possuir configuração em haste móvel e base sobre rodízios. A iluminação e distribuição de luz para o paciente deve utilizar fonte de irradiação a partir de dispositivos LED (diodo emissor de luz) e essa emissão deve ocorrer no espectro azul de luz visível; Espectro este focado em pelo menos 450 nm (nanômetros); O conjunto emissor deve ser constituído de tal forma que possa ser facilmente removível para manutenção ou troca; Os dispositivos LED devem ser construídos de tal modo que a vida média do conjunto emissor não seja inferior a 50.000 h (cinquenta mil horas); Intensidade média no centro do foco luminoso a 30cm de distância, com pelo menos: 30 <math>\mu\text{W}/\text{cm}^2\cdot\text{nm}</math>; Área mínima irradiada efetiva de 420 x 300 mm a distância/altura de 50cm da fonte em relação ao paciente; Ruído: menor que 50 dB(A); O equipamento deve dispor de display alfanumérico, teclado e controle microprocessado para fácil acesso a diversas funções com toda a interface em português do Brasil. O equipamento deve dispor de controles que permitam ajuste da irradiância emitida entre 0 e 100%, com possibilidade ajuste de pelo menos 10%, conforme recomendação médica de tratamento para cada paciente; deve dispor ainda de controle para totalização de horas para a fonte emissora. Deve dispor ainda de relógio e data; Sistema de proteção contra alta temperatura do módulo fonte; Memorização das irradiações medidas manual ou automaticamente para emissão de relatório; Saída para impressora ou computador via porta USB; Haste com rodízios construída em chapa de aço com pintura pó eletrostático; Movimentos de rotação, inclinação variável e ajuste de altura. No mínimo 15 LEDs com alta intensidade de radiação no espectro azul. Possuir iluminação por LEDs brancos de alta potência para</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	auxílio no cuidado do paciente durante os exames clínicos, os quais quando acionados, devem desligar os LEDs azuis e a terapia deve ser pausada/suspensa. Alimentação 220V- 60 Hz ou bivolt automático. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.								
3	<b>Aparelho portátil digital para medição da irradiância:</b> Irradiômetro composto de monitor portátil para medições da irradiância em aparelhos de fototerapia neonatal com bateria de 9V. Portátil. Peso aproximado máximo de 200 g. Foto detecção da luz na faixa azul do espectro visível, fluorescente e halógena. Display em cristal líquido (LCD). Faixa de leitura mínima de 0,0 a 99,9 $\mu\text{W}/\text{cm}.\text{nm}$ , com resolução 0,1 $\mu\text{W}/\text{cm}.\text{nm}$ . Bateria 9V recarregável. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia de 12 meses com assistência técnica.	Unidade			01	R\$ 493,92	R\$ 493,92	R\$ 5.927,04	R\$ 11.854,08
4	<b>Berço Aquecido Cuidados Intensivos:</b> O Berço aquecido deverá permitir diversas configurações construtivas de forma modular, proporcionado a adequação preconizada para viabilizar os protocolos assistenciais, desde os mais simples até os mais sofisticados, adotados nos diferentes ambientes dentro do hospital, seja na UTI Neonatal, sala de parto, parto humanizado, observação, cirurgia, pós-cirúrgico, de forma a atender o recém-nascido durante os procedimentos especiais nos primeiros minutos de vida ou para tratamento mais prolongado quando necessário. Deve ter sistema irradiante de calor por	Unidade			04	R\$ 1.292,91	R\$ 5.171,64	R\$ 62.059,68	R\$ 124.119,36



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>elemento aquecedor construído com material do tipo fio de níquel-cromo em tubo especial de quartzo disposto no módulo refletor, na parte superior, com aletas direcionadoras que propiciam calor homogêneo em toda a área do colchão, sem prejuízo do acesso ao paciente, e com calha protetora do elemento de quartzo, deve permitir giro bilateral do irradiador no plano horizontal (180°) para permitir acesso externo ao leito o cassete de raiosX sem a necessidade de se remover o paciente e sem a necessidade de abaixar as abas de acrílico para colocação do cassete, deve possuir alarme automático de informação de refletor deslocado, no painel do berço e desligamento automático do aquecimento, deve ter sensor de temperatura do ar ambiente localizado na região posterior do poste e com indicação da leitura no painel do equipamento, leito do paciente deve ser tipo mesa, amplo, construído em material radiotransparente, deve ter bandeja de alojamento para o cassete radiográfico tipo, podendo ser posicionado através de coordenadas cartesianas; deve permitir ajustes continuo e suave de movimentos elétricos ou manual para posicionamento do paciente nas posições Horizontal, Trendelenburg e Proclive, através de acionamento elétrico do leito ou manual; Painel em LEDs de alto resolução, deve ter sistema de contenção do paciente por lâminas de acrílico com mínimo 18cm de altura e movimentos rebatíveis de acionamento por ação rápida, ideal nos procedimentos de emergência; Deve ter colchão de memória com dimensões mínimas de 45x60cm adequada ao RN, coberto com capa em PVC fechada, todos os materiais devem ser atóxicos e antialérgicos, proporcionando maior conforto e maciez ao paciente. Móvel construído em tubos de aço pintado em tinta epóxi texturizado, concepção modular para adaptação de acessórios opcionais, com grande</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>estabilidade e mobilidade através de quatro rodas giratórias de 5" de diâmetro, todas com freios, equipado com 01 prateleira giratória, com capacidade de 10kg, chave geral de segurança, na parte lateral, com fusível de proteção e com indicador luminoso de acionamento, stand by, no painel de controle; Monitora a temperatura do paciente T1 e indicação no painel da temperatura. Deve possibilitar controle da intensidade de calor do módulo refletor por sistema servocontrolado, através de sensor ligado ao R.N "T1", também operando no modo manual, sem o sensor. Neste caso, controla a quantidade de calor suficiente para estabilizar a temperatura do paciente; Deve ter comutação automática de modo manual para servo e vice-versa comandada pela operação do sensor de pele; display deve ser de alta resolução, permitindo fácil leitura, inclusive para ambientes com pouca luminosidade, para indicação da temperatura da pele, com faixa de controle de 25,0°C a 38,0°C, resolução de 0,1°C e precisão termostática de controle de +/- 0,2°C; acompanha: Sensor de temperatura de pele, deve ter sistema de auto teste de todas as funções, alarmes audiovisuais, intermitentes para visualização à distância, através de LED vermelho no painel, permanecendo ligado sempre que houver um alarme ativo, alarme para falha na resistência de aquecimento, baixa temperatura, deve possuir relógio de apagar com indicação e alarme sonoro no tempo ajustado pelo operador, indicação do tempo em minutos/segundos; tecla para iniciar a contagem e parar a mesma quando necessário; Equipamento deve ser certificado de acordo com as normas NBR IEC 60601-1(segurança elétrica), NBR IEC 60601-2-21 (segurança em berços aquecidos) e NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética). Garantia mínima de 12 meses no local de</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--





# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica.								
5	<b>Berço Aquecido Cuidados Intensivos c/ Fototerapia LED Integrada:</b> Este Berço aquecido deverá permitir diversas configurações construtivas de forma modular, proporcionado a adequação preconizada para viabilizar os protocolos assistenciais, desde os mais simples até os mais sofisticados, adotados nos diferentes ambientes dentro do hospital, seja na UTI Neonatal, sala de parto, parto humanizado, observação, cirurgia, pós-cirúrgico, de forma a atender o recém-nascido durante os procedimentos especiais nos primeiros minutos de vida ou para tratamento mais prolongado quando necessário. Deve ter sistema irradiante de calor por elemento aquecedor construído com fio de níquel-cromo em tubo especial de quartzo disposto no módulo refletor, na parte superior, com aletas direcionadoras que propiciam calor homogêneo em toda a área do colchão, sem prejuízo do acesso ao paciente, e com calha protetora do elemento de quartzo, deve permitir giro bilateral do irradiador no plano horizontal (180º) para permitir acesso externo ao leito o cassete de raio-x sem a necessidade de se remover o paciente e sem a necessidade de abaixar as abas de acrílico para colocação do cassete, deve possuir alarme automático de informação de refletor deslocado, no painel do berço e desligamento automático do aquecimento, deve ter sensor de temperatura do ar ambiente localizado na região posterior do poste e com indicação da leitura no painel do equipamento, leito do paciente deve ser tipo mesa, amplo, construído em material radiotransparente, deve ter bandeja de alojamento para o cassete radiográfico tipo, podendo	Unidade			10	R\$ 2.134,61	R\$ 21.346,10	R\$ 256.153,20	R\$ 512.306,40



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>ser posicionado através de coordenadas cartesianas; deve permitir ajustes contínuo e suave de movimentos elétricos ou manual para posicionamento do paciente nas posições Horizontal, Trendelenburg e Proclive, através de acionamento elétrico do leito ou manual, com retorno automático Painel em LEDs de alta resolução, deve ter sistema de contenção do paciente por lâminas de acrílico com mínimo 18cm de altura e movimentos rebatíveis de acionamento por ação rápida, ideal nos procedimentos de emergência; deve ter 04 passadores flexíveis para circuitos de respiradores, drenos, cateteres e sondas; Porta-cartão de identificação do paciente; Deve ter colchão de memória com dimensões mínimas de 45x60cm adequada ao RN, coberto com capa em PVC fechada, todos os materiais devem ser atóxicos e antialérgicos, proporcionando maior conforto e maciez ao paciente. Móvel construído em tubos de aço pintado em tinta epóxi texturizado, concepção modular para adaptação de acessórios opcionais, com grande estabilidade e mobilidade através de quatro rodas giratórias de 5" de diâmetro, todas com freios, banda larga e para-choque, deve possibilitar o posicionamento do operador pelos três lados de uso sem limitar o acesso dos pés, deve conter 02 puxadores para transporte do berço e um enrolador de fio, equipado com 01 prateleira giratória, com capacidade de 10kg, chave geral de segurança, na parte lateral, com fusível de proteção e com indicador luminoso de acionamento, stand by, no painel de controle; Deve ter instruções de uso mais importantes e advertências são indicadas no corpo do aparelho. Módulo controlador deve ser de fácil acesso para manutenção e calibração, alojando todos os seus componentes em caixa tipo monobloco. Monitora a temperatura do paciente T1 e indicação no painel da temperatura auxiliar e ou periférica T2 possibilidade da</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>indicação no painel da temperatura auxiliar T2, que poder ser requisitado. Deve possibilitar controle da intensidade de calor do módulo refletor por sistema servocontrolado, através de sensor ligado ao R.N "T1", também operando no modo manual, sem o sensor. Neste caso, controla a quantidade de calor suficiente para estabilizar a temperatura do paciente; Deve ter comutação automática de modo manual para servo e vice-versa comandada pela operação do sensor de pele; display deve ser de alta resolução, permitindo fácil leitura, inclusive para ambientes com pouca luminosidade, para indicação da temperatura da pele, com faixa de controle de 25,0°C a 38,0°C, resolução de 0,1°C e precisão termostática de controle de +/- 0,2°C; acompanha: Sensor de temperatura de pele, deve ter sistema de auto teste de todas as funções, alarmes audiovisuais, intermitentes para visualização à distância, através de LED vermelho no painel, permanecendo ligado sempre que houver um alarme ativo, alarme para falha na resistência de aquecimento, baixa temperatura, deve possuir relógio de apagar com indicação e alarme sonoro no tempo ajustado pelo operador, indicação do tempo em minutos/segundos; tecla para iniciar a contagem e parar a mesma quando necessário; Módulo de fototerapia LED reversa, para tratamento de hiperbilirrubina em pacientes neonatais, com configuração microprocessada. Possuir no mínimo 12 LEDs azuis de alta intensidade. Possuir ajuste de potência da radiação e Área mínima irradiada efetiva de 25 x 25 cm Deverá acompanhar para cada equipamento 2 colchões de gel. Deve ter iluminação auxiliar por lâmpadas de LEDs brancos para exames noturnos e outros procedimentos. Equipamento deve ser certificado de acordo com as normas NBR IEC 60601-1(segurança elétrica), NBR IEC 60601-2-21 (segurança em berços</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	aquecidos) e NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética). Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica.								
6	<b>CPAP Neonatal com Umidificador:</b> Sistema não invasivo de pressão positiva nas vias aéreas (CPAP), destinado ao tratamento e à profilaxia das afecções respiratórias em recém-nascidos e lactentes, indicado para uso no desmame da ventilação mecânica. O sistema deverá permitir fluxo contínuo de mistura de ar comprimido e oxigênio, com aquecimento e umidificação dos gases, e controle da pressão por meio de coluna d'água com borbulhamento. O equipamento deverá apresentar fácil integração dos seus componentes, assegurando ao usuário controle preciso de todos os parâmetros operacionais. O circuito respiratório deverá ser composto por ramos inspiratório e expiratório com comprimento aproximado de 1,10 m cada, além de um ramo complementar com aproximadamente 35 cm de comprimento. O volume compressível do circuito deverá ser de aproximadamente 149 ml no ramo inspiratório e 101 ml no ramo expiratório, com conectores de 22 mm. O sistema deverá possuir frasco de borbulhamento com volume aproximado de 690 ml, graduado de 1 a 10 cm, capaz de fornecer pressão positiva de acordo com o nível de água inserido, com regulagem da pressão realizada por régua graduada conectada ao circuito do paciente e inserida no recipiente. Deverá acompanhar suporte suspenso com ganchos para fixação da bolsa de água destinada à alimentação do reservatório do umidificador. Deverá dispor de alarmes audiovisuais para falta de energia elétrica, desconexão do sensor de	Unidade			04	R\$ 3.429,44	R\$ 13.717,76	R\$ 164.613,12	R\$ 329.226,24



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>temperatura, alta temperatura no sistema e baixo volume de água no umidificador. O equipamento deverá atender à norma ABNT NBR 13534, referente a instalações elétricas em estabelecimentos assistenciais de saúde, bem como ser certificado em conformidade com as normas NBR IEC 60601-1 (Prescrições Gerais para Segurança) e NBR IEC 60601-1-2 (Compatibilidade Eletromagnética). O equipamento deverá ser classificado como de uso médico-hospitalar, destinado exclusivamente à utilização por profissionais habilitados e sob monitorização frequente. As dimensões aproximadas do conjunto deverão ser de 45,0 cm de largura, 57,0 cm de profundidade e 160,0 cm de altura. O fornecimento deverá incluir cabo de alimentação elétrica, conectores e kit completo de CPAP nasal tamanho "0". O equipamento deverá possuir registro válido junto à ANVISA. O conjunto deverá ser montado sobre base confeccionada em material plástico de alto impacto, do tipo pedestal, apoiado sobre quatro rodízios giratórios de aproximadamente 3 polegadas de diâmetro, permitindo deslocamento e posicionamento adequados, bem como possibilidade de preparação para instalação em incubadoras e berços aquecidos. O sistema deverá permitir controle da fração inspirada de oxigênio (FiO<sub>2</sub>) de 21% a 100%, por meio de misturador de gases do tipo blender, equipado com fluxômetro de saída. A mistura gasosa deverá ser aquecida e umidificada por umidificador aquecido dotado de display LCD colorido para indicação dos parâmetros, controles eletrônicos microprocessados, teclas para visualização das temperaturas, seleção de modo invasivo ou não invasivo e função para silenciamento de alarmes. O umidificador deverá possuir sistema de monitoramento duplo de temperatura, com sensores posicionados de forma proximal e distal, incluindo sensor próximo ao</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	<p>paciente e junto ao ramo inspiratório, permitindo controle e monitorização contínua da temperatura no display, com indicação da temperatura entregue ao paciente e da temperatura de saída da câmara de água. Deverá indicar as condições de equipamento ligado e em aquecimento, bem como permitir a utilização de circuito aquecido. Deverá dispor de alarmes audiovisuais apresentados no display, com possibilidade de utilização de câmara de água descartável ou reutilizável. O ajuste de temperatura no modo invasivo deverá variar de 35 °C a 40 °C, com exatidão de <math>\pm 2</math> °C, e no modo não invasivo de 30 °C a 37 °C, com exatidão de <math>\pm 2</math> °C. O fluxo de trabalho no modo invasivo deverá ser de até 60 L/min e, no modo não invasivo, de até 120 L/min. O sistema deverá possuir válvulas reguladoras de pressão independentes para oxigênio e ar comprimido, equipadas com manômetros para auxiliar na regulação da pressão da rede, protegendo o circuito do paciente contra pressões excessivas. Deverá contar com válvula de alívio de pressão limitada a aproximadamente 17 cmH<sub>2</sub>O a 8 L/min, dotada de conector de entrada de 22 mm, conector de saída de 15 mm, porta Luer de 15 mm e porta fêmea de 15 mm para conexão de analisador de oxigênio. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.</p>							
7	<p><b>Incubadora Neonatal:</b> Deverá a incubadora proporcionar um ambiente termoneutro essencial para o tratamento de recém-nascidos prematuros, sendo indispensável sua utilização para pacientes neonatais, capaz de proporcionar microclima de elevada estabilidade térmica e uniformidade em toda a área do colchão. O equipamento deverá permitir o tratamento e</p>	Unidade		10	R\$ 5.098,06	R\$ 50.980,60	R\$ 611.767,20	R\$ 1.223.534,40





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>a monitorização contínua do recém-nascido diretamente no leito, com mínimo manuseio, operando em ambientes de baixa luminosidade e reduzido nível de ruído sonoro, atendendo às técnicas mais modernas de incubação de prematuros críticos, com ampla visibilidade do paciente e de seus parâmetros clínicos. A incubadora deverá operar de forma extremamente silenciosa, de modo a reduzir estímulos nocivos ao paciente, dispondo de função de alta umidade relativa do ar, com servocontrole de temperatura, bem como possibilidade de servocontrole opcional da concentração de oxigênio, monitorização por oximetria de pulso de alta precisão, inclusive para condições de baixa perfusão, balança incorporada ao leito radiotransparente e painel de controle elevado e giratório, que concentre todas as opções de ajuste e monitorização. O sistema deverá apresentar menus interativos, com representação gráfica das funções de tratamento e diagnóstico. O equipamento deverá ser certificado em conformidade com as normas NBR IEC 60601-1 (Segurança Geral para Equipamentos Eletromédicos), NBR IEC 60601-2-19 (Requisitos Particulares para Segurança de Incubadoras para Recém-Nascidos), NBR IEC 60601-1-2 (Compatibilidade Eletromagnética), NBR IEC 60601-2-49 (Requisitos para Equipamentos Multifuncionais de Monitorização de Pacientes), NBR IEC 60601-1-6 (Usabilidade) e NBR IEC 60601-1-8 (Requisitos Gerais de Alarmes), estando em conformidade com a 3ª edição da série IEC 60601 e possuindo marcação CE. A cúpula deverá ser ampla e ergonômica, confeccionada em acrílico de elevada qualidade óptica, com paredes duplas nas partes frontal, posterior e superior, com a finalidade de reduzir a perda de calor por irradiação, especialmente em recém-nascidos críticos. As paredes internas deverão ser</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>removíveis manualmente, facilitando a limpeza. Deverá possuir portas de acesso frontal e posterior, rebatíveis em toda a extensão, permitindo a atuação simultânea de dois operadores e reduzindo a necessidade de deslocamento do paciente em procedimentos críticos. Deverá dispor de, no mínimo, oito passa-tubos distribuídos nos quatro cantos da cúpula, garantindo posicionamento adequado de cabos e circuitos, evitando dobras, desconexões e desconforto ao paciente. Deverá contar ainda com, no mínimo, cinco portinholas ovais com guarnição atóxica e punhos elásticos, além de porta tipo íris na cabeceira, destinada à passagem e posicionamento de circuitos respiratórios, facilitando manobras de intubação sem alteração das condições ambientais internas. O leito deverá ser amplo, deslizante e radiotransparente, confeccionado em material plástico atóxico, com trava de segurança e sistema contínuo e suave de ajuste manual de inclinação de aproximadamente <math>\pm 12^\circ</math>, permitindo posições de Trendelenburg, proclive e horizontais alta e baixa. Deverá possuir gaveta para chassi radiográfico, evitando o contato do paciente com superfícies frias durante exames de raios-X. O colchão deverá apresentar densidade adequada ao conforto do paciente, com espuma e capa impermeável, confeccionados em materiais atóxicos, autoextinguíveis, de fácil limpeza e desinfecção, com dimensões aproximadas de 34 x 63 cm. A base deverá ser totalmente constituída de material plástico de engenharia, não ferroso, lavável e resistente à desinfecção química, sem cantos vivos em sua estrutura interna, facilitando a higienização, contribuindo para a manutenção da temperatura e proporcionando baixo consumo de energia. A incubadora deverá ser desmontável para limpeza e desinfecção, inclusive em suas partes internas, como</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>ventoinha e sistema de aquecimento, os quais deverão permitir retirada e limpeza por imersão em solução desinfetante. A cúpula deverá ser rebatível, com trava de segurança para sustentação em posição aberta. A unidade de controle deverá possuir painel elevado e giratório, com display de aproximadamente 5,5 polegadas, permitindo visualização e operação a partir da posição mais conveniente ao operador. Os controles deverão ser intuitivos, com identificação clara dos comandos e dados registrados. O sistema deverá permitir apresentação gráfica ajustável em períodos de 4, 8 e 24 horas para temperatura do ar, temperatura da pele, concentração de oxigênio, umidade relativa, potência de aquecimento e ganho de peso do paciente, com memória mínima de 8 dias, conforme a disponibilidade dos módulos instalados. Deverá permitir identificação digital do paciente, registro de dados clínicos e controle de manutenção preventiva, com emissão de advertências, além de possibilitar a programação do idioma do display em português, inglês e espanhol. O equipamento deverá contar com teclas auxiliares para seleção de modo de operação, silenciamento de alarmes, desbloqueio para temperaturas superiores a 37°C e acesso ao menu principal. Deverá acompanhar haste com prateleira giratória incorporada, haste para bomba de infusão, sensor de temperatura de pele com conexão tipo DIN e sensor de umidade. Deverá possuir entrada para sensor auxiliar opcional, permitindo a monitorização numérica e gráfica da temperatura periférica do paciente, bem como possibilitar a monitorização do recém-nascido fora da incubadora, pelo método Mãe Canguru. O sistema deverá dispor de autoteste automático de todas as funções, travamento de teclado e saída de comunicação RS-232. O ajuste de temperatura deverá possuir</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>resolução mínima de 0,1°C, operando, no modo ar, entre 20,0°C e 37,0°C, e, no modo pele, entre 34,0°C e 38,0°C, permitindo procedimentos com temperaturas especiais acima desses limites, conforme normas técnicas, com sinalização visual específica. Deverá dispor de alarmes audiovisuais programáveis e fixos para condições de hipotermia, hipertermia, falhas de energia, falhas de sensores, falhas de aquecimento, falhas de ventilação, deslocamento de sensores, alta umidade, falta de água e demais situações críticas, com alimentação por bateria recarregável para alarmes em caso de interrupção do fornecimento elétrico. O sistema deverá apresentar precisão termostática mínima de <math>\pm 0,2^\circ\text{C}</math>, desligamento automático em caso de alta temperatura, sistema redundante de segurança, indicação da potência proporcional do aquecedor, registro de data, horário e tempo de uso, além de retenção em memória dos parâmetros programados em caso de falta de energia. A incubadora deverá dispor de sistema programável de umidade servoativa, ajustável aproximadamente entre 30% e 95%, com incrementos de 1%, integrado ao sistema de aquecimento, garantindo ambiente estável e distribuição uniforme do calor, minimizando perdas térmicas por evaporação e distúrbios hidroeletrolíticos em prematuros. O sistema de umidificação deverá ser autônomo, sem necessidade de injeção externa de gás, com reservatório de água removível, autoclavável, com capacidade mínima para 24 horas de operação em alta umidade. O controle de temperatura, umidade e concentração de oxigênio deverá ocorrer por meio de sistema de circulação forçada de ar, com aspiração de ar ambiente microfiltrado, aquecimento, umidificação e enriquecimento com oxigênio, garantindo distribuição homogênea e evitando acúmulo de dióxido de carbono</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	no interior da cúpula. O aquecedor deverá ser do tipo antipirólítico, com resistência de grande superfície e elevada durabilidade, prevenindo reações químicas indesejáveis com substâncias voláteis. O nível de ruído interno deverá ser reduzido, inferior a aproximadamente 53 dBA, com motor e ventilador balanceados, de modo a minimizar interferências durante a auscultação do recém-nascido. As entradas de ar e oxigênio deverão possuir filtros independentes, capazes de reter partículas superiores a 0,5 micron. O sistema deverá permitir concentrações elevadas de oxigênio com baixo fluxo, com válvula de segurança que, em caso de interrupção do fornecimento de oxigênio, forneça automaticamente ar ambiente microfiltrado, prevenindo o acúmulo de CO2. Todos os materiais utilizados deverão ser não ferrosos, anticorrosivos, atóxicos, antialérgicos, isentos de chumbo ou componentes nocivos, sem exalação de odores prejudiciais. O equipamento deverá possuir potência de entrada aproximada de 500 W, alimentação elétrica em 127 V ou 220 V, frequência de 50/60 Hz, classe de isolamento I, parte aplicada tipo BF, proteção contra penetração de água IPX4, não sendo adequado para atmosferas explosivas. Deverá apresentar velocidade do ar sobre o colchão inferior a 0,5 m/s, concentração máxima de CO2 inferior a 0,4% e possuir registro válido junto à ANVISA. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia de 12 meses com assistência técnica na região metropolitana.								
8	<b>Incubadora Neonatal de Transporte:</b> A incubadora de transporte deverá proporcionar isolamento térmico adequado, controle uniforme de temperatura, umidade e concentração de oxigênio no interior da cúpula, dentro	Unidade			03	R\$ 4.402,09	R\$ 13.206,27	R\$ 158.475,24	R\$ 316.950,48



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>de parâmetros normatizados, garantindo a remoção e o transporte do paciente de forma segura, contínua e eficiente. O equipamento deverá ser certificado em conformidade com as normas NBR IEC 60601-1 (Equipamentos Eletromédicos – Prescrições Gerais para Segurança), NBR IEC 60601-2-20 (Prescrições Particulares para Segurança de Incubadoras de Transporte), NBR IEC 60601-1-2 (Compatibilidade Eletromagnética), NBR IEC 60601-1-8 (Requisitos Gerais para Segurança e Desempenho) e NBR IEC 60601-1-6 (Usabilidade), bem como atender às normas internacionais aplicáveis relativas à descarga eletrostática, suscetibilidade radiada emissões conduzidas e radiadas e imunidade a transientes elétricos rápidos. Deverá possuir câmara de isolamento com cúpula de paredes duplas em toda a sua superfície, destinada à redução das perdas de calor por irradiação, confeccionada integralmente em acrílico transparente de elevada qualidade óptica, permitindo total visualização do paciente. A base deverá ser fabricada em material plástico leve, de alta resistência e fácil higienização. O equipamento deverá dispor de portas de acesso frontal e posterior, ambas com paredes duplas e ampla abertura, contendo, no mínimo, quatro portinholas com dispositivos de abertura e fechamento por desengate rápido, acionáveis por toque de cotovelo, dotadas de punhos elásticos e guarnições de material atóxico e lavável. Deverá possuir ainda porta de acesso lateral que permita a movimentação do leito do paciente, possibilitando sua extração parcial para manobras de intubação, mantendo a proteção da cúpula sobre o corpo, por meio de trilhos com trava de segurança. Esta porta deverá contar com portinhola tipo íris, com sistema duplo de abafadores de ar em silicone, destinada à passagem de tubos e acesso cranial. Todas</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>as portas de acesso e a cúpula deverão ser vedadas com guarnições de material atóxico, garantindo o adequado isolamento e a manutenção de leve pressão positiva no interior da câmara. A cúpula deverá dispor de, no mínimo, quatro entradas flexíveis para passagem de cabos e sondas, sem oclusão. Todo o conjunto deverá ser facilmente desmontável para limpeza e assepsia, inclusive a base superior, por meio de travas de engate rápido. O sistema deverá contar com circulação forçada de ar, assegurando a uniformização interna da temperatura e evitando o acúmulo de dióxido de carbono na câmara de isolamento. O ar admitido deverá ser microfiltrado, com retenção mínima de partículas de 0,5 micron. O aquecimento deverá ser realizado por resistência de grande superfície e alta durabilidade, do tipo anti-pirólítico, prevenindo a conversão de vapores orgânicos em substâncias nocivas. Deverá possuir entrada de oxigênio que permita concentrações ajustáveis aproximadamente entre 21% e 90%, com pré-aquecimento e umidificação do gás antes de sua introdução na câmara. O equipamento deverá dispor de dois suportes abertos laterais para cilindros de oxigênio ou ar comprimido, tamanho padrão, permitindo instalação e remoção manual, sem uso de ferramentas, e evitando o acúmulo de gases em caso de vazamento. O nível de ruído durante a operação deverá ser reduzido, inferior a aproximadamente 60 dBA, com motor e ventilador balanceados, minimizando interferências durante a auscultação do recém-nascido. Deverá contar com iluminação interna auxiliar por LEDs, antiofuscante, montada em haste flexível, permitindo adequada visualização do paciente durante os procedimentos, com possibilidade de ajuste conforme a inclinação da cúpula. O leito do paciente deverá ser confeccionado em material plástico atóxico e resistente. O colchão deverá</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>ser constituído de espuma com densidade adequada ao conforto do recém-nascido, confeccionado em material atóxico e autoextinguível, com capa removível, também atóxica e autoextinguível, sem costuras, prensada, evitando acúmulo de resíduos e dotada de abertura em uma das extremidades para facilitar a limpeza e a desinfecção. O equipamento deverá dispor de dois cintos de segurança ajustáveis, confeccionados em material macio e resistente. Deverá possuir chave geral de segurança e fusíveis de proteção para alimentação em corrente alternada e contínua. A umidificação deverá ser autônoma, incorporada ao equipamento, por meio de sistema de retenção de água instalado sob o leito, não necessitando de injeção externa de gás para umidificação da câmara do paciente. O equipamento deverá contar com para-choque circundante para proteção de todo o perímetro da incubadora, bem como alças bilaterais de empunhadura para facilitar sua locomoção. As principais instruções de uso e tabela de referência para concentração de oxigênio deverão estar claramente indicadas no corpo do equipamento. O painel de controle deverá ser confeccionado com membrana de policarbonato, de fácil limpeza e resistente à penetração de líquidos, dotado de teclas de toque suave. Os controles deverão ser totalmente microprocessados, permitindo operação em modo manual de controle da temperatura do ar (ATC) ou em modo servo-controlado por sensor de temperatura conectado à pele do paciente (ITC). O sistema deverá realizar autoteste automático de todas as funções. Deverá dispor de alarmes audiovisuais para falta de energia, acionados por bateria recarregável; desconexão ou ausência do sensor de pele; falha de circulação de ar; hipotermia e hipertermia, para variações iguais ou superiores a 1,0°C em relação à</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>temperatura ajustada; alta e baixa temperatura do ar; nível baixo de bateria e inversão de polaridade da alimentação externa. O equipamento deverá indicar o nível de potência da resistência de aquecimento e o modo de alimentação em uso (corrente alternada ou contínua). As temperaturas do ar e da pele, bem como os valores de ajuste, deverão ser exibidos em display de alta luminosidade, permitindo fácil leitura mesmo em ambientes com baixa iluminação. O ajuste de temperatura deverá possuir resolução mínima de 0,1°C, com teclas específicas para incremento e decremento, com sinalização sonora durante o ajuste, operando nas faixas aproximadas de 20°C a 39°C para temperatura do ar e de 34°C a 38°C para temperatura da pele. O equipamento deverá dispor de tecla para inibição de alarmes, tecla para operação com temperaturas superiores a 37,5°C e sistema de desligamento automático do aquecimento para temperaturas iguais ou superiores a 39°C. Deverá manter em memória o último valor programado de temperatura em caso de desligamento. O sistema deverá contar com módulo de alimentação vital composto por duas baterias seladas de 12 VDC e carregador automático do tipo flutuante, evitando excesso de corrente e prolongando a vida útil das baterias. Deverá dispor de entrada auxiliar de alimentação em 12 VDC, com autonomia mínima de 4 horas com carga total das baterias. A incubadora deverá operar automaticamente em alimentação elétrica entre 100 V AC e 240 V AC, bem como em corrente contínua de 12 VDC, com comutação automática para a bateria interna ou fonte externa compatível, como bateria de veículo de transporte, dispondo de alarme audiovisual para inversão de polaridade. Deverá acompanhar sensor de temperatura de pele com conexão de engate rápido, cabo de alimentação para 12 VDC com conector</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	compatível para fonte externa e cabo de alimentação elétrica conforme normas vigentes. As dimensões externas aproximadas deverão ser de 56,5 cm de largura, 102 cm de profundidade e 118 cm de altura, com potência elétrica prevista de aproximadamente 150 W em corrente alternada ou 80 W em corrente contínua, frequência de 50/60 Hz. O equipamento deverá possuir registro válido junto à ANVISA. Deverá acompanhar kit de suporte com prateleira em aço inoxidável para acomodação de monitores, respiradores, bombas de infusão e equipamentos correlatos, com capacidade mínima de carga de 10 kg. Deverá ser fornecido carro de transporte com ajuste de altura em, no mínimo, três níveis, estrutura em alumínio anodizado, dotado de quatro amortecedores pneumáticos e quatro rodízios de aproximadamente 6 polegadas de diâmetro, com banda larga e sistema de freio, bem como dispositivo de desengate rápido da estrutura, com dimensão aproximada de 27 x 70 cm. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia de 12 meses com assistência técnica na região metropolitana.							
9	<b>Monitor Multiparâmetros Neonatal:</b> Características: Tela LCD/TFT de 12,1" touch screen resolução de 1280x800 pixels. Métodos de operação: Através de toque na tela (touch screen); Monitor modular composto de slot para módulo multiparâmetros com os parâmetros básicos (ECG / Respiração, SpO2, PNI e 2 Temperaturas) e 3 slots para módulos de parâmetros adicionais. ▪ Sistema avançado de gerenciamento de dados do paciente, com alta capacidade de armazenamento; Proteção no desligamento – Grava todos os dados ao desligar; Porta USB, porta de rede	Unidade		10	R\$ 2.372,33	R\$ 23.723,30	R\$ 284.679,60	R\$ 569.359,20



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>RJ45, porta HDMI, Porta Multifunções (chamada de enfermeira). Alça fixa, fácil de transportar; Bateria de Lítio, com autonomia para 4 horas; Possibilidade de múltiplas opções de fixação: Suporte de parede, gancho para fixação vertical, suporte com rodízios; Gerenciamento inteligente de alarmes, identificação automática do nível de alarme. Ajuste automático do tempo de alarme adequado para reduzir falsos alarmes; Alarme com 3 níveis de prioridade (baixa, média e alta).</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Análise ARR, Alarme de Apneia RESP, OxyCRG; CMRR&gt;106 dB, excelente capacidade de anti-interferência de ECG. Detecção de até 27 arritmias. Monitorização de NEWS e MEWS para detecção de degradação precoce do paciente (EWS), Avaliação do assistente clínico (CAA) – Com guia para Sepsis incluindo pontuação para SOFA e qSOFA, Terapia de pacotes SSC e terapia de suporte. Rastreio CCHD (Doença Cardíaca Congênita Crítica) para detecção 7 lesões específicas: síndrome do coração esquerdo hipoplásico, atresia pulmonar, tetralogia de Fallot (TF), retorno venoso pulmonar anômalo total, transposição das grandes artérias, atresia tricúspide e tronco arterioso, inclui módulo e sensor conforme descritivo abaixo. Oxícardiorespirograma, ▪ Análise ARR, Alarme de Apneia RESP, OxyCRG; Full Disclosure (Formas de Onda de Transp Total): 48 horas. Dados de Tendência: 160 horas</li><li>▪ Apresentação de até 8 formas de onda simultaneamente na tela. Configurado com os seguintes parâmetros: ECG (cabo de 3 vias), FR (Frequência Respiratória), SpO2 (oximetria) com possibilidade de oximetria Nellcor ou Masimo, NIBP (Pressão Não Invasiva), RESPIRAÇÃO, TEMPERATURA (2 CANAIS) Bateria de Lítio com autonomia de 04 horas. ▪ IBP (PRESSÃO INVASIVA) – 02 canais. Capnografia Sidestream Acessórios que acompanham cada aparelho:</li></ul>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>01 Cabo de alimentação, 01 Cabo de ECG de 3 Vias RN 01 Cabo extensor para sensor de SpO2, 01 Cabo de SPO2 neonato tipo Y 01 Tubo para NIBP (pressão não invasiva), 01 Conjunto vários tamanhos de braçadeiras neonatal para NIBP sem látex em velcro, 01 Sensor de temperatura de pele neonatal 01 Suporte de parede 01 Bateria de Lítio com autonomia para 04 horas, 01 Manual de operação em português. 01 Certificado de calibração e teste de segurança elétrica Especificações Técnicas Segurança Grau de proteção contra entrada de água: Modulo RGM: IPX4, KPM IPX2, Outros IPX 1 Tamanho e Peso Dimensões: 308 mm (L) x 283mm (A) x 177mm (P) Peso: 3,5 kg (com bateria). Ambiente Operacional Alimentação: 100 a 240 VAC, 50 / 60 Hz Temperatura: 5 a 40 °C Umidade: 5% ~ 95 % (não condensado) Tipos de Paciente Adulto, Pediátrico e Neonato Especificações de Desempenho Tela: TFT/LCD Colorida de 12,1 polegadas Resolução:1280 x 800 pixels Traçado: até 8 formas de onda Bateria: Lítio, recarregável, com autonomia mínima 4 horas de funcionamento contínuo; Indicadores: Alarme, Alimentação, Bateria, Bip de QRS e Alarme Sonoro Oxícardiorrespirograma: SIM Rede: Conexão com ou sem fio (wireless; opcional) à Central de Monitorização. Interface: RJ45 - porta de Rede, para ligação à central de monitorização ou outros dispositivos. 4 portas USB - podem ser utilizadas para ligar um mouse, teclado, impressora, Scanner USB e outros dispositivos, além de atualização de software através da USB Porta multifunções pode ser utilizada para chamada de enfermeira, como porta de sinal de sincronização de desfibrilação e pode ser usada como porta de saída de sinais analógicos. Porta HDMI – pode ser ligada a uma tela HD externa para monitorização em tempo real no monitor externo. Memória para evento de alarme: até</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>2000 grupos Memória de ondas: 48 h Full Disclosure (Formas de Onda de Transp Total): 48 horas Tempo de Tendência: até 160 horas Alarme: Sonoro e Visual, alto e baixo ajustável pelo usuário, com 3 níveis de limites, para todos os parâmetros e situações, com memória automática. ECG Cabo: 3 Vias Forma de Onda de ECG: Padrão ou Cabrera. Seleção de Ganho: x0.125, x0.25, x0.5, x1, x2, x4, auto Velocidade de Varredura: 6.25, 12.5, 25, 50mm/s Faixa de Frequência Cardíaca: Adulto: 15 a 300 bpm; Pediátrico e Neonatal: 15 a 350 bpm Exatidão: <math>\pm 1</math> bpm Resolução: 1 bpm Proteção Contra Interferências de eletrocirurgia: Suporta Corte 300W e modo Coagulação até 100W; Isolamento a prova de desfibrilação. Taxa de Rejeição em Modo Comum (CMRR): Modo Diagnóstico: <math>\geq 90</math> dB; Modo Monitor e Modo Cirurgia: <math>\geq 106</math> dB Modos de Operação: Diagnóstico, Monitor e Cirurgia Resposta de Frequência (Largura da banda): Diagnóstico: 0,05 a 150 Hz; Monitor: 0,5 a 40 Hz; Cirurgia: 1 a 20 Hz Modo ST: 0.05Hz a 40 Hz Escala do Sinal: 1 mV <math>\pm 5\%</math> Faixa de Alarme: 15 a 350 bpm Detecção de Marcapasso: SIM Detecção do Segmento ST: SIM Faixa de Medida: - 2,5 mV a 2,5 mV (automático) Análise de Arritmia: SIM, até 27 arritmias. Análise de ECG de 12 Derivações: SIM Indicador de eletrodo: indicador áudio e visual Análise do segmento S-T, com indicação gráfica circular e medição de valores de ST para as derivações apresentadas. Análise QT/QTc 200ms – 800ms, QT-HR 15bpm-150bpm (adulto), 15bpm – 180 bpm (ped, Neo) Resumo do ECG de 24 horas incluindo: Estatísticas de frequência cardíaca, estatísticas de eventos de arritmia, estatísticas de valor de medição QT/QTc, estatísticas de ST máximo e mínimo para cada derivação, estatísticas de ritmo, forma de onda típica de ECG. Respiração Método: Impedância Torácica Faixa de medida da</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>Frequência Respiratória: 0 - 120 rpm <math>\pm</math> 1rpm; 121 a 200 rpm <math>\pm</math> 2rpm; Alarme de Apneia ajustável: Adulto: 10s – 60s, Ped/Neo: 10s – 40s. Velocidade de varredura: 3, 6.25, 12.5, 25 e 50mm/s Seleção de Ganho: 2,5 mm/mV (<math>\times 0,25</math>), 5 mm/mV (<math>\times 0,5</math>), 10 mm/mV (<math>\times 1</math>), 20 mm/mV (<math>\times 2</math>), 30 mm/mV (<math>\times 3</math>), 40 mm/mV (<math>\times 4</math>), 50 mm/mV (<math>\times 5</math>) Pressão Não Invasiva (PNI) Método: Oscilométrico Modos de Operação: Manual, Automático, Contínuo (STAT) Tempo de medida automática: ajustável de 1, 2, 2.5, 3, 4, 5, 10, 15, 30, 60, 90, 120, 180, 240, 480, 720 minutos. Unidade de medida: mmHg / Kpa (selecionável) Tipos de Medida: Pressão Arterial Sistólica, Pressão Arterial Diastólica, Pressão Arterial Média, Frequência de pulso (FP) na lista de NIBP Faixa de Medida: Adulto: 10 a 290 mmHg; Pediátrico: 10 a 250 mmHg; Neonato: 10 a 140 mmHg Proteção contra sobrepressão: proteção de segurança dupla (hardware e software) Precisão da medição da pressão arterial: <math>\pm 3</math>mmHg (<math>\pm 0.4</math>kpa) Alarme: sistólico, diastólico, média Frequência Respiratória NIBP: 40 – 240 bpm Temperatura (Superficial e Intracavitária) Canal: 2 canais, T1, T2, TD (diferença de temperatura) Faixa de Medida: 0 a 50 °C Resolução: 0,1 °C Exatidão: <math>\pm 0,1</math> °C (sem incluir o sensor) Permite a leitura da temperatura corporal de até dois canais de temperatura. Permite calcular a diferença entre dois locais de medição. Permite a medida da temperatura axilar, esofágica e retal. SpO2 Faixa de Medida: 0 a 100% Resolução: 1% Exatidão: 0 a 69: não definido; 70 a 100%: <math>\pm 3\%</math> (Adulto e Pediátrico), <math>\pm 3\%</math> (Neonato) Faixa do alarme: 0 a 100% PI (índice de perfusão): 0.05 – 20.0 Faixa de Frequência de Pulso: 20 a 300 bpm Resolução: 1 bpm Exatidão: <math>\pm 2</math> bpm (sem movimento) Faixa do alarme: 15 a 300 bpm Pressão Arterial Invasiva (PI) Canal: até 08 canais Pressão Medida: ART (pressão arterial), PA</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	(pressão da artéria pulmonar), CVP (pressão venosa central), RAP (pressão atrial direita), LAP (pressão atrial esquerda), ICP (pressão intracraniana), AO (pressão aórtica), UAP (pressão da artéria umbilical), BAP (pressão da artéria braquial), FAP (pressão da artéria femoral), UVP (pressão da veia umbilical), UAP (pressão arterial umbilical), LV (pressão ventricular esquerda), IAP (pressão intra-abdominal), CPP (pressão de perfusão cerebral) P1, P2, P3, P4 (a pressão de expansão é determinada pelo número de canais IBP) Faixa de Medida: -50 a 370 mmHg Faixa de alarme: -50 a 370 mmHg Resolução: 1 mmHg Exatidão: $\pm 1$ mmHg ou $\pm 2\%$ (o que for maior) Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.								
10	<b>Ressuscitador Neonatal Mecânico com Carrinho e Acessórios:</b> O ressuscitador infantil portátil deverá ser destinado à ventilação pulmonar mecânica manual não invasiva de recém-nascidos e lactentes, indicado para utilização em unidades de terapia intensiva neonatal, transporte intra e extra-hospitalar, pronto-socorro, salas de parto, centros cirúrgicos e demais ambientes assistenciais, possibilitando a otimização da complacência pulmonar e das trocas gasosas por meio da manutenção contínua e segura do fluxo ventilatório. O equipamento deverá ser construído em caixa injetada em plástico de engenharia, montada sobre carrinho móvel, com coluna de sustentação dotada de base com, no mínimo, quatro rodízios providos de sistema de freio, bem como base de apoio destinada ao acoplamento do equipamento, garantindo mobilidade, estabilidade e segurança durante o uso em ambientes assistenciais.	Unidade			01	R\$ 2.159,11	R\$ 2.159,11	R\$ 25.909,32	R\$ 51.818,64



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>Deverá possuir alça integrada, facilitando o transporte quando desacoplado do carrinho. O sistema deverá operar com limitação de pressão, mantendo os parâmetros previamente ajustados, e permitir frequência ventilatória manual, determinada pelo ritmo de oclusão digital intermitente, possibilitando procedimentos realizados de forma prática, segura e com menor fadiga do operador. Deverá permitir ajuste rápido, preciso e seguro da pressão inspiratória (PIP), da pressão positiva no final da expiração (PEEP) e da pressão de segurança, conforme a indicação clínica de cada paciente, assegurando ventilação eficaz, adequada oxigenação e prevenção de atelectasia, barotrauma, volutrauma e demais lesões pulmonares. O controle e ajuste da pressão de segurança deverão ser realizados por meio de válvula mecânica localizada no painel frontal. O painel frontal deverá dispor de manovacuômetro para monitorização das pressões aplicadas, válvula de alívio para ajuste da pressão máxima, dotada de tampão de proteção contra alterações inadvertidas, válvula mecânica para controle da pressão inspiratória, conector para entrada de gás e dispositivo apropriado para saída de gás. O equipamento deverá ser operado por meio de fontes de ar comprimido ou oxigênio, podendo ser acoplado a dispositivo misturador externo de gases do tipo blender ou sistema equivalente, permitindo o ajuste da fração inspirada de oxigênio (FiO<sub>2</sub>) conforme a necessidade clínica. Deverá apresentar fluxo contínuo, com faixa mínima de atuação de pressão entre -20 e 80 cmH<sub>2</sub>O, e pressão máxima ajustável entre aproximadamente 65 e 80 cmH<sub>2</sub>O, conforme o fluxo de entrada. O equipamento deverá ser fornecido com mangueira de entrada de gás com conexão dupla, com comprimento aproximado de 1,20 metro, tubo corrugado com válvula em "T" para</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	controle e regulação da PEEP, conjunto de, no mínimo, três máscaras faciais redondas em silicone, autoclaváveis e adequadas ao uso neonatal, em tamanhos variados, bem como pulmão teste em silicone, isento de látex. As dimensões aproximadas da unidade principal deverão ser de 20 cm de largura, 9 cm de profundidade e 26 cm de altura. A coluna do carrinho deverá possuir altura aproximada de 96 cm. O conjunto deverá apresentar peso máximo aproximado de 4 kg, assegurando facilidade de transporte e manuseio. O equipamento deverá acompanhar dispositivo misturador de gases acoplado lateralmente, permitindo o ajuste da fração inspirada de oxigênio (FiO <sub>2</sub> ) de acordo com a necessidade clínica, bem como mangueiras para oxigênio e ar comprimido com comprimento aproximado de 1,5 metro e fluxômetro com conector compatível para mangueira de entrada de gases. O fornecimento não deverá incluir cilindros de gases. O produto deverá possuir registro válido junto à ANVISA, em conformidade com a legislação sanitária vigente. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.								
11	<b>Ressuscitador Infantil Mecânico de Mesa:</b> O ventilador mecânico manual em sistema em "T" deverá ser equipamento portátil destinado à ventilação pulmonar mecânica manual de recém-nascidos, indicado para uso em unidades de terapia intensiva neonatal, salas de parto, pronto-socorro, apoio em transportes intra e extrahospitalares e demais ambientes assistenciais, possibilitando a otimização da complacência pulmonar e das trocas gasosas por meio da manutenção contínua, controlada e segura das	Unidade			04	R\$ 1.697,84	R\$ 6.791,36	R\$ 81.496,32	R\$ 162.992,64



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>pressões aplicadas durante a ventilação. O equipamento deverá ser construído em caixa injetada em plástico de engenharia, com alça integrada para facilitar o transporte, e base de apoio em plástico de engenharia dotada de, no mínimo, quatro pés em silicone do tipo ventosa, assegurando estabilidade e fixação adequada em superfícies planas e lisas. Deverá permitir a oferta de pressão inspiratória e pressão positiva no final da expiração (PEEP) constantes, com ajustes precisos e contínuos conforme a resposta clínica do paciente, bem como dispor de sistema de limitação da pressão máxima em níveis seguros. O manuseio deverá ser simples e intuitivo, proporcionando excelente interação de uso pelo profissional assistencial. O painel frontal deverá possuir manômetro analógico para monitorização das pressões, válvulas mecânicas independentes para ajuste e controle da pressão inspiratória e da pressão máxima de segurança, além de conexões apropriadas para entrada e saída de gases. A válvula de controle da PEEP deverá estar localizada diretamente na peça em "T", a qual deverá possuir conexão universal compatível com máscaras faciais e tubos endotraqueais. Os ajustes da pressão inspiratória e da PEEP deverão ser realizados de forma rápida e segura, assegurando uma gestão eficaz das vias aéreas, com ventilação gentil, enchimento alveolar adequado sem distensão excessiva e adequada oxigenação do paciente. A frequência ventilatória deverá ser determinada manualmente, por meio de oclusão digital intermitente, permitindo a realização dos procedimentos de maneira prática e com menor fadiga do operador. O equipamento deverá operar exclusivamente por meio de mistura de ar comprimido e oxigênio fornecida por dispositivo misturador de gases (blender), permitindo ajuste da fração inspirada de oxigênio (FiO<sub>2</sub>) em ampla faixa, aproximadamente de</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	21% a 100%, conforme a necessidade clínica. Deverá operar com fluxo contínuo de até aproximadamente 15 litros por minuto, com faixa de atuação de pressão entre 0 e 80 cmH <sub>2</sub> O, de acordo com o fluxo de entrada. O painel frontal deverá contar com manômetro graduado em faixa aproximada de -20 a 80 cmH <sub>2</sub> O, válvula de alívio para ajuste da pressão máxima, dotada de tampão de proteção para evitar alterações inadvertidas, válvula de controle da pressão inspiratória e conectores apropriados para entrada e saída de gases. O equipamento deverá ser fornecido com dispositivo misturador de gases acoplado lateralmente, mangueiras para oxigênio e ar comprimido com comprimento aproximado de 1,5 metro, fluxômetro com conector compatível para mangueira de entrada de gases, mangueira com conexão dupla de entrada de gás com comprimento aproximado de 2,10 metros, tubo corrugado com válvula em “T” para ajuste da PEEP, conjunto de, no mínimo, três máscaras faciais redondas em silicone, autoclaváveis e de tamanhos variados para uso neonatal, bem como pulmão teste em silicone, isento de látex. As dimensões aproximadas do equipamento deverão ser de 20 cm de largura, 9 cm de profundidade e 26 cm de altura, com peso máximo de aproximadamente 4 kg, garantindo facilidade de transporte e manuseio. O produto deverá possuir registro válido junto à ANVISA, conforme a legislação sanitária vigente. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.								
12	<b>Ventilador Respirador Pulmonar Neonatal:</b> Características mínimas, ventilador pulmonar, eletrônico microprocessado, para assistência ventilatória mecânica	Unidade			10	R\$ 2.211,33	R\$ 22.113,30	R\$ 265.359,60	R\$ 530.719,20



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>em pacientes adultos, pediátricos e neonatos, para uso em unidades de tratamento intensivo, semi-intensivo. Deve possuir faixas de ajuste específicos ou seleção automática baseada no peso para os grupos de pacientes adultos, pediátricos e neonatos, evitando acidentes que administrem grandes volumes nos mesmos. Deve operar com os gases oxigênio, proveniente de redes de alta pressão canalizadas ou cilindros medicinais e gerar seu próprio ar comprimido, através de compressor interno ou sistemas de turbina ou ainda blower. Deve possuir misturador dos gases ar/o2 eletrônico interno ao ventilador; monitorar a concentração de oxigênio no gás inspirado pelo paciente (fio2) através de analisador de o2 integrado ao ventilador. Todas as modalidades a pressão controlada devem compensar possíveis vazamentos automaticamente. Devem estar disponíveis modalidades de ventilação não invasivas com o uso de dispositivos de interface como máscaras faciais e prongas nasais (no caso de neonatos) e ainda terapia de oxigênio (alto fluxo). Deve possuir modalidades de desmame semiautomático, pelo menos para pacientes pediátricos/adultos, baseadas em respostas metabólicas, atividade neural, mecânica respiratória ou deduções fisiológicas. Deve possuir tela colorida de no mínimo 15 polegadas de diagonal, com comandos sensíveis ao toque (touch screen) e mecanismo de proteção contra acionamentos acidentais. Deve mostrar pelo menos três curvas simultâneas dos parâmetros ventilatórios. Possuir nebulizador de medicação integrado e sincronizado com a inspiração. Deve possuir capnografia volumétrica pelo sistema de fluxo principal (mainstream) que quando instalado, deve mostrar os parâmetros monitorados e seus respectivos alarmes na tela do ventilador. Possuir registro válido na ANVISA-MS</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>e certificados IEC INMETRO pertinentes à classe do produto. Modalidades de ventilação invasiva e não invasiva: pcv - ventilação controlada por pressão p-a/c - ventilação por pressão assistido controlada pc-simv - ventilação mandatória interm. sincronizada bilevel - ventilação bifásica aprv - ventilação com liberação de pressão de vias aéreas cpap - pressão continua positiva psv - ventilação por pressão de suporte vcv - ventilação controlada a volume v-a/c - ventilação assistida controla a volume vc-simv - ventilação mandatória intermitente sincronizada - volume controlada prvc vsv não invasivo cpap - pressão contínua positiva nasal ou cpap back-up para todos os modos ventilatórios programável insuflação manual ou respiração manual modo ventilatório avançado -recurso para enriquecimento de o2 na mistura gasosa entregue ao paciente, para realização de procedimentos de aspiração e retorno automático para concentração original; - ventilação de reserva (backup) para todos os modos espontâneos e assistidos; - sensibilidade a fluxo e a pressão, com disparo na inspiração (trigger); -nebulizador de medicação integrado, sincronizado com a inspiração, expiração ou modo contínuo. Função de espera (standby) para permitir desconexão intencional do paciente. características mínimas de ajuste: volume corrente: 5 ml a 2.000 ml ou maior; -frequência: de 1 a 150 rpm (respirações por minuto); pelo menos -fluxo inspiratório mínimo: 1 a 200 lpm (ajuste direto ou indireto); -pressão inspiratória de pelo menos 1 a 90 cm h2o -peep/cpap: de 0 a 50 cm h2o; -sensibilidade a pressão a partir 0,1 até 7,0 cmh2o e a fluxo de 0,1 a 7,0lpm, -suporte de pressão: 1 a 60 cm h2o, incluindo o nível da peep/cpap; -concentração de o2, através de misturador de ar/o2 incorporado (interno): 21 a 100%, com ajuste linear e, no mínimo, de 1 em 1%; -pausa</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>inspiratória manual ou automática. -Tempo de detecção de apneia: mínimo de 15 segundos a 60 segundos -rampa de pressão ajustável pelo operador na ventilação a pressão -disparo expiratório na pressão de suporte ajustável de pelo menos 5% a 70%. Monitoração numérica de parâmetros ventilatórios: -pressão de vias aéreas, incluindo pico, média e -peep/cpap (pressão final das vias aéreas); - concentração de oxigênio, medida após a mistura e entregue ao paciente (fio2). - volume minuto (vm) expirado; -volume corrente (vc) expirado; -frequência respiratória espontânea e total; - tempos inspiratório e expiratório e/ou relação i:e; - fluxos inspiratório e expiratório máximos; -índice de respiração superficial rápida (rsb), conhecido como índice de tobin; -pressão de oclusão a 0,1 s, conhecida como p0,1; -mecânica respiratória com complacência, - resistência, constante de tempo e autopeep. tendências monitoração gráfica: -curvas em tempo real de volume, fluxo e pressão de vias aéreas; -alças (loops) da ventilação: pressão-volume; -volumefluxo alarmes audiovisuais: -volume minuto expirado baixo/alto; - pressão de via aérea baixa/alta; -volume corrente baixo/alto; -desconexão; -concentração de oxigênio inspirado baixa/alta; -frequência respiratória baixa/alta; -tempo de detecção de apneia; -falta de energia; - bateria; -histórico dos alarmes ativados com seus respectivos horários; -possibilidade de silenciar o alarme. Acompanha manual operacional do equipamento em português. Exigências: o equipamento deve possuir registro na ANVISA, e a documentação comprobatória deverá ser apresentada pela empresa vencedora. A avaliação técnica do equipamento será realizada com base no manual registrado na ANVISA. Deverá ser fornecido sem ônus, treinamento a equipe operacional conforme a necessidade da instituição o</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	equipamento deverá vir de fábrica com certificado de calibração com validade de 1 ano. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.								
13	<b>Ventilador Pulmonar de Transporte Neonatal:</b> <b>Características gerais:</b> Ventilador de emergência para transporte, microprocessado, portátil, destinado ao transporte de pacientes adultos, pediátricos, para uso em ambulância e transporte intra hospitalar. Ventilação invasiva e não invasiva com compensação de fugas, com índice de proteção no mínimo IP31. Peso, no máximo 4,0 Kg Modos ventilatórios: Modos ventilatórios: volume controlado/assistido; SIMV; CPAP; Pressão controlado/assistido. Sistema de Monitorização: Monitoração através de tela digital dos seguintes parâmetros ventilatórios: pressão de vias aéreas; volume minuto expiratório; frequência respiratória; PEEP. Sistema de Controles: Volume corrente: de 50 a 2000 ml, no mínimo. Tempo inspiratório de 0,25 a 5 segundos, no mínimo. Frequência respiratória de 2 a 60 rpm, no mínimo. Sensibilidade ajustável a fluxo e/ou a pressão Porcentagem de oxigênio ajustável de 35 a 100%, no mínimo. PEEP/ CPAP interno ajustável eletronicamente de 0 a 20 cm H2O. Pausa inspiratória ajustável de pelo menos 5 segundos Pressão de suporte: de 5 a 15 cmH20 no mínimo. Pressão controlada/assistida: de 5 a 60 cmH20 no mínimo. Ventilação de apneia para todos os modos ventilatórios espontâneos, incluindo CPAP. Alarmes audiovisuais: Pressão máxima e mínima de vias aéreas. Apneia; Carga de bateria baixa; Baixa pressão de oxigênio. Tecla de silenciamento de alarme por 120 segundos Recursos:	Unidade			03	R\$ 5.875,27	R\$ 17.625,81	R\$ 211.509,72	R\$ 423.019,44

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

	Bateria interna, recarregável, com autonomia de no mínimo 4 horas. Alimentação elétrica a partir de rede ac/dc de 100 a 240V/50 a 60Hz, com comutação automática. Possibilidade futura de incorporar monitoração de capnografia. Acessórios Mínimos: Dois Circuitos para cada aparelho, autoclaváveis, de fácil montagem, limpeza e esterilização para paciente adulto. Dois sensores de fluxo adulto com mangueiras de medição - Duas válvulas expiratórias completas com o diafragma. - Uma Mangueira para conexão da rede de oxigênio. - Sistema de fixação para suporte em macas. - E demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento. Informações Complementares: Fornecer treinamento para manuseio do equipamento. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.								
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 01 (mensal)</b>								<b>R\$ 186.767,99</b>	
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL</b>								<b>R\$ 2.241.215,88</b>	
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO BIÊNIO</b>								<b>R\$ 4.482.431,76</b>	



## **2º Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar**

**Requisitante:** Subsecretaria de Atenção Terciária e Vigilância em Saúde.

### **1 - NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO**

#### **1.1. Contextualização e Objetivo.**

A presente contratação visa a implementação e operacionalização da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal do Complexo Hospitalar Irmã Dulce.

A assistência à saúde neonatal é um direito social fundamental (Art. 6º, CF/88) e exige resolutividade imediata, visto que qualquer interrupção na assistência pode acarretar danos irreversíveis ou o óbito de recém-nascidos em estado crítico.

#### **1.2. Justificativa do Modelo de Prestação de Serviço (Locação vs. Aquisição).**

Considerando o princípio da Eficiência (Art. 37, CF/88) e a busca pela Efetividade na gestão pública, optou-se pelo modelo de locação de equipamentos médicos em detrimento da aquisição direta, baseando-se nos seguintes pilares:

- Garantia de Disponibilidade e Continuidade (Eficácia): O modelo de locação transfere à contratada a responsabilidade integral pela manutenção preventiva, corretiva e calibração. Isso elimina o risco de ociosidade de leitos por falha técnica, problema recorrente na administração pública devido à morosidade na aquisição de peças de reposição.
- Atualização Tecnológica e Qualidade: Equipamentos neonatais possuem ciclos de obsolescência rápidos. A locação permite o acesso a tecnologias de ponta sem os custos de descarte e nova aquisição (CAPEX), garantindo que o atendimento acompanhe a evolução da medicina intensiva.
- Eficiência Orçamentária: A transformação de um alto investimento inicial (aquisição) em despesas correntes (locação/OPEX) permite uma melhor gestão do fluxo de caixa da unidade, garantindo que os recursos orçamentários sejam aplicados de forma racional e previsível.

#### **1.3. Problema a Ser Resolvido e Resultados Esperados.**

Atualmente, o Complexo Hospitalar enfrenta o desafio de prestar serviços com elevado grau de eficiência e com melhor aproveitamento de recursos. A contratação de serviços de locação busca:

- Reduzir o tempo de espera por suporte intensivo neonatal, com imediata substituição do equipamento para manutenção preventiva programada ou corretiva inesperada;
- Apresentação de plano de manutenção preditiva;
- Mitigar riscos assistenciais decorrentes de equipamentos obsoletos ou sem manutenção;
- Aumentar a satisfação do usuário, mensurada pela segurança e continuidade do tratamento;
- Assegurar a economicidade, uma vez que os custos de manutenção, insumos e acessórios, logística e suporte técnico já estão inclusos no valor mensal, evitando gastos imprevistos e processos emergenciais.

#### **1.4. Alinhamento Estratégico.**

A solução proposta não busca apenas o fornecimento de bens, mas a garantia de um resultado assistencial. Como preconiza a doutrina de gestão pública moderna, *"nada mais impróprio para a administração pública*



*do que fazer com eficiência o que simplesmente não precisa ser feito" (TORRES, 2004).* No caso da UTI Neonatal, a necessidade é absoluta e a locação apresenta-se como o meio mais ágil e seguro para atingir a efetividade social pretendida.

## **2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A presente contratação está prevista no PCA – Plano Anual de Contratações do Município de Praia Grande SP, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser acessado pelo Link: <https://pncp.gov.br/app/pca/46177531000155/2025>.

## **3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para garantir a efetividade e a resolutividade mencionadas no referencial teórico, a contratação deverá observar os seguintes requisitos fundamentais:

### **3.1. Requisitos Técnicos dos Equipamentos.**

Os equipamentos locados deverão ter:

Certificação: Possuir registro vigente na ANVISA e certificação pelo INMETRO.

Estado de Conservação: Serem fornecidos em estado de novos ou seminovos, garantindo a modernização tecnológica desejada.

Tecnologia: Possuir interface intuitiva e alarmes audiovisuais configuráveis para segurança extrema do neonato.

### **3.2. Manutenção e Suporte (SLA – Service Level Agreement).**

Considerando que a falha de um equipamento em UTI pode comprometer a vida, a contratada deve assegurar:

- Manutenção Corretiva: Atendimento técnico no local em no máximo 24 (vinte e quatro) horas após o chamado.
- Substituição (Backup): Constatado a impossibilidade de reparos no local, o equipamento deverá ser substituído por outro de igual ou superior tecnologia no mesmo prazo.
- Manutenção Preventiva: Apresentar cronograma rigoroso de visitas técnicas para calibrações, trocas de kits de desgaste tais como filtros, sensores, membranas, entre outros, sem custos adicionais para o Complexo Hospitalar.
- Manutenção preditiva: Monitoramento tecnológico durante as visitas técnicas, de forma a identificar sinais para antecipar falhas e garantir a segurança ininterrupta do paciente.
- Manutenção do estoque mediante uso de todos os insumos ou acessórios necessários ao adequado funcionamento dos equipamentos, quando houver.

### **3.3. Treinamento e Capacitação.**

A contratada deverá fornecer treinamento técnico-operacional para 100% da equipe assistencial (médicos, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e fisioterapeutas) antes da entrada em operação dos equipamentos.



Disponibilizar manuais em português e suporte remoto para dúvidas operacionais.

#### 3.4. Logística e Instalação

A contratada será responsável pelo transporte, montagem, instalação física e testes de segurança elétrica no Complexo Hospitalar Irmã Dulce.

Os equipamentos devem ser compatíveis com a infraestrutura elétrica e de gases medicinais da unidade.

#### 3.5. Sustentabilidade e Gestão de Resíduos

A contratada deve se responsabilizar pelo descarte final de peças e componentes substituídos (logística reversa), em conformidade com as normas ambientais vigentes, desonerando a administração pública desse processo oneroso.

#### 3.6. Essencialidade e Continuidade do Serviço

A contratação visa atender à **UTI Neonatal**, um setor de alta complexidade onde a interrupção no fornecimento ou funcionamento dos equipamentos coloca em risco direto a vida dos recém-nascidos. Diferente de uma aquisição pontual, a locação garante que a unidade de saúde disponha sempre de tecnologia atualizada e funcional, com a empresa contratada sendo responsável pela **manutenção integral e substituição** imediata em caso de defeitos.

##### 3.6.1. Eficiência Administrativa e Econômica

Busca-se firmar contrato de natureza continuada, cujo prazo inicial não seja menor que 24 **meses** permitindo amortizar os custos de mobilização, instalação e treinamento das equipes, garantindo preços mais vantajosos conforme demonstrado nas propostas de mercado, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

### 4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos foram definidos pela equipe técnica da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTI Neonatal) do Complexo Hospitalar Irmã Dulce, conforme documentação constante no processo administrativo. O dimensionamento foi realizado de forma criteriosa, levando em consideração as características do serviço já implantado, o número de leitos, o perfil assistencial da unidade — voltado ao atendimento de recém-nascidos de risco, prematuros e de muito baixo peso —, bem como os protocolos clínicos e diretrizes assistenciais vigentes, que estabelecem a necessidade de equipamentos específicos por leito ou por paciente, garantindo segurança e qualidade no cuidado. Ademais, foram considerados parâmetros técnicos e normativos aplicáveis, a necessidade de equipamentos de retaguarda para assegurar a continuidade da assistência em situações de manutenção ou falha, além da experiência prática da equipe multiprofissional envolvida, baseada na rotina de unidades similares e na estimativa de demanda epidemiológica local. Destaca-se, por fim, que os quantitativos integram relação técnica mínima indispensável ao adequado funcionamento da unidade. O quantitativo para cada item segue demonstrado na tabela a seguir:

ANEXO - ITEM 4 - 2 DESCRITIVOS DOS EQUIPAMENTOS		
Item:	Descritivo:	Quant.





01	<p><b>Aparelho de Fototerapia Reversa e Refletiva em Led:</b> Equipamento destinado ao alojamento de recém-nascidos em tratamento de hiperbilirrubinemia neonatal, submetendo o paciente à dupla exposição de irradiância concentrada no espectro azul da luz visível. O equipamento deve possuir controles microprocessados de alta eficiência, permitindo o ajuste preciso dos níveis de irradiação, bem como a incorporação de sistemas de monitorização de temperatura e de irradiância. Deve ser fornecido acoplado a carro de transporte. O equipamento deverá ser certificado em conformidade com as normas técnicas vigentes aplicáveis a equipamentos eletromédicos, incluindo, no mínimo, as normas NBR IEC 60601-1 (Prescrições Gerais para Segurança), NBR IEC 60601-2-50 (Prescrições Particulares para Segurança de Equipamentos de Fototerapia), NBR IEC 60601-1-2 (Compatibilidade Eletromagnética), NBR IEC 60601-1-4, NBR IEC 60601-1-6 (Usabilidade), todas em sua terceira edição ou versões posteriores equivalentes. O sistema de fototerapia deverá ser do tipo reverso, com controles microprocessados, composto por um conjunto de no mínimo 17 emissores de LED, com tecnologia de fonte de irradiação no espectro azul, centrada em aproximadamente 455 nm. Os emissores deverão estar dispostos na base de um berço confeccionado em acrílico transparente de qualidade óptica, equipado com colchão de gel onde será alojado o paciente, garantindo alta irradiância tanto na região central quanto nas extremidades da área focada. O leito deverá promover contenção segura do recém-nascido, permitindo visualização constante do paciente. O equipamento deverá apresentar atenuação dos raios infravermelho e ultravioleta, eliminando a necessidade de utilização de filtros adicionais. O colchão deverá ser moldado e vulcanizado, fornecendo maciez adequada para o período de tratamento, com capa protetora transparente, permitindo distribuição uniforme do peso e do calor armazenado, sem conter líquido em seu interior, evitando deformações excessivas e riscos de sufocamento ou afogamento. O colchão deverá possuir concavidade oval, proporcionando maior conforto ao recém-nascido e facilitando o posicionamento adequado para otimização do tratamento. A luz deverá atingir diretamente a pele do paciente através do colchão, proveniente dos emissores localizados logo abaixo deste, sob uma superfície de acrílico situada na base do berço. Para aumento da eficácia terapêutica, o equipamento deverá reaproveitar a luz periférica por meio da sobreposição, na abertura superior do leito, de uma lâmina arqueada de acrílico com superfície interna refletora, redirecionando a luz para o paciente, garantindo alta irradiância em todas as direções, independentemente da movimentação do recém-nascido no leito. O equipamento deverá permitir ajuste da intensidade de irradiação conforme a dose terapêutica inicial indicada para o recém-nascido, bem como variações ao longo do tratamento, atendendo aos protocolos médicos atuais, possibilitando redução gradual da dosagem de irradiância e acompanhamento para diminuição da incidência de efeito rebote. O ajuste deverá ocorrer de 0% a 100%, em intervalos de 10%. A irradiância média emitida na faixa do azul deverá ser de aproximadamente 47 <math>\mu\text{W}/\text{cm}^2\cdot\text{nm}</math>,</p>	01
----	--	----



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

	<p>com tolerância de <math>\pm 25\%</math>, medida na região central do colchão. O equipamento deverá possuir display alfanumérico com retro-iluminação para indicação de todos os parâmetros operacionais, bem como teclado em membrana de toque suave, facilitando os procedimentos de limpeza e desinfecção. Os comandos deverão ser intuitivos, com teclas destinadas à navegação em menus, ajuste de parâmetros e seleção de funções. Os controles microprocessados deverão permitir múltiplas funções, incluindo calendário, relógio, registro do tempo total de utilização da fonte emissora, tempo de tratamento, níveis de potência e seleção de idioma. Deverá permitir, opcionalmente, a conexão de sensor de engate rápido para monitorização da temperatura da pele e sensor de engate rápido para monitorização dos níveis de radiação aplicada, expressos em <math>\mu\text{W}/\text{cm}^2 \cdot \text{nm}</math>, com visualização direta no display do equipamento. A vida útil média estimada do módulo da fonte emissora deverá ser de, no mínimo, 50.000 horas. A elevação da temperatura corporal do paciente não deverá exceder <math>1,5\text{ }^{\circ}\text{C}</math>, considerando ambiente a <math>25\text{ }^{\circ}\text{C}</math>. O equipamento deverá possuir saída de comunicação RS232 para conexão com impressora ou computador. Deverá contar com sistema de proteção contra superaquecimento do módulo emissor, com dissipação do calor gerado por meio de micro ventiladores, bem como dispositivo de segurança que provoque o desligamento automático do equipamento em caso de excesso de temperatura, retomando o funcionamento apenas após o restabelecimento das condições seguras. O equipamento deverá ser totalmente desmontável, facilitando a limpeza e a substituição dos emissores. O conjunto deverá ser acoplado a carro de transporte confeccionado em chapa de aço, com acabamento em pintura epóxi texturizada, montado sobre pedestal com rodízios giratórios de aproximadamente quatro polegadas de diâmetro, todos providos de freio. Deverá possuir alça para transporte, suporte para sondas de monitorização e cesto aramado acoplado para acondicionamento de materiais ou medicamentos utilizados com o recém-nascido, com a possibilidade de inclusão de kit opcional contendo uma ou duas gavetas. As dimensões aproximadas do conjunto, incluindo o carro de transporte, deverão ser de 46,8 cm de largura, 83,8 cm de comprimento e 120,0 cm de altura. O peso deverá ser de aproximadamente 31,9 kg (líquido) e 33,9 kg (embalado). O equipamento deverá possuir classe de isolamento I, parte aplicada tipo BF e grau de proteção contra penetração de água IPX4. O nível de ruído, em ambiente inferior a 45 dBA, não deverá exceder 52 dBA. Deverá possuir chave liga/desliga, operar em frequência de 50/60 Hz, potência total aproximada de 125 W e alimentação elétrica bivolt automática (110–240 V AC). O equipamento deverá possuir registro válido junto à ANVISA. Deverá acompanhar, para cada unidade fornecida, gaveteiro com duas gavetas pequenas para o carro de transporte. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.</p>	
--	---	--



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

02	<b>Aparelho de Fototerapia Neonatal LED com pedestal de Alta Eficiência:</b> Para uso em beira de leito, no tratamento de hiperbilirrubina em pacientes neonatais, com configuração microprocessada e seguintes características técnicas: O equipamento deve possuir pedestal e braço articulável de modo a garantir sua sustentabilidade para uso em incubadoras, berços aquecidos e berços de acrílico; O equipamento deve possuir configuração em haste móvel e base sobre rodízios. A iluminação e distribuição de luz para o paciente deve utilizar fonte de irradiação a partir de dispositivos LED (diodo emissor de luz) e essa emissão deve ocorrer no espectro azul de luz visível; Espectro este focado em pelo menos 450 nm (nanômetros); O conjunto emissor deve ser constituído de tal forma que possa ser facilmente removível para manutenção ou troca; Os dispositivos LED devem ser construídos de tal modo que a vida média do conjunto emissor não seja inferior a 50.000 h (cinquenta mil horas); Intensidade média no centro do foco luminoso a 30cm de distância, com pelo menos: 30 $\mu\text{W}/\text{cm}^2.\text{nm}$ ; Área mínima irradiada efetiva de 420 x 300 mm a distância/altura de 50cm da fonte em relação ao paciente; Ruído: menor que 50 dB(A); O equipamento deve dispor de display alfanumérico, teclado e controle microprocessado para fácil acesso a diversas funções com toda a interface em português do Brasil. O equipamento deve dispor de controles que permitam ajuste da irradiância emitida entre 0 e 100%, com possibilidade de ajuste de pelo menos 10%, conforme recomendação médica de tratamento para cada paciente; deve dispor ainda de controle para totalização de horas para a fonte emissora. Deve dispor ainda de relógio e data; Sistema de proteção contra alta temperatura do módulo fonte; Memorização das irradiações medidas manual ou automaticamente para emissão de relatório; Saída para impressora ou computador via porta USB; Haste com rodízios construída em chapa de aço com pintura pó eletrostático; Movimentos de rotação, inclinação variável e ajuste de altura. No mínimo 15 LEDs com alta intensidade de radiação no espectro azul. Possuir iluminação por LEDs brancos de alta potência para auxílio no cuidado do paciente durante os exames clínicos, os quais quando acionados, devem desligar os LEDs azuis e a terapia deve ser pausada/suspensa. Alimentação 220V- 60 Hz ou bivolt automático. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.	09
03	<b>Aparelho portátil digital para medição da irradiância:</b> Irradiômetro composto de monitor portátil para medições da irradiância em aparelhos de fototerapia neonatal com bateria de 9V. Portátil. Peso aproximado máximo de 200 g. Foto-detecção da luz na faixa azul do espectro visível, fluorescente e halógena. Display em cristal líquido (LCD). Faixa de leitura mínima de 0,0 a 99,9 $\mu\text{W}/\text{cm}^2.\text{nm}$ , com resolução 0,1 $\mu\text{W}/\text{cm}^2.\text{nm}$ . Bateria 9V recarregável. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia de 12 meses com assistência técnica.	01
04	<b>Berço Aquecido Cuidados Intensivos:</b> O Berço aquecido deverá permitir diversas configurações construtivas de forma modular, proporcionado a adequação preconizada para viabilizar os protocolos assistenciais, desde os mais simples até os mais sofisticados, adotados nos diferentes ambientes dentro do hospital, seja na UTI Neonatal, sala de parto, parto humanizado, observação, cirurgia, pós-cirúrgico, de forma a atender o recém-nascido durante os procedimentos especiais nos	04



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

	<p>primeiros minutos de vida ou para tratamento mais prolongado quando necessário. Deve ter sistema irradiante de calor por elemento aquecedor construído com material do tipo fio de níquel-cromo em tubo especial de quartzo disposto no módulo refletor, na parte superior, com aletas direcionadoras que propiciam calor homogêneo em toda a área do colchão, sem prejuízo do acesso ao paciente, e com calha protetora do elemento de quartzo, deve permitir giro bilateral do irradiador no plano horizontal (180º) para permitir acesso externo ao leito o cassete de raios-X sem a necessidade de se remover o paciente e sem a necessidade de abaixar as abas de acrílico para colocação do cassete, deve possuir alarme automático de informação de refletor deslocado, no painel do berço e desligamento automático do aquecimento, deve ter sensor de temperatura do ar ambiente localizado na região posterior do poste e com indicação da leitura no painel do equipamento, leito do paciente deve ser tipo mesa, amplo, construído em material radiotransparente, deve ter bandeja de alojamento para o cassete radiográfico tipo, podendo ser posicionado através de coordenadas cartesianas; deve permitir ajustes contínuo e suave de movimentos elétricos ou manual para posicionamento do paciente nas posições Horizontal, Trendelenburg e Proclive, através de acionamento elétrico do leito ou manual; Painel em LEDs de alta resolução, deve ter sistema de contenção do paciente por lâminas de acrílico com mínimo 18cm de altura e movimentos rebatíveis de acionamento por ação rápida, ideal nos procedimentos de emergência; Deve ter colchão de memória com dimensões mínimas de 45x60cm adequada ao RN, coberto com capa em PVC fechada, todos os materiais devem ser atóxicos e antialérgicos, proporcionando maior conforto e maciez ao paciente. Móvel construído em tubos de aço pintado em tinta epóxi texturizado, concepção modular para adaptação de acessórios opcionais, com grande estabilidade e mobilidade através de quatro rodas giratórias de 5" de diâmetro, todas com freios, equipado com 01 prateleira giratória, com capacidade de 10kg, chave geral de segurança, na parte lateral, com fusível de proteção e com indicador luminoso de acionamento, stand by, no painel de controle; Monitora a temperatura do paciente T1 e indicação no painel da temperatura. Deve possibilitar controle da intensidade de calor do módulo refletor por sistema servocontrolado, através de sensor ligado ao R.N "T1", também operando no modo manual, sem o sensor. Neste caso, controla a quantidade de calor suficiente para estabilizar a temperatura do paciente; Deve ter comutação automática de modo manual para servo e vice-versa comandada pela operação do sensor de pele; display deve ser de alta resolução, permitindo fácil leitura, inclusive para ambientes com pouca luminosidade, para indicação da temperatura da pele, com faixa de controle de 25,0°C a 38,0°C, resolução de 0,1°C e precisão termostática de controle de +/- 0,2°C; acompanha: Sensor de temperatura de pele, deve ter sistema de auto teste de todas as funções, alarmes audiovisuais, intermitentes para visualização à distância, através de LED vermelho no painel, permanecendo ligado sempre que houver um alarme ativo, alarme para falha na resistência de aquecimento, baixa temperatura, deve possuir relógio de apagar com indicação e alarme sonoro no tempo ajustado pelo operador, indicação do tempo em minutos/segundos; tecla para iniciar a contagem e parar a mesma quando necessário; Equipamento deve ser certificado de acordo com as normas NBR IEC 60601-1(segurança elétrica), NBR IEC 60601-2-21 (segurança em berços aquecidos) e NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética).Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de</p>	
--	--	--



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

	deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica.	
<b>05</b>	<b>Berço Aquecido Cuidados Intensivos c/ Fototerapia LED Integrada:</b> Este Berço aquecido deverá permitir diversas configurações construtivas de forma modular, proporcionado a adequação preconizada para viabilizar os protocolos assistenciais, desde os mais simples até os mais sofisticados, adotados nos diferentes ambientes dentro do hospital, seja na UTI Neonatal, sala de parto, parto humanizado, observação, cirurgia, pós-cirúrgico, de forma a atender o recém-nascido durante os procedimentos especiais nos primeiros minutos de vida ou para tratamento mais prolongado quando necessário. Deve ter sistema irradiante de calor por elemento aquecedor construído com fio de níquel-cromo em tubo especial de quartzo disposto no módulo refletor, na parte superior, com aletas direcionadoras que propiciam calor homogêneo em toda a área do colchão, sem prejuízo do acesso ao paciente, e com calha protetora do elemento de quartzo, deve permitir giro bilateral do irradiador no plano horizontal (180º) para permitir acesso externo ao leito o cassete de raios-X sem a necessidade de se remover o paciente e sem a necessidade de abaixar as abas de acrílico para colocação do cassete, deve possuir alarme automático de informação de refletor deslocado, no painel do berço e desligamento automático do aquecimento, deve ter sensor de temperatura do ar ambiente localizado na região posterior do poste e com indicação da leitura no painel do equipamento, leito do paciente deve ser tipo mesa, amplo, construído em material radiotransparente, deve ter bandeja de alojamento para o cassete radiográfico tipo, podendo ser posicionado através de coordenadas cartesianas; deve permitir ajustes contínuo e suave de movimentos elétricos ou manual para posicionamento do paciente nas posições Horizontal, Trendelenburg e Proclive, através de acionamento elétrico do leito ou manual, com retorno automático Painel em LEDs de alto resolução, deve ter sistema de contenção do paciente por lâminas de acrílico com mínimo 18cm de altura e movimentos rebatíveis de acionamento por ação rápida, ideal nos procedimentos de emergência; deve ter 04 passadores flexíveis para circuitos de respiradores, drenos, cateteres e sondas; Porta-cartão de identificação do paciente; Deve ter colchão de memória com dimensões mínimas de 45x60cm adequada ao RN, coberto com capa em PVC fechada, todos os materiais devem ser atóxicos e antialérgicos, proporcionando maior conforto e maciez ao paciente. Móvel construído em tubos de aço pintado em tinta epóxi texturizado, concepção modular para adaptação de acessórios opcionais, com grande estabilidade e mobilidade através de quatro rodas giratórias de 5" de diâmetro, todas com freios, banda larga e para-choque, deve possibilitar o posicionamento do operador pelos três lados de uso sem limitar o acesso dos pés, deve conter 02 puxadores para transporte do berço e um enrolador de fio, equipado com 01 prateleira giratória, com capacidade de 10kg, chave geral de segurança, na parte lateral, com fusível de proteção e com indicador luminoso de acionamento, stand by, no painel de controle; Deve ter instruções de uso mais importantes e advertências são indicadas no corpo do aparelho. Módulo controlador deve ser de fácil acesso para manutenção e calibração, alojando todos os seus componentes em caixa tipo monobloco. Monitora a temperatura do paciente T1 e indicação no painel da temperatura auxiliar e ou periférica T2 possibilidade da indicação no painel da temperatura auxiliar T2, que poder ser requisitado. Deve possibilitar controle da intensidade de calor do módulo refletor por sistema servocontrolado, através de sensor ligado ao R.N "T1", também operando no modo manual, sem o sensor. Neste	10



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

	<p>caso, controla a quantidade de calor suficiente para estabilizar a temperatura do paciente; Deve ter comutação automática de modo manual para servo e vice-versa comandada pela operação do sensor de pele; display deve ser de alta resolução, permitindo fácil leitura, inclusive para ambientes com pouca luminosidade, para indicação da temperatura da pele, com faixa de controle de 25,0°C a 38,0°C, resolução de 0,1°C e precisão termostática de controle de +/- 0,2°C; acompanha: Sensor de temperatura de pele, deve ter sistema de auto teste de todas as funções, alarmes audiovisuais, intermitentes para visualização à distância, através de LED vermelho no painel, permanecendo ligado sempre que houver um alarme ativo, alarme para falha na resistência de aquecimento, baixa temperatura, deve possuir relógio de apagar com indicação e alarme sonoro no tempo ajustado pelo operador, indicação do tempo em minutos/segundos; tecla para iniciar a contagem e parar a mesma quando necessário; Módulo de fototerapia LED reversa, para tratamento de hiperbilirrubina em pacientes neonatais, com configuração microprocessada. Possuir no mínimo 12 LEDs azuis de alta intensidade. Possuir ajuste de potência da radiação e Área mínima irradiada efetiva de 25 x 25 cm Deverá acompanhar para cada equipamento 2 colchões de gel. Deve ter iluminação auxiliar por lâmpadas de LEDs brancos para exames noturnos e outros procedimentos. Equipamento deve ser certificado de acordo com as normas NBR IEC 60601-1(segurança elétrica), NBR IEC 60601-2-21 (segurança em berços aquecidos) e NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética). Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica.</p>	
<b>06</b>	<p><b>CPAP Neonatal com Umidificador:</b> Sistema não invasivo de pressão positiva nas vias aéreas (CPAP), destinado ao tratamento e à profilaxia das afecções respiratórias em recém-nascidos e lactentes, indicado para uso no desmame da ventilação mecânica. O sistema deverá permitir fluxo contínuo de mistura de ar comprimido e oxigênio, com aquecimento e umidificação dos gases, e controle da pressão por meio de coluna d'água com borbulhamento. O equipamento deverá apresentar fácil integração dos seus componentes, assegurando ao usuário controle preciso de todos os parâmetros operacionais. O circuito respiratório deverá ser composto por ramos inspiratório e expiratório com comprimento aproximado de 1,10 m cada, além de um ramo complementar com aproximadamente 35 cm de comprimento. O volume compressível do circuito deverá ser de aproximadamente 149 ml no ramo inspiratório e 101 ml no ramo expiratório, com conectores de 22 mm. O sistema deverá possuir frasco de borbulhamento com volume aproximado de 690 ml, graduado de 1 a 10 cm, capaz de fornecer pressão positiva de acordo com o nível de água inserido, com regulação da pressão realizada por régua graduada conectada ao circuito do paciente e inserida no recipiente. Deverá acompanhar suporte suspenso com ganchos para fixação da bolsa de água destinada à alimentação do reservatório do umidificador. Deverá dispor de alarmes audiovisuais para falta de energia elétrica, desconexão do sensor de temperatura, alta temperatura no sistema e baixo volume de água no umidificador. O equipamento deverá atender à norma ABNT NBR 13534, referente a instalações elétricas em estabelecimentos assistenciais de saúde, bem como ser certificado em conformidade com as normas NBR IEC 60601-1 (Prescrições Gerais para Segurança) e NBR IEC 60601-1-2 (Compatibilidade Eletromagnética). O equipamento deverá ser classificado como de uso médico-hospitalar, destinado exclusivamente à</p>	<b>04</b>





	<p>utilização por profissionais habilitados e sob monitorização frequente. As dimensões aproximadas do conjunto deverão ser de 45,0 cm de largura, 57,0 cm de profundidade e 160,0 cm de altura. O fornecimento deverá incluir cabo de alimentação elétrica, conectores e kit completo de CPAP nasal tamanho "0". O equipamento deverá possuir registro válido junto à ANVISA. O conjunto deverá ser montado sobre base confeccionada em material plástico de alto impacto, do tipo pedestal, apoiado sobre quatro rodízios giratórios de aproximadamente 3 polegadas de diâmetro, permitindo deslocamento e posicionamento adequados, bem como possibilidade de preparação para instalação em incubadoras e berços aquecidos. O sistema deverá permitir controle da fração inspirada de oxigênio (FiO<sub>2</sub>) de 21% a 100%, por meio de misturador de gases do tipo blender, equipado com fluxômetro de saída. A mistura gasosa deverá ser aquecida e umidificada por umidificador aquecido dotado de display LCD colorido para indicação dos parâmetros, controles eletrônicos microprocessados, teclas para visualização das temperaturas, seleção de modo invasivo ou não invasivo e função para silenciamento de alarmes. O umidificador deverá possuir sistema de monitoramento duplo de temperatura, com sensores posicionados de forma proximal e distal, incluindo sensor próximo ao paciente e junto ao ramo inspiratório, permitindo controle e monitorização contínua da temperatura no display, com indicação da temperatura entregue ao paciente e da temperatura de saída da câmara de água. Deverá indicar as condições de equipamento ligado e em aquecimento, bem como permitir a utilização de circuito aquecido. Deverá dispor de alarmes audiovisuais apresentados no display, com possibilidade de utilização de câmara de água descartável ou reutilizável. O ajuste de temperatura no modo invasivo deverá variar de 35 °C a 40 °C, com exatidão de <math>\pm 2</math> °C, e no modo não invasivo de 30 °C a 37 °C, com exatidão de <math>\pm 2</math> °C. O fluxo de trabalho no modo invasivo deverá ser de até 60 L/min e, no modo não invasivo, de até 120 L/min. O sistema deverá possuir válvulas reguladoras de pressão independentes para oxigênio e ar comprimido, equipadas com manômetros para auxiliar na regulação da pressão da rede, protegendo o circuito do paciente contra pressões excessivas. Deverá contar com válvula de alívio de pressão limitada a aproximadamente 17 cmH<sub>2</sub>O a 8 L/min, dotada de conector de entrada de 22 mm, conector de saída de 15 mm, porta Luer de 15 mm e porta fêmea de 15 mm para conexão de analisador de oxigênio. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.</p>	
07	<p><b>Incubadora Neonatal:</b> Deverá a incubadora proporcionar um ambiente termoneutro essencial para o tratamento de recém-nascidos prematuros, sendo indispensável sua utilização para pacientes neonatais, capaz de proporcionar microclima de elevada estabilidade térmica e uniformidade em toda a área do colchão. O equipamento deverá permitir o tratamento e a monitorização contínua do recém-nascido diretamente no leito, com mínimo manuseio, operando em ambientes de baixa luminosidade e reduzido nível de ruído sonoro, atendendo às técnicas mais modernas de incubação de prematuros críticos, com ampla visibilidade do paciente e de seus parâmetros clínicos. A incubadora deverá operar de forma extremamente silenciosa, de modo a reduzir estímulos nocivos ao paciente, dispondo de função de alta umidade relativa do ar, com servocontrole de temperatura, bem como possibilidade de servocontrole opcional da concentração</p>	10





**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

de oxigênio, monitorização por oximetria de pulso de alta precisão, inclusive para condições de baixa perfusão, balança incorporada ao leito radiotransparente e painel de controle elevado e giratório, que concentre todas as opções de ajuste e monitorização. O sistema deverá apresentar menus interativos, com representação gráfica das funções de tratamento e diagnóstico. O equipamento deverá ser certificado em conformidade com as normas NBR IEC 60601-1 (Segurança Geral para Equipamentos Eletromédicos), NBR IEC 60601-2-19 (Requisitos Particulares para Segurança de Incubadoras para Recém-Nascidos), NBR IEC 60601-1-2 (Compatibilidade Eletromagnética), NBR IEC 60601-2-49 (Requisitos para Equipamentos Multifuncionais de Monitorização de Pacientes), NBR IEC 60601-1-6 (Usabilidade) e NBR IEC 60601-1-8 (Requisitos Gerais de Alarmes), estando em conformidade com a 3ª edição da série IEC 60601 e possuindo marcação CE. A cúpula deverá ser ampla e ergonômica, confeccionada em acrílico de elevada qualidade óptica, com paredes duplas nas partes frontal, posterior e superior, com a finalidade de reduzir a perda de calor por irradiação, especialmente em recém-nascidos críticos. As paredes internas deverão ser removíveis manualmente, facilitando a limpeza. Deverá possuir portas de acesso frontal e posterior, rebatíveis em toda a extensão, permitindo a atuação simultânea de dois operadores e reduzindo a necessidade de deslocamento do paciente em procedimentos críticos. Deverá dispor de, no mínimo, oito passa-tubos distribuídos nos quatro cantos da cúpula, garantindo posicionamento adequado de cabos e circuitos, evitando dobras, desconexões e desconforto ao paciente. Deverá contar ainda com, no mínimo, cinco portinholas ovais com guarnição atóxica e punhos elásticos, além de porta tipo íris na cabeceira, destinada à passagem e posicionamento de circuitos respiratórios, facilitando manobras de intubação sem alteração das condições ambientais internas. O leito deverá ser amplo, deslizante e radiotransparente, confeccionado em material plástico atóxico, com trava de segurança e sistema contínuo e suave de ajuste manual de inclinação de aproximadamente  $\pm 12^\circ$ , permitindo posições de Trendelenburg, proclive e horizontais alta e baixa. Deverá possuir gaveta para chassi radiográfico, evitando o contato do paciente com superfícies frias durante exames de raios-X. O colchão deverá apresentar densidade adequada ao conforto do paciente, com espuma e capa impermeável, confeccionados em materiais atóxicos, autoextinguíveis, de fácil limpeza e desinfecção, com dimensões aproximadas de 34 x 63 cm. A base deverá ser totalmente constituída de material plástico de engenharia, não ferroso, lavável e resistente à desinfecção química, sem cantos vivos em sua estrutura interna, facilitando a higienização, contribuindo para a manutenção da temperatura e proporcionando baixo consumo de energia. A incubadora deverá ser desmontável para limpeza e desinfecção, inclusive em suas partes internas, como ventoinha e sistema de aquecimento, os quais deverão permitir retirada e limpeza por imersão em solução desinfetante. A cúpula deverá ser rebatível, com trava de segurança para sustentação em posição aberta. A unidade de controle deverá possuir painel elevado e giratório, com display de aproximadamente 5,5 polegadas, permitindo visualização e operação a partir da posição mais conveniente ao operador. Os controles deverão ser intuitivos, com identificação clara dos comandos e dados registrados. O sistema deverá permitir apresentação gráfica ajustável em períodos de 4, 8 e 24 horas para temperatura do ar, temperatura da pele, concentração de oxigênio, umidade relativa, potência de aquecimento e ganho de peso do paciente, com memória mínima de 8 dias, conforme a disponibilidade dos módulos instalados. Deverá permitir identificação digital do paciente, registro de dados clínicos e controle de manutenção preventiva,



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

com emissão de advertências, além de possibilitar a programação do idioma do display em português, inglês e espanhol. O equipamento deverá contar com teclas auxiliares para seleção de modo de operação, silenciamento de alarmes, desbloqueio para temperaturas superiores a 37°C e acesso ao menu principal. Deverá acompanhar haste com prateleira giratória incorporada, haste para bomba de infusão, sensor de temperatura de pele com conexão tipo DIN e sensor de umidade. Deverá possuir entrada para sensor auxiliar opcional, permitindo a monitorização numérica e gráfica da temperatura periférica do paciente, bem como possibilitar a monitorização do recém-nascido fora da incubadora, pelo método Mãe Canguru. O sistema deverá dispor de autoteste automático de todas as funções, travamento de teclado e saída de comunicação RS-232. O ajuste de temperatura deverá possuir resolução mínima de 0,1°C, operando, no modo ar, entre 20,0°C e 37,0°C, e, no modo pele, entre 34,0°C e 38,0°C, permitindo procedimentos com temperaturas especiais acima desses limites, conforme normas técnicas, com sinalização visual específica. Deverá dispor de alarmes audiovisuais programáveis e fixos para condições de hipotermia, hipertermia, falhas de energia, falhas de sensores, falhas de aquecimento, falhas de ventilação, deslocamento de sensores, alta umidade, falta de água e demais situações críticas, com alimentação por bateria recarregável para alarmes em caso de interrupção do fornecimento elétrico. O sistema deverá apresentar precisão termostática mínima de  $\pm 0,2^\circ\text{C}$ , desligamento automático em caso de alta temperatura, sistema redundante de segurança, indicação da potência proporcional do aquecedor, registro de data, horário e tempo de uso, além de retenção em memória dos parâmetros programados em caso de falta de energia. A incubadora deverá dispor de sistema programável de umidade servoativa, ajustável aproximadamente entre 30% e 95%, com incrementos de 1%, integrado ao sistema de aquecimento, garantindo ambiente estável e distribuição uniforme do calor, minimizando perdas térmicas por evaporação e distúrbios hidroeletrólíticos em prematuros. O sistema de umidificação deverá ser autônomo, sem necessidade de injeção externa de gás, com reservatório de água removível, autoclavável, com capacidade mínima para 24 horas de operação em alta umidade. O controle de temperatura, umidade e concentração de oxigênio deverá ocorrer por meio de sistema de circulação forçada de ar, com aspiração de ar ambiente microfiltrado, aquecimento, umidificação e enriquecimento com oxigênio, garantindo distribuição homogênea e evitando acúmulo de dióxido de carbono no interior da cúpula. O aquecedor deverá ser do tipo antipirólítico, com resistência de grande superfície e elevada durabilidade, prevenindo reações químicas indesejáveis com substâncias voláteis. O nível de ruído interno deverá ser reduzido, inferior a aproximadamente 53 dBA, com motor e ventilador balanceados, de modo a minimizar interferências durante a auscultação do recém-nascido. As entradas de ar e oxigênio deverão possuir filtros independentes, capazes de reter partículas superiores a 0,5 micron. O sistema deverá permitir concentrações elevadas de oxigênio com baixo fluxo, com válvula de segurança que, em caso de interrupção do fornecimento de oxigênio, forneça automaticamente ar ambiente microfiltrado, prevenindo o acúmulo de CO<sub>2</sub>. Todos os materiais utilizados deverão ser não ferrosos, anticorrosivos, atóxicos, antialérgicos, isentos de chumbo ou componentes nocivos, sem exalação de odores prejudiciais. O equipamento deverá possuir potência de entrada aproximada de 500 W, alimentação elétrica em 127 V ou 220 V, frequência de 50/60 Hz, classe de isolamento I, parte aplicada tipo BF, proteção contra penetração de água IPX4, não sendo adequado para atmosferas explosivas. Deverá apresentar velocidade do ar



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

	sobre o colchão inferior a 0,5 m/s, concentração máxima de CO <sub>2</sub> inferior a 0,4% e possuir registro válido junto à ANVISA. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia de 12 meses com assistência técnica na região metropolitana.	
08	<p><b>Incubadora Neonatal de Transporte:</b> A incubadora de transporte deverá proporcionar isolamento térmico adequado, controle uniforme de temperatura, umidade e concentração de oxigênio no interior da cúpula, dentro de parâmetros normatizados, garantindo a remoção e o transporte do paciente de forma segura, contínua e eficiente. O equipamento deverá ser certificado em conformidade com as normas NBR IEC 60601-1 (Equipamentos Eletromédicos – Prescrições Gerais para Segurança), NBR IEC 60601-2-20 (Prescrições Particulares para Segurança de Incubadoras de Transporte), NBR IEC 60601-1-2 (Compatibilidade Eletromagnética), NBR IEC 60601-1-8 (Requisitos Gerais para Segurança e Desempenho) e NBR IEC 60601-1-6 (Usabilidade), bem como atender às normas internacionais aplicáveis relativas à descarga eletrostática, suscetibilidade radiada, emissões conduzidas e radiadas e imunidade a transientes elétricos rápidos. Deverá possuir câmara de isolamento com cúpula de paredes duplas em toda a sua superfície, destinada à redução das perdas de calor por irradiação, confeccionada integralmente em acrílico transparente de elevada qualidade óptica, permitindo total visualização do paciente. A base deverá ser fabricada em material plástico leve, de alta resistência e fácil higienização. O equipamento deverá dispor de portas de acesso frontal e posterior, ambas com paredes duplas e ampla abertura, contendo, no mínimo, quatro portinholas com dispositivos de abertura e fechamento por desengate rápido, acionáveis por toque de cotovelo, dotadas de punhos elásticos e guarnições de material atóxico e lavável. Deverá possuir ainda porta de acesso lateral que permita a movimentação do leito do paciente, possibilitando sua extração parcial para manobras de intubação, mantendo a proteção da cúpula sobre o corpo, por meio de trilhos com trava de segurança. Esta porta deverá contar com portinhola tipo íris, com sistema duplo de abafadores de ar em silicone, destinada à passagem de tubos e acesso cranial.</p> <p>Todas as portas de acesso e a cúpula deverão ser vedadas com guarnições de material atóxico, garantindo o adequado isolamento e a manutenção de leve pressão positiva no interior da câmara. A cúpula deverá dispor de, no mínimo, quatro entradas flexíveis para passagem de cabos e sondas, sem oclusão. Todo o conjunto deverá ser facilmente desmontável para limpeza e assepsia, inclusive a base superior, por meio de travas de engate rápido. O sistema deverá contar com circulação forçada de ar, assegurando a uniformização interna da temperatura e evitando o acúmulo de dióxido de carbono na câmara de isolamento. O ar admitido deverá ser microfiltrado, com retenção mínima de partículas de 0,5 micron. O aquecimento deverá ser realizado por resistência de grande superfície e alta durabilidade, do tipo antipirólítico, prevenindo a conversão de vapores orgânicos em substâncias nocivas. Deverá possuir entrada de oxigênio que permita concentrações ajustáveis aproximadamente entre 21% e 90%, com pré-aquecimento e umidificação do gás antes de sua introdução na câmara. O equipamento deverá dispor de dois suportes abertos laterais para cilindros de oxigênio ou ar comprimido, tamanho padrão, permitindo instalação e remoção manual, sem uso de ferramentas, e evitando o acúmulo de gases em caso de vazamento. O nível de ruído durante a operação deverá ser reduzido, inferior a</p>	03



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

aproximadamente 60 dBA, com motor e ventilador balanceados, minimizando interferências durante a auscultação do recém-nascido. Deverá contar com iluminação interna auxiliar por LEDs, antiofusante, montada em haste flexível, permitindo adequada visualização do paciente durante os procedimentos, com possibilidade de ajuste conforme a inclinação da cúpula. O leito do paciente deverá ser confeccionado em material plástico atóxico e resistente. O colchão deverá ser constituído de espuma com densidade adequada ao conforto do recém-nascido, confeccionado em material atóxico e autoextinguível, com capa removível, também atóxica e autoextinguível, sem costuras, prensada, evitando acúmulo de resíduos e dotada de abertura em uma das extremidades para facilitar a limpeza e a desinfecção. O equipamento deverá dispor de dois cintos de segurança ajustáveis, confeccionados em material macio e resistente. Deverá possuir chave geral de segurança e fusíveis de proteção para alimentação em corrente alternada e contínua. A umidificação deverá ser autônoma, incorporada ao equipamento, por meio de sistema de retenção de água instalado sob o leito, não necessitando de injeção externa de gás para umidificação da câmara do paciente. O equipamento deverá contar com para-choque circundante para proteção de todo o perímetro da incubadora, bem como alças bilaterais de empunhadura para facilitar sua locomoção. As principais instruções de uso e tabela de referência para concentração de oxigênio deverão estar claramente indicadas no corpo do equipamento. O painel de controle deverá ser confeccionado com membrana de policarbonato, de fácil limpeza e resistente à penetração de líquidos, dotado de teclas de toque suave. Os controles deverão ser totalmente microprocessados, permitindo operação em modo manual de controle da temperatura do ar (ATC) ou em modo servo-controlado por sensor de temperatura conectado à pele do paciente (ITC). O sistema deverá realizar autoteste automático de todas as funções. Deverá dispor de alarmes audiovisuais para falta de energia, acionados por bateria recarregável; desconexão ou ausência do sensor de pele; falha de circulação de ar; hipotermia e hipertermia, para variações iguais ou superiores a 1,0°C em relação à temperatura ajustada; alta e baixa temperatura do ar; nível baixo de bateria e inversão de polaridade da alimentação externa. O equipamento deverá indicar o nível de potência da resistência de aquecimento e o modo de alimentação em uso (corrente alternada ou contínua). As temperaturas do ar e da pele, bem como os valores de ajuste, deverão ser exibidos em display de alta luminosidade, permitindo fácil leitura mesmo em ambientes com baixa iluminação. O ajuste de temperatura deverá possuir resolução mínima de 0,1°C, com teclas específicas para incremento e decremento, com sinalização sonora durante o ajuste, operando nas faixas aproximadas de 20°C a 39°C para temperatura do ar e de 34°C a 38°C para temperatura da pele. O equipamento deverá dispor de tecla para inibição de alarmes, tecla para operação com temperaturas superiores a 37,5°C e sistema de desligamento automático do aquecimento para temperaturas iguais ou superiores a 39°C. Deverá manter em memória o último valor programado de temperatura em caso de desligamento. O sistema deverá contar com módulo de alimentação vital composto por duas baterias seladas de 12 VDC e carregador automático do tipo flutuante, evitando excesso de corrente e prolongando a vida útil das baterias. Deverá dispor de entrada auxiliar de alimentação em 12 VDC, com autonomia mínima de 4 horas com carga total das baterias. A incubadora deverá operar automaticamente em alimentação elétrica entre 100 V AC e 240 V AC, bem como em corrente contínua de 12 VDC, com comutação automática para a bateria interna ou fonte externa compatível, como bateria de veículo de transporte, dispondo de



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

	<p>alarme audiovisual para inversão de polaridade. Deverá acompanhar sensor de temperatura de pele com conexão de engate rápido, cabo de alimentação para 12 VDC com conector compatível para fonte externa e cabo de alimentação elétrica conforme normas vigentes. As dimensões externas aproximadas deverão ser de 56,5 cm de largura, 102 cm de profundidade e 118 cm de altura, com potência elétrica prevista de aproximadamente 150 W em corrente alternada ou 80 W em corrente contínua, frequência de 50/60 Hz. O equipamento deverá possuir registro válido junto à ANVISA. Deverá acompanhar kit de suporte com prateleira em aço inoxidável para acomodação de monitores, respiradores, bombas de infusão e equipamentos correlatos, com capacidade mínima de carga de 10 kg. Deverá ser fornecido carro de transporte com ajuste de altura em, no mínimo, três níveis, estrutura em alumínio anodizado, dotado de quatro amortecedores pneumáticos e quatro rodízios de aproximadamente 6 polegadas de diâmetro, com banda larga e sistema de freio, bem como dispositivo de desengate rápido da estrutura, com dimensão aproximada de 27 x 70 cm. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia de 12 meses com assistência técnica na região metropolitana.</p>	
<b>09</b>	<p><b>Monitor Multiparâmetros Neonatal:</b> Características: Tela LCD/TFT de 12,1" touch screen resolução de 1280x800 pixels. Métodos de operação: Através de toque na tela (touch screen); Monitor modular composto de slot para módulo multiparâmetros com os parâmetros básicos (ECG / Respiração, SpO2, PNI e 2 Temperaturas) e 3 slots para módulos de parâmetros adicionais. ▪ Sistema avançado de gerenciamento de dados do paciente, com alta capacidade de armazenamento; Proteção no desligamento – Grava todos os dados ao desligar; Porta USB, porta de rede RJ45, porta HDMI, Porta Multifunções (chamada de enfermeira). Alça fixa, fácil de transportar; Bateria de Lítio, com autonomia para 4 horas; Possibilidade de múltiplas opções de fixação: Suporte de parede, gancho para fixação vertical, suporte com rodízios; Gerenciamento inteligente de alarmes, identificação automática do nível de alarme. Ajuste automático do tempo de alarme adequado para reduzir falsos alarmes; Alarme com 3 níveis de prioridade (baixa, média e alta). ▪ Análise ARR, Alarme de Apneia RESP, OxyCRG; CMRR&gt;106 dB, excelente capacidade de anti- interferência de ECG. Detecção de até 27 arritmias. Monitorização de NEWS e MEWS para detecção de degradação precoce do paciente (EWS), Avaliação do assistente clínico (CAA) – Com guia para Sepse incluindo pontuação para SOFA e qSOFA, Terapia de pacotes SSC e terapia de suporte. Rastreio CCHD (Doença Cardíaca Congênita Crítica) para detecção 7 lesões específicas: síndrome do coração esquerdo hipoplásico, atresia pulmonar, tetralogia de Fallot (TF), retorno venoso pulmonar anômalo total, transposição das grandes artérias, atresia tricúspide e tronco arterioso, inclui módulo e sensor conforme descritivo abaixo. Oxícardiorespirograma, ▪ Análise ARR, Alarme de Apneia RESP, OxyCRG; Full Disclosure (Formas de Onda de Transp Total): 48 horas. Dados de Tendência: 160 horas ▪ Apresentação de até 8 formas de onda simultaneamente na tela. Configurado com os seguintes parâmetros: ECG (cabo de 3 vias), FR (Frequência Respiratória), SpO2 (oximetria) com possibilidade de oximetria Nellcor ou Masimo, NIBP (Pressão Não Invasiva), RESPIRAÇÃO, TEMPERATURA (2 CANAIS) Bateria de Lítio com autonomia de 04 horas. ▪ IBP (PRESSÃO INVASIVA) – 02 canais. Capnografia Sidestream Acessórios que acompanham cada aparelho: 01 Cabo de alimentação, 01 Cabo de ECG de 3 Vias</p>	10





**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

<p>RN 01 Cabo extensor para sensor de SpO2, 01 Cabo de SPO2 neonato tipo Y 01 Tubo para NIBP (pressão não invasiva), 01 Conjunto vários tamanhos de braçadeiras neonatal para NIBP sem látex em velcro, 01 Sensor de temperatura de pele neonatal 01 Suporte de parede 01 Bateria de Lítio com autonomia para 04 horas, 01 Manual de operação em português. 01 Certificado de calibração e teste de segurança elétrica Especificações Técnicas Segurança Grau de proteção contra entrada de água: Modulo RGM: IPX4, KPM IPX2, Outros IPX 1 Tamanho e Peso Dimensões: 308 mm (L) x 283mm (A) x 177mm (P) Peso: 3,5 kg (com bateria). Ambiente Operacional Alimentação: 100 a 240 VAC, 50 / 60 Hz Temperatura: 5 a 40 °C Umidade: 5% ~ 95 % (não condensado) Tipos de Paciente Adulto, Pediátrico e Neonato Especificações de Desempenho Tela: TFT/LCD Colorida de 12,1 polegadas Resolução:1280 x 800 pixels Traçado: até 8 formas de onda Bateria: Lítio, recarregável, com autonomia mínima 4 horas de funcionamento contínuo; Indicadores: Alarme, Alimentação, Bateria, Bip de QRS e Alarme Sonoro Oxícardiorrespirograma: SIM Rede: Conexão com ou sem fio (wireless; opcional) à Central de Monitorização. Interface: RJ45 - porta de Rede, para ligação à central de monitorização ou outros dispositivos. 4 portas USB - podem ser utilizadas para ligar um mouse, teclado, impressora, Scanner USB e outros dispositivos, além de atualização de software através da USB Porta multifunções pode ser utilizada para chamada de enfermeira, como porta de sinal de sincronização de desfibrilação e pode ser usada como porta de saída de sinais analógicos. Porta HDMI – pode ser ligada a uma tela HD externa para monitorização em tempo real no monitor externo. Memória para evento de alarme: até 2000 grupos Memória de ondas : 48 h Full Disclosure (Formas de Onda de Transp Total): 48 horas Tempo de Tendência: até 160 horas Alarme: Sonoro e Visual, alto e baixo ajustável pelo usuário, com 3 níveis de limites, para todos os parâmetros e situações, com memória automática. ECG Cabo: 3 Vias Forma de Onda de ECG: Padrão ou Cabrera. Seleção de Ganho: x0.125, x0.25, x0.5, x1, x2, x4, auto Velocidade de Varredura: 6.25, 12.5, 25, 50mm/s Faixa de Frequência Cardíaca: Adulto: 15 a 300 bpm; Pediátrico e Neonatal: 15 a 350 bpm Exatidão: ±1 bpm Resolução: 1 bpm Proteção Contra Interferências de eletrocirurgia: Suporta Corte 300W e modo Coagulação até 100W; Isolamento a prova de desfibrilação. Taxa de Rejeição em Modo Comum (CMRR): Modo Diagnóstico: &gt;= 90 dB; Modo Monitor e Modo Cirurgia: &gt;= 106 dB Modos de Operação: Diagnóstico, Monitor e Cirurgia Resposta de Frequência (Largura da banda): Diagnóstico: 0,05 a 150 Hz; Monitor: 0,5 a 40 Hz; Cirurgia: 1 a 20 Hz Modo ST: 0.05Hz a 40 Hz Escala do Sinal: 1 mV ±5% Faixa de Alarme: 15 a 350 bpm Detecção de Marcapasso: SIM Detecção do Segmento ST: SIM Faixa de Medida: - 2,5 mV a 2,5 mV (automático) Análise de Arritmia: SIM, até 27 arritmias. Análise de ECG de 12 Derivações: SIM Indicador de eletrodo: indicador áudio e visual Análise do segmento S-T, com indicação gráfica circular e medição de valores de ST para as derivações apresentadas. Análise QT/QTc 200ms – 800ms, QT-HR 15bpm-150bpm (adulto), 15bpm – 180 bpm (ped, Neo) Resumo do ECG de 24 horas Incluindo: Estatísticas de frequência cardíaca, estatísticas de eventos de arritmia, estatísticas de valor de medição QT/QTc, estatísticas de ST máximo e mínimo para cada derivação, estatísticas de ritmo, forma de onda típica de ECG. Respiração Método: Impedância Torácica Faixa de medida da Frequência Respiratória: 0 - 120 rpm ± 1rpm; 121 a 200 rpm ±2rpm; Alarme de Apneia ajustável: Adulto: 10s – 60s, Ped/Neo: 10s – 40s. Velocidade de varredura: 3, 6.25, 12.5, 25 e 50mm/s Seleção de Ganho: 2,5 mm/mV (x0,25), 5 mm/mV (x0,5), 10 mm/mV (x1), 20 mm/mV (x2), 30 mm/mV (x3), 40 mm/mV (x4), 50 mm/mV (x5) Pressão Não Invasiva (PNI)</p>	
--	--



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

	<p>Método: Oscilométrico Modos de Operação: Manual, Automático, Contínuo (STAT) Tempo de medida automática: ajustável de 1, 2, 2.5, 3, 4, 5, 10, 15, 30, 60, 90, 120, 180, 240, 480, 720 minutos. Unidade de medida: mmHg / Kpa (selecionável) Tipos de Medida: Pressão Arterial Sistólica, Pressão Arterial Diastólica, Pressão Arterial Média, Frequência de pulso (FP) na lista de NIBP Faixa de Medida: Adulto: 10 a 290 mmHg; Pediátrico: 10 a 250 mmHg; Neonato: 10 a 140 mmHg Proteção contra sobrepensão: proteção de segurança dupla (hardware e software) Precisão da medição da pressão arterial: <math>\pm 3\text{mmHg}</math> (<math>\pm 0.4\text{kpa}</math>) Alarme: sistólico, diastólico, média Frequência Respiratória NIBP: 40 – 240 bpm Temperatura (Superficial e Intracavitária) Canal: 2 canais, T1, T2, TD (diferença de temperatura) Faixa de Medida: 0 a 50 °C Resolução: 0,1 °C Exatidão: <math>\pm 0,1</math> °C (sem incluir o sensor) Permite a leitura da temperatura corporal de até dois canais de temperatura. Permite calcular a diferença entre dois locais de medição. Permite a medida da temperatura axilar, esofágica e retal. SpO2 Faixa de Medida: 0 a 100% Resolução: 1% Exatidão: 0 a 69: não definido; 70 a 100%: <math>\pm 3\%</math> (Adulto e Pediátrico), <math>\pm 3\%</math> (Neonato) Faixa do alarme: 0 a 100% PI (índice de perfusão): 0.05 – 20.0 Faixa de Frequência de Pulso: 20 a 300 bpm Resolução: 1 bpm Exatidão: <math>\pm 2</math> bpm (sem movimento) Faixa do alarme: 15 a 300 bpm Pressão Arterial Invasiva (PI) Canal: até 08 canais Pressão Medida: ART (pressão arterial), PA (pressão da artéria pulmonar), CVP (pressão venosa central), RAP (pressão atrial direita), LAP (pressão atrial esquerda), ICP (pressão intracraniana), AO (pressão aórtica), UAP (pressão da artéria umbilical), BAP (pressão da artéria braquial), FAP (pressão da artéria femoral), UVP (pressão da veia umbilical), UAP (pressão arterial umbilical), LV (pressão ventricular esquerda), IAP (pressão intra-abdominal), CPP (pressão de perfusão cerebral) P1, P2, P3, P4 (a pressão de expansão é determinada pelo número de canais IBP) Faixa de Medida: -50 a 370 mmHg Faixa de alarme: -50 a 370 mmHg Resolução: 1 mmHg Exatidão: <math>\pm 1</math> mmHg ou <math>\pm 2\%</math> (o que for maior) Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.</p>	
10	<p><b>Ressuscitador Neonatal Mecânico com Carrinho e Acessórios:</b> O ressuscitador infantil portátil deverá ser destinado à ventilação pulmonar mecânica manual não invasiva de recém-nascidos e lactentes, indicado para utilização em unidades de terapia intensiva neonatal, transporte intra e extra-hospitalar, pronto-socorro, salas de parto, centros cirúrgicos e demais ambientes assistenciais, possibilitando a otimização da complacência pulmonar e das trocas gasosas por meio da manutenção contínua e segura do fluxo ventilatório. O equipamento deverá ser construído em caixa injetada em plástico de engenharia, montada sobre carrinho móvel, com coluna de sustentação dotada de base com, no mínimo, quatro rodízios providos de sistema de freio, bem como base de apoio destinada ao acoplamento do equipamento, garantindo mobilidade, estabilidade e segurança durante o uso em ambientes assistenciais. Deverá possuir alça integrada, facilitando o transporte quando desacoplado do carrinho. O sistema deverá operar com limitação de pressão, mantendo os parâmetros previamente ajustados, e permitir frequência ventilatória manual, determinada pelo ritmo de oclusão digital intermitente, possibilitando procedimentos realizados de forma prática, segura e com menor fadiga do operador. Deverá permitir ajuste rápido, preciso e seguro da pressão inspiratória (PIP), da pressão positiva no final da expiração (PEEP) e da pressão de segurança, conforme a indicação clínica de cada paciente, assegurando ventilação</p>	01





**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

	<p>eficaz, adequada oxigenação e prevenção de atelectasia, barotrauma, volutrauma e demais lesões pulmonares. O controle e ajuste da pressão de segurança deverão ser realizados por meio de válvula mecânica localizada no painel frontal. O painel frontal deverá dispor de manovacuômetro para monitorização das pressões aplicadas, válvula de alívio para ajuste da pressão máxima, dotada de tampão de proteção contra alterações inadvertidas, válvula mecânica para controle da pressão inspiratória, conector para entrada de gás e dispositivo apropriado para saída de gás. O equipamento deverá ser operado por meio de fontes de ar comprimido ou oxigênio, podendo ser acoplado a dispositivo misturador externo de gases do tipo blender ou sistema equivalente, permitindo o ajuste da fração inspirada de oxigênio (FiO<sub>2</sub>) conforme a necessidade clínica. Deverá apresentar fluxo contínuo, com faixa mínima de atuação de pressão entre -20 e 80 cmH<sub>2</sub>O, e pressão máxima ajustável entre aproximadamente 65 e 80 cmH<sub>2</sub>O, conforme o fluxo de entrada. O equipamento deverá ser fornecido com mangueira de entrada de gás com conexão dupla, com comprimento aproximado de 1,20 metro, tubo corrugado com válvula em "T" para controle e regulação da PEEP, conjunto de, no mínimo, três máscaras faciais redondas em silicone, autoclaváveis e adequadas ao uso neonatal, em tamanhos variados, bem como pulmão teste em silicone, isento de látex. As dimensões aproximadas da unidade principal deverão ser de 20 cm de largura, 9 cm de profundidade e 26 cm de altura. A coluna do carrinho deverá possuir altura aproximada de 96 cm. O conjunto deverá apresentar peso máximo aproximado de 4 kg, assegurando facilidade de transporte e manuseio. O equipamento deverá acompanhar dispositivo misturador de gases acoplado lateralmente, permitindo o ajuste da fração inspirada de oxigênio (FiO<sub>2</sub>) de acordo com a necessidade clínica, bem como mangueiras para oxigênio e ar comprimido com comprimento aproximado de 1,5 metro e fluxômetro com conector compatível para mangueira de entrada de gases. O fornecimento não deverá incluir cilindros de gases. O produto deverá possuir registro válido junto à ANVISA, em conformidade com a legislação sanitária vigente. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.</p>	
<b>11</b>	<p><b>Ressuscitador Infantil Mecânico de Mesa:</b> O ventilador mecânico manual em sistema em "T" deverá ser equipamento portátil destinado à ventilação pulmonar mecânica manual de recém-nascidos, indicado para uso em unidades de terapia intensiva neonatal, salas de parto, pronto-socorro, apoio em transportes intra e extra-hospitalares e demais ambientes assistenciais, possibilitando a otimização da complacência pulmonar e das trocas gasosas por meio da manutenção contínua, controlada e segura das pressões aplicadas durante a ventilação. O equipamento deverá ser construído em caixa injetada em plástico de engenharia, com alça integrada para facilitar o transporte, e base de apoio em plástico de engenharia dotada de, no mínimo, quatro pés em silicone do tipo ventosa, assegurando estabilidade e fixação adequada em superfícies planas e lisas. Deverá permitir a oferta de pressão inspiratória e pressão positiva no final da expiração (PEEP) constantes, com ajustes precisos e contínuos conforme a resposta clínica do paciente, bem como dispor de sistema de limitação da pressão máxima em níveis seguros. O manuseio deverá ser simples e intuitivo, proporcionando excelente interação de uso pelo profissional assistencial. O painel frontal deverá possuir manômetro analógico para monitorização das pressões, válvulas mecânicas</p>	04



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

	<p>independentes para ajuste e controle da pressão inspiratória e da pressão máxima de segurança, além de conexões apropriadas para entrada e saída de gases. A válvula de controle da PEEP deverá estar localizada diretamente na peça em “T”, a qual deverá possuir conexão universal compatível com máscaras faciais e tubos endotraqueais. Os ajustes da pressão inspiratória e da PEEP deverão ser realizados de forma rápida e segura, assegurando uma gestão eficaz das vias aéreas, com ventilação gentil, enchimento alveolar adequado sem distensão excessiva e adequada oxigenação do paciente. A frequência ventilatória deverá ser determinada manualmente, por meio de oclusão digital intermitente, permitindo a realização dos procedimentos de maneira prática e com menor fadiga do operador. O equipamento deverá operar exclusivamente por meio de mistura de ar comprimido e oxigênio fornecida por dispositivo misturador de gases (blender), permitindo ajuste da fração inspirada de oxigênio (FiO<sub>2</sub>) em ampla faixa, aproximadamente de 21% a 100%, conforme a necessidade clínica. Deverá operar com fluxo contínuo de até aproximadamente 15 litros por minuto, com faixa de atuação de pressão entre 0 e 80 cmH<sub>2</sub>O, de acordo com o fluxo de entrada. O painel frontal deverá contar com manômetro graduado em faixa aproximada de -20 a 80 cmH<sub>2</sub>O, válvula de alívio para ajuste da pressão máxima, dotada de tampão de proteção para evitar alterações inadvertidas, válvula de controle da pressão inspiratória e conectores apropriados para entrada e saída de gases. O equipamento deverá ser fornecido com dispositivo misturador de gases acoplado lateralmente, mangueiras para oxigênio e ar comprimido com comprimento aproximado de 1,5 metro, fluxômetro com conector compatível para mangueira de entrada de gases, mangueira com conexão dupla de entrada de gás com comprimento aproximado de 2,10 metros, tubo corrugado com válvula em “T” para ajuste da PEEP, conjunto de, no mínimo, três máscaras faciais redondas em silicone, autoclaváveis e de tamanhos variados para uso neonatal, bem como pulmão teste em silicone, isento de látex. As dimensões aproximadas do equipamento deverão ser de 20 cm de largura, 9 cm de profundidade e 26 cm de altura, com peso máximo de aproximadamente 4 kg, garantindo facilidade de transporte e manuseio. O produto deverá possuir registro válido junto à ANVISA, conforme a legislação sanitária vigente. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.</p>	
12	<p><b>Ventilador Respirador Pulmonar Neonatal:</b> Características mínimas, ventilador pulmonar, eletrônico microprocessado, para assistência ventilatória mecânica em pacientes adultos, pediátricos e <b>neonatos</b>, para uso em unidades de tratamento intensivo, semi-intensivo. Deve possuir faixas de ajuste específicos ou seleção automática baseada no peso para os grupos de pacientes adultos, pediátricos e neonatos, evitando acidentes que administrem grandes volumes nos mesmos. Deve operar com os gases oxigênio, proveniente de redes de alta pressão canalizadas ou cilindros medicinais e gerar seu próprio ar comprimido, através de compressor interno ou sistemas de turbina ou ainda blower. Deve possuir misturador dos gases ar/o<sub>2</sub> eletrônico interno ao ventilador; monitorar a concentração de oxigênio no gás inspirado pelo paciente (fio<sub>2</sub>) através de analisador de o<sub>2</sub> integrado ao ventilador. Todas as modalidades a pressão controlada devem compensar possíveis vazamentos automaticamente. Devem estar disponíveis modalidades de ventilação não invasivas com o uso de dispositivos</p>	10



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

<p>de interface como máscaras faciais e prongas nasais (no caso de neonatos) e ainda terapia de oxigênio (alto fluxo). Deve possuir modalidades de desmame semiautomático, pelo menos para pacientes pediátricos/adultos, baseadas em respostas metabólicas, atividade neural, mecânica respiratória ou deduções fisiológicas. Deve possuir tela colorida de no mínimo 15 polegadas de diagonal, com comandos sensíveis ao toque (touch screen) e mecanismo de proteção contra acionamentos acidentais. Deve mostrar pelo menos três curvas simultâneas dos parâmetros ventilatórios. Possuir nebulizador de medicação integrado e sincronizado com a inspiração. Deve possuir capnografia volumétrica pelo sistema de fluxo principal (mainstream) que quando instalado, deve mostrar os parâmetros monitorados e seus respectivos alarmes na tela do ventilador. Possuir registro válido na ANVISA-MS e certificados IEC INMETRO pertinentes à classe do produto. Modalidades de ventilação invasiva e não invasiva: pcv - ventilação controlada por pressão p-a/c - ventilação por pressão assistido controlada pc-simv - ventilação mandatória interm. sincronizada bilevel - ventilação bifásica aprv - ventilação com liberação de pressão de vias aéreas cpap - pressão contínua positiva psv - ventilação por pressão de suporte vcv - ventilação controlada a volume v-a/c - ventilação assistida controla a volume vc-simv - ventilação mandatória intermitente sincronizada - volume controlada prvc vsv não invasivo cpap – pressão contínua positiva nasal ou cpap back-up para todos os modos ventilatórios programável insuflação manual ou respiração manual modo ventilatório avançado -recurso para enriquecimento de o<sub>2</sub> na mistura gasosa entregue ao paciente, para realização de procedimentos de aspiração e retorno automático para concentração original; - ventilação de reserva (backup) para todos os modos espontâneos e assistidos; - sensibilidade a fluxo e a pressão, com disparo na inspiração (trigger); -nebulizador de medicação integrado, sincronizado com a inspiração, expiração ou modo contínuo. Função de espera (standby) para permitir desconexão intencional do paciente. características mínimas de ajuste: -volume corrente: 5 ml a 2.000 ml ou maior; -frequência: de 1 a 150 rpm (respirações por minuto); pelo menos -fluxo inspiratório mínimo: 1 a 200 lpm (ajuste direto ou indireto); -pressão inspiratória de pelo menos 1 a 90 cm h<sub>2</sub>o -peep/cpap: de 0 a 50 cm h<sub>2</sub>o; -sensibilidade a pressão a partir 0,1 até 7,0 cmh<sub>2</sub>o e a fluxo de 0,1 a 7,0lpm, -suporte de pressão: 1 a 60 cm h<sub>2</sub>o, incluindo o nível da peep/cpap; -concentração de o<sub>2</sub>, através de misturador de ar/o<sub>2</sub> incorporado (interno): 21 a 100%, com ajuste linear e, no mínimo, de 1 em 1%; -pausa inspiratória manual ou automática. -Tempo de detecção de apneia: mínimo de 15 segundos a 60 segundos -rampa de pressão ajustável pelo operador na ventilação a pressão -disparo expiratório na pressão de suporte ajustável de pelo menos 5% a 70%. Monitoração numérica de parâmetros ventilatórios: -pressão de vias aéreas, incluindo pico, média e -peep/cpap (pressão final das vias aéreas); - concentração de oxigênio, medida após a mistura e entregue ao paciente (fio<sub>2</sub>). - volume minuto (vm) expirado; -volume corrente (vc) expirado; -frequência respiratória espontânea e total; -tempos inspiratório e expiratório e/ou relação i:e; -fluxos inspiratório e expiratório máximos; -índice de respiração superficial rápida (rsb), conhecido como índice de tobin; -pressão de oclusão a 0,1 s, conhecida como p<sub>0,1</sub>; -mecânica respiratória com complacência, -resistência, constante de tempo e autopeep. tendências monitoração gráfica: -curvas em tempo real de volume, fluxo e pressão de vias aéreas; -alças (loops) da ventilação: pressão-volume; -volume-fluxo alarmes audiovisuais: -volume minuto expirado baixo/alto; -pressão de via aérea baixa/alta; -volume corrente baixo/alto; -desconexão; -concentração de oxigênio inspirado baixa/alta; -frequência respiratória baixa/alta; -tempo de</p>	
--	--



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

	detecção de apneia; -falta de energia; -bateria; -histórico dos alarmes ativados com seus respectivos horários; -possibilidade de silenciar o alarme. Acompanha manual operacional do equipamento em português. Exigências: o equipamento deve possuir registro na ANVISA, e a documentação comprobatória deverá ser apresentada pela empresa vencedora. A avaliação técnica do equipamento será realizada com base no manual registrado na ANVISA. Deverá ser fornecido sem ônus, treinamento a equipe operacional conforme a necessidade da instituição o equipamento deverá vir de fábrica com certificado de calibração com validade de 1 ano. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.	
13	<b>Ventilador Pulmonar de Transporte Neonatal:</b> Características gerais: Ventilador de emergência para transporte, microprocessado, portátil, destinado ao transporte de pacientes adultos, pediátricos, para uso em ambulância e transporte intra hospitalar. Ventilação invasiva e não invasiva com compensação de fugas, com índice de proteção no mínimo IP31. Peso, no máximo 4,0 Kg Modos ventilatórios: Modos ventilatórios: volume controlado/assistido; SIMV; CPAP; Pressão controlado/assistido. Sistema de Monitorização: Monitoração através de tela digital dos seguintes parâmetros ventilatórios: pressão de vias aéreas; volume minuto expiratório; frequência respiratória; PEEP. Sistema de Controles: Volume corrente: de 50 a 2000 ml, no mínimo. Tempo inspiratório de 0,25 a 5 segundos, no mínimo. Frequência respiratória de 2 a 60 rpm, no mínimo. Sensibilidade ajustável a fluxo e/ou a pressão Porcentagem de oxigênio ajustável de 35 a 100%, no mínimo. PEEP/CPAP interno ajustável eletronicamente de 0 a 20 cm H2O. Pausa inspiratória ajustável de pelo menos 5 segundos Pressão de suporte: de 5 a 15 cmH2O no mínimo. Pressão controlada/assistida: de 5 a 60 cmH2O no mínimo. Ventilação de apneia para todos os modos ventilatórios espontâneos, incluindo CPAP. Alarmes audiovisuais: Pressão máxima e mínima de vias aéreas. Apneia; Carga de bateria baixa; Baixa pressão de oxigênio. Tecla de silenciamento de alarme por 120 segundos Recursos: Bateria interna, recarregável, com autonomia de no mínimo 4 horas. Alimentação elétrica a partir de rede ac/dc de 100 a 240V/50 a 60Hz, com comutação automática. Possibilidade futura de incorporar monitoração de capnografia. Acessórios Mínimos: Dois Circuitos para cada aparelho, autoclaváveis, de fácil montagem, limpeza e esterilização para paciente adulto. Dois sensores de fluxo adulto com mangueiras de medição - Duas válvulas expiratórias completas com o diafragma. - Uma Mangueira para conexão da rede de oxigênio. - Sistema de fixação para suporte em macas. - E demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento. Informações Complementares: Fornecer treinamento para manuseio do equipamento. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.	03

## **5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO**

### **5.1. Análise de Soluções Existentes.**

Para o atendimento da necessidade do Complexo Hospitalar Irmã Dulce, foram analisadas duas modalidades principais de mercado:



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

1. Aquisição Direta (Compra): Exige alto aporte de capital imediato (CAPEX). O mercado sinaliza prazos de entrega estendidos e a necessidade de estruturação de um setor de engenharia clínica robusto para lidar com manutenções e estoques de peças.
2. Locação/Outsourcing de Equipamentos: Modalidade em franca expansão no setor de saúde (Público e Privado). Transforma o investimento em despesa operacional (OPEX), garantindo a atualização tecnológica (upgrade) e manutenção integral inclusa no valor mensal.

**5.2. Prospecção de Fornecedores.**

<b>Empresa</b>	<b>Valor Global Mensal (Bloco)</b>	<b>VALOR GLOBAL ANUAL (12 MESES)</b>
Empresa 1	R\$ 178.504,78	<b>R\$ 2.142.057,36</b>
Empresa 2	R\$ 209.601,00	<b>R\$ 2.515.212,00</b>
Empresa 3	R\$ 193.528,74	<b>R\$ 2.322.344,88</b>
<b>VALOR MÉDIO ESTIMADO</b>	<b>R\$ 193.878,17</b>	<b>R\$ 2.326.538,08</b>

**5.3. Análise Comparativa e Justificativa da Escolha.**

A análise de mercado corroborou que a locação é a solução mais alinhada ao paradigma da gestão pública gerencial. Enquanto a aquisição imobiliza o patrimônio e gera riscos de obsolescência, a locação oferece:

<b>Critério</b>	<b>Aquisição (Compra)</b>	<b>Locação (Outsourcing)</b>
Investimento Inicial	Muito Alto	Baixo / Diluído
Manutenção	Ônus da Administração (Lenta)	Ônus da Contratada (Imediata)
Tecnologia	Fixa (Tende a ficar obsoleta)	Dinâmica (Sempre atualizada)
Risco Operacional	Alto (Paralisação de leitos)	Baixo (SLA de substituição)
Descarte (Logística Reversa)	Responsabilidade do Hospital	Responsabilidade da Empresa

**5.4. Conclusão do Levantamento.**

Conclui-se que há ampla competitividade no mercado para o objeto pretendido. A locação se destaca por assegurar a resolutividade da UTI Neonatal, pois o mercado de "serviços de disponibilidade" responde de forma muito mais célere do que a cadeia logística de manutenção própria do Estado. Assim, o levantamento ratifica a viabilidade e a superioridade da locação para garantir a efetividade social dos serviços de saúde no Complexo Irmã Dulce.

**6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

**6.1. Metodologia de Precificação**

Foram consultadas empresas do ramo, as quais apresentaram os valores a seguir:

**6.1.1. Valores apresentados:**

<b>Empresa</b>	<b>Valor Total Mensal</b>	<b>Valor Total Anual (12 meses)</b>
Empresa 1	R\$ 169.414,51	R\$ 2.032.974,12*
Empresa 2	R\$ 209.601,00	R\$ 2.515.212,00
Empresa 3	R\$ 193.528,74	R\$ 2.322.344,88*

**6.1.2. Média de Preços de Mercado**



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

Descrição	Média de Valor (R\$)
Média Total Mensal	R\$ 190.848,08
Média Total Anual (12 meses)	R\$ 2.290.177,00

Memória de Cálculo (Valores Totais Mensais)

Cálculo da Média Mensal:

$$169.414,51 + 209.601,00 + 193.528,74 / 3 = \mathbf{190.848,08}$$

Cálculo da Média Anual:

$$190.848,08 / 12 = \mathbf{2.290.177,00}$$

A estimativa foi consolidada considerando o Custo Total de Disponibilidade. Diferente da compra simples, o valor da locação mensal engloba a amortização do bem, a logística de substituição e o suporte técnico 24h. A metodologia de "Eficiência Orçamentária" adotada transforma o alto investimento inicial (CAPEX) em despesas correntes (OPEX), permitindo que o Hospital mantenha a resolutividade sem imobilizar recursos vultosos.

#### 6.2. Composição Estimada da Solução.

A Composição estimada da Solução compreende a contratação de prestação de serviços de locação mensal com manutenção preventiva e corretiva, bem como todos os acessórios e insumos necessários aos cuidados intensivos dos pacientes da UTI Neonatal do Hospital Municipal Irma Dulce, descritos no Item 4 (Estimativa das Quantidades) página 04 deste ETP.

#### 6.3. Justificativa do Valor Estimado.

O preço global estimado para a locação justifica-se pela inclusão obrigatória de:

- SLA de Manutenção: Manutenção preventiva, corretiva e preditiva inclusas, com substituição imediata (backup) de qualquer item em caso de falha.
- Logística Reversa: Responsabilidade integral da contratada pelo descarte de resíduos e componentes trocados.
- Treinamento: Capacitação técnica para 100% da equipe assistencial do complexo.

#### 6.4. Conclusão da Análise de Preços.

A estimativa de preços demonstra que a locação é o meio mais adequado para a consecução do interesse público no Complexo Hospitalar Irmã Dulce. Ao garantir a disponibilidade constante de equipamentos com tecnologia de ponta (registro ANVISA e certificação INMETRO), a administração mitiga o risco de "leitos ociosos" e maximiza a efetividade social da UTI Neonatal.

## 7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### 7.1. Objeto da Solução.

A solução consiste na contratação de serviços de locação de parque tecnológico neonatal, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção integral e atualização de 47 (quarenta e sete) equipamentos de alta complexidade. O foco da solução não é o bem material isolado, mas a disponibilidade operacional ininterrupta dos recursos necessários para o funcionamento da UTI Neonatal do Complexo Hospitalar Irmã Dulce.





#### 7.2. Escopo Integrado.

A solução é composta por três eixos fundamentais que garantem a resolutividade assistencial:

Fornecimento Tecnológico: Entrega de incubadoras (fixas e de transporte), berços aquecidos, sistemas de fototerapia e CPAPs, conforme as especificações técnicas detalhadas no Item 4, todos com registro na ANVISA e calibrações em dia.

Gestão de Ativos e Manutenção: Plano de manutenção preventiva e corretiva (24/7) com substituição de equipamentos defeituosos em prazo pré-determinado (SLA), assegurando que nenhum leito fique ocioso por falha técnica.

Suporte e Treinamento: Programa de capacitação continuada para a equipe de saúde, garantindo o aproveitamento máximo das funcionalidades dos equipamentos e a segurança do paciente neonatal.

#### 7.3. Sustentabilidade e Logística Reversa.

A solução adotada desonera o município da gestão de resíduos tecnológicos. Ao final da vida útil ou do contrato, a empresa contratada é responsável pela retirada e descarte ambientalmente adequado de peças e aparelhos, cumprindo as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.

#### 7.4. Resultados e Benefícios Esperados.

Ao adotar esta solução integral, o Complexo Hospitalar Irmã Dulce alcançará:

- Aumento da Efetividade: Redução do risco de mortalidade neonatal através do uso de tecnologias como a fototerapia reversa e incubadoras de parede dupla.
- Eficiência Financeira: Substituição de gastos imprevisíveis com consertos por uma parcela mensal fixa e gerenciável.
- Satisfação do Usuário: Melhoria na percepção da qualidade do serviço público, conforme discutido no referencial teórico, ao oferecer um ambiente seguro e tecnologicamente avançado.

#### 7.5. Conclusão da Solução

A solução de locação apresentada é a que melhor atende ao interesse público, pois equilibra o rigor técnico exigido pela medicina neonatal com a agilidade administrativa necessária para a gestão de um complexo hospitalar de grande porte.

### **8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

#### 8.1. Análise da Viabilidade de Parcelamento.

De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento é a regra, desde que seja comprovada a viabilidade técnica e econômica. No entanto, para a presente solução de locação de equipamentos para a UTI Neonatal do Complexo Hospitalar Irmã Dulce, recomenda-se o não parcelamento do objeto (lote único), pelas razões expostas a seguir:

#### 8.2. Justificativa Técnica: Interoperabilidade e Continuidade Assistencial.

- Padronização Tecnológica: A UTI Neonatal funciona como um ecossistema. A utilização de equipamentos de uma mesma linha/fornecedor garante a interoperabilidade (conexão e comunicação entre monitores, ventiladores e incubadoras) e facilita o treinamento da equipe assistencial, reduzindo o risco de erro humano por manuseio de interfaces distintas.

- Responsabilidade Única (Single Point of Contact): Em um ambiente crítico, a falha de um equipamento exige resposta imediata. Ao concentrar a locação em um único fornecedor, evita-se o "conflito de responsabilidades" entre diferentes empresas em caso de falhas sistêmicas, garantindo a resolutividade mencionada no referencial teórico.

#### 8.3. Justificativa Econômica: Economia de Escala e Eficiência Administrativa





- Ganho de Escala: A contratação conjunta dos 47 equipamentos permite que a empresa vencedora otimize custos de logística, instalação e, principalmente, de manutenção preventiva e corretiva (deslocamento de técnicos, peças em estoque), refletindo em um preço mensal global mais vantajoso para a Administração.
- Eficiência na Gestão do Contrato: Gerenciar múltiplos contratos de locação para a mesma unidade hospitalar elevaria o custo operacional da fiscalização e aumentaria o risco de lapsos contratuais, ferindo o princípio da eficiência administrativa.

#### 8.4. Conclusão sobre o Parcelamento

Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto comprometeria a efetividade da assistência à saúde, pois a fragmentação da manutenção e do suporte técnico em diferentes empresas colocaria em risco a continuidade dos serviços críticos da UTI Neonatal. Portanto, a contratação em Lote Único é a medida que melhor atende ao interesse público, garantindo a segurança dos pacientes e a economia de escala.

### 9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

#### 9.1. Impactos Assistenciais (Efetividade).

O principal resultado esperado é a garantia do direito à saúde e à vida dos recém-nascidos de alto risco. A implementação da UTI Neonatal com equipamentos de ponta visa:

- Redução da Mortalidade Neonatal: Proporcionar suporte vital avançado com tecnologia de última geração, como as incubadoras de parede dupla e sistemas de fototerapia de alta eficiência.
- Aumento da Resolutividade: Capacitar o Complexo Hospitalar a resolver casos complexos internamente, diminuindo a necessidade de transferências de risco para outras unidades e reduzindo as filas de espera na rede de urgência.

#### 9.2. Impactos Operacionais (Eficácia).

A eficácia será medida pelo alcance das metas de disponibilidade dos serviços:

- Disponibilidade Integral do Parque Tecnológico: Manter 100% dos equipamentos operacionais através do contrato de locação com substituição imediata, eliminando o problema de "leitos ociosos" por quebra de aparelhos.
- Segurança do Paciente: Garantir que todos os equipamentos estejam rigorosamente calibrados e com manutenção em dia, conforme exigências da ANVISA, minimizando riscos de eventos adversos técnicos.

#### 9.3. Impactos Econômico-Financeiros (Eficiência).

A eficiência reflete a melhor utilização dos recursos públicos:

- Previsibilidade Orçamentária: Transformar custos variáveis e imprevistos (consertos e peças) em um custo fixo mensal (parcela da locação), facilitando o planejamento financeiro da Secretaria de Saúde.
- Otimização de Recursos Humanos: Ao transferir a responsabilidade da manutenção e calibração para a contratada, a equipe de engenharia clínica e administrativa do hospital pode focar em outras áreas críticas da unidade.

#### 9.4. Qualidade Percebida e Humanização.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

Conforme destacado por Szwarcwald e col (2003), a satisfação do usuário é um elo final da cadeia de decisões. Os resultados pretendidos incluem:

- Melhoria da Satisfação do Usuário: Oferecer um atendimento de alta qualidade técnica e tecnológica, reduzindo a ansiedade das famílias e aumentando a credibilidade do serviço público de saúde.
- Ambiente de Trabalho Adequado: Proporcionar à equipe médica e de enfermagem ferramentas modernas e confiáveis, o que reduz o estresse ocupacional e melhora a precisão diagnóstica e terapêutica.

<b>Indicador de Resultado</b>	<b>Situação Atual (Sem a Solução)</b>	<b>Situação Pretendida (Com a Locação)</b>
Tempo de Inoperância	Alto (Dependente de Licitação de Peças)	Mínimo (Substituição imediata)
Tecnologia Disponível	Defasada ou Inexistente	Ponta (Atualização Contínua)
Risco de Desabastecimento	Elevado	Mitigado por Contrato de Disponibilidade
Custo de Manutenção	Incerto e Variável	Fixo e Planejado

## **10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Para assegurar a plena instalação e o funcionamento dos 47 equipamentos descritos neste ETP, a Administração deverá adotar as seguintes providências antes da assinatura do contrato ou da ordem de início dos serviços:

### **10.1. Adequação da Infraestrutura Física e Elétrica**

Rede Elétrica: Verificação da compatibilidade das tomadas e da estabilidade da rede elétrica (estabilizadores e no-breaks de grande porte), garantindo que os pontos de energia atendam à demanda de carga das incubadoras e berços aquecidos.

Gases Medicinais: Certificação de que os pontos de Oxigênio (O<sub>2</sub>) e Ar Comprimido medicinal estão devidamente instalados e testados nos leitos onde serão instalados os CPAPs e Ventiladores.

Espaço Físico: Garantia de que o layout da UTI Neonatal permite o distanciamento adequado entre os equipamentos para circulação da equipe assistencial e higienização.

### **10.2. Designação da Equipe de Fiscalização**

Nomeação formal do Gestor e do Fiscal do Contrato (conforme a Lei 14.133/2021), preferencialmente com perfil técnico (Engenharia Clínica ou Enfermagem Intensivista), para monitorar o cumprimento dos SLAs de manutenção e a entrega dos equipamentos.

### **10.3. Cronograma de Treinamento.**

Elaboração, em conjunto com a direção clínica, de uma escala de horários para que os profissionais de saúde possam participar do treinamento técnico-operacional a ser ministrado pela contratada, sem prejuízo à assistência dos pacientes atuais.



#### 10.4. Logística de Recebimento.

Definição de área para recebimento, conferência de números de série e etiquetas de patrimônio da contratada, além da liberação de acesso das equipes técnicas da empresa às dependências do Complexo Hospitalar Irmã Dulce.

#### 10.5. Integração com o Plano de Contingência.

Revisão do protocolo interno de emergência para casos de falha total de energia ou gases, garantindo que a nova tecnologia locada esteja integrada aos sistemas de backup do hospital.

### **11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Diferente do modelo de locação simples, a presente solução foi desenhada para ser autossuficiente no que tange aos materiais necessários para a operação dos equipamentos. No entanto, ainda persistem interdependências externas essenciais para o funcionamento da UTI Neonatal.

#### 11.1. Insumos Integrados à Contratação (Responsabilidade da Contratada).

Conforme diretriz deste ETP, não haverá necessidade de contratações correlatas para insumos diretos, pois todos os materiais de consumo e acessórios necessários para o funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos pela empresa contratada, incluindo:

- Circuitos e Interfaces: Circuitos respiratórios neonatais completos, traqueias e sistemas de umidificação.
- Sensores e Monitoramento: Sensores de oximetria de pulso neonatais, cabos de ECG e sensores de temperatura de pele para as incubadoras e berços aquecidos.
- Kits de Fototerapia: Lâmpadas ou placas de LED para reposição imediata, garantindo a irradiância necessária.
- Filtros e Descartáveis: Filtros HME, filtros de ar para incubadoras e demais itens de desgaste rápido.

#### 11.2. Recursos Humanos (Interdependência Crítica).

A efetividade da solução depende da manutenção de contratos de pessoal ou quadro próprio de profissionais especializados, conforme as normas vigentes:

- Equipe Multidisciplinar: Presença de médicos neonatologistas, enfermeiros intensivistas, técnicos de enfermagem e fisioterapeutas respiratórios, devidamente capacitados no treinamento que será ministrado pela contratada.

#### 11.3. Infraestrutura e Utilidades (Interdependência Externa)

O funcionamento da tecnologia locada depende de serviços de utilidade pública e manutenção predial sob responsabilidade do Complexo Hospitalar:

Gases Medicinais: Contrato vigente para o fornecimento de Oxigênio (O<sub>2</sub>) e Ar Comprimido medicinal, essenciais para a mistura gasosa (blender) nos CPAPs e Ventiladores.

Energia Crítica: Manutenção do sistema de geradores e no-breaks do hospital para assegurar a continuidade do suporte à vida em caso de falha na rede elétrica externa.



Saneamento e Esterilização: Disponibilidade de água tratada e serviços de esterilização para os componentes que não forem descartáveis.

#### 11.4. Gestão de Resíduos (Responsabilidade Compartilhada).

Embora a contratada deva realizar a logística reversa de peças e equipamentos, a destinação final dos insumos descartáveis após o uso clínico (resíduos biológicos) permanece vinculada ao contrato de gestão de resíduos de saúde (RSS) do Complexo Hospitalar Irmã Dulce.

#### 11.5. Justificativa da Centralização de Insumos.

A opção por incluir os insumos na responsabilidade da contratada (item 11.1) visa aumentar a resolutividade e a eficiência. Ao centralizar o fornecimento, a Administração evita o risco de ociosidade de equipamentos caros por falta de um sensor ou circuito específico, garantindo que o "custo por leito disponível" seja otimizado e a assistência ao recém-nascido nunca seja interrompida por falhas na cadeia de suprimentos interna.

## **12 – IMPACTOS AMBIENTAIS**

Para o Item 12 – Impactos Ambientais, o foco deve ser a sustentabilidade e a responsabilidade da contratada na gestão do ciclo de vida dos equipamentos e insumos. O modelo de locação é intrinsecamente mais sustentável para a Administração Pública, pois transfere a responsabilidade da logística reversa para o setor privado.

## **13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### 13.1. Análise de Convergência.

Após o aprofundamento técnico realizado nos itens anteriores, verifica-se que há uma convergência positiva entre a necessidade assistencial e a solução proposta. A locação de 47 equipamentos com fornecimento integral de insumos e manutenção técnica demonstra ser a escolha mais acertada para garantir a efetividade da UTI Neonatal.

### 13.2. Viabilidade Técnica.

A viabilidade técnica é confirmada pela existência de amplo mercado fornecedor capaz de atender aos rigorosos requisitos de desempenho (ANVISA/INMETRO) e aos SLAs de manutenção estabelecidos. O modelo garante que o hospital opere sempre com tecnologia de ponta, eliminando o risco de obsolescência e garantindo a resolutividade nos cuidados críticos aos recém-nascidos.

### 13.3. Viabilidade Econômica e Financeira.

O estudo demonstrou que a locação é economicamente vantajosa (Eficiência), pois:

- Substitui o alto investimento inicial (CAPEX) por parcelas mensais previsíveis (OPEX).

Consolida em um único custo a locação, os insumos, a manutenção e o treinamento.

- Mitiga custos ocultos de inoperância (leitos parados) e processos administrativos de manutenção de baixo valor.

### 13.4. Viabilidade Social e Institucional.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

A contratação viabiliza o cumprimento do Artigo 6º da Constituição Federal, entregando à população de Praia Grande e região um serviço de saúde de alta qualidade. A satisfação do usuário, como destacado no referencial teórico, será potencializada pela segurança de uma infraestrutura moderna e ininterrupta.

**13.5. Conclusão da Equipe Técnica.**

A solução escolhida não representa apenas um fornecimento de bens, mas a implementação de um modelo de gestão hospitalar moderno, focado em resultados, qualidade e na preservação da vida.

Frente ao exposto concluo que o presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita se mostra tecnicamente, economicamente e ambientalmente viável e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, DECLARO SER VIÁVEL a contratação pretendida.

Praia Grande, 17 de abril de 2026.

**Me. Valmir Perez Junior**  
**Secretário Adjunto**  
**Subsecretaria de Atenção Terciária e Vigilância em Saúde**



## MAPA DE RISCOS

### FASE DE ANÁLISE

(X ) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

( ) Gestão do Contrato

---

#### RISCO 01: Interrupção da Assistência por Falha Técnica ou Indisponibilidade

- **Probabilidade:** ( ) Baixa | (X) Média | ( ) Alta
- **Impacto:** ( ) Baixa | ( ) Média | (X) Alta
- **Dano:** Óbito ou danos irreversíveis a recém-nascidos em estado crítico devido à falta de suporte tecnológico imediato (fototerapia, berços aquecidos, CPAP).
- **Ação Preventiva:** Exigência de SLA rigoroso em contrato, prevendo manutenção corretiva e substituição de equipamentos (Backup) em no máximo 24 horas. Exigência de plano de manutenção preditiva e preventiva.
- **Ação de Contingência:** Acionamento imediato da substituição garantida em contrato; remanejamento temporário de pacientes para leitos com equipamentos operacionais ou uso do estoque de reserva (se houver).
- **Responsável:** Subsecretaria de Atenção Terciária / Gestor do Contrato.

---

#### RISCO 02: Obsolescência Tecnológica e Incompatibilidade de Insumos

- **Probabilidade:** ( ) Baixa | (X) Média | ( ) Alta
- **Impacto:** ( ) Baixa | (X) Média | ( ) Alta
- **Dano:** Utilização de equipamentos com tecnologia defasada que não atendem aos protocolos clínicos atuais ou falta de acessórios (sensores, filtros) necessários à operação.
- **Ação Preventiva:** Opção pelo modelo de locação (OPEX) que transfere o risco de obsolescência à contratada. Exigência de que os equipamentos sejam novos ou seminovos, com certificação ANVISA/INMETRO. Inclusão de todos os insumos e acessórios no valor mensal da locação.
- **Ação de Contingência:** Notificação da contratada para atualização tecnológica imediata conforme previsto nas cláusulas de modernização do ETP.
- **Responsável:** Equipe Técnica de Engenharia Clínica / Fiscal do Contrato.

---

#### RISCO 03: Falha na Operação por Inexperiência da Equipe Assistencial

- **Probabilidade:** ( ) Baixa | (X) Média | ( ) Alta
- **Impacto:** ( ) Baixa | ( ) Média | (X) Alta
- **Dano:** Uso inadequado dos equipamentos, resultando em alarmes não atendidos ou parâmetros clínicos configurados incorretamente, colocando em risco a segurança do neonato.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

- **Ação Preventiva:** Obrigatoriedade de treinamento técnico-operacional para 100% da equipe assistencial (médicos, enfermeiros, técnicos e fisioterapeutas) antes do início da operação. Disponibilização de manuais em português e suporte remoto.
  - **Ação de Contingência:** Realização de novos treinamentos de reciclagem e solicitação de suporte técnico remoto/presencial imediato da contratada.
  - **Responsável:** Direção Técnica do Hospital / Setor de Educação Continuada.
- 

**RISCO 04: Inadequação da Infraestrutura Elétrica e de Gases**

- **Probabilidade:** (X) Baixa | ( ) Média | ( ) Alta
- **Impacto:** ( ) Baixa | (X) Média | ( ) Alta
- **Dano:** Impossibilidade de instalação ou danos aos equipamentos locados devido a picos de energia ou conexões incompatíveis com a rede do hospital.
- **Ação Preventiva:** Exigência de que a contratada realize vistoria técnica e testes de segurança elétrica no local antes da instalação definitiva. Garantia de que os equipamentos sejam compatíveis com a infraestrutura existente.
- **Ação de Contingência:** Adequação emergencial da rede elétrica/gases pela manutenção predial do hospital ou substituição por equipamentos com especificações compatíveis.
- **Responsável:** Manutenção Predial / Engenharia Clínica.





**ANEXO II – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**  
(usar papel timbrado da empresa)

(nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante da empresa legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, **DECLARA** que:

Assinalar somente uma das seguintes opções abaixo, para cada item:

**1)** (    ) **Sim**, possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

(    ) **Não** possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

**2)** (    ) **Sim**, possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o terceiro grau, de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

(    ) **Não** possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o terceiro grau, de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Se **Sim** para qualquer das opções acima, identificar conforme abaixo:

Nome completo:.....

Cargo Ocupado:.....

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

**Será enviada eletronicamente**



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE  
Estado de São Paulo

ANEXO III – PLANILHA PROPOSTA

AMPLA CONCORRÊNCIA										
Lote	Item	Descrição	Unid. de fornecimento	Tipo de participação	Código catser	Qtd. (a)	Valor unitário (b)	Valor mensal (a x b)	Valor anual	Valor biênio
1	1	<b>Aparelho de Fototerapia Reversa e Refletiva em Led:</b> Equipamento destinado ao alojamento de recém-nascidos em tratamento de hiperbilirrubinemia neonatal, submetendo o paciente à dupla exposição de irradiância concentrada no espectro azul da luz visível. O equipamento deve possuir controles microprocessados de alta eficiência, permitindo o ajuste preciso dos níveis de irradiação, bem como a incorporação de sistemas de monitorização de temperatura e de irradiância. Deve ser fornecido acoplado a carro de transporte. O equipamento deverá ser certificado em conformidade com as normas técnicas vigentes aplicáveis a equipamentos eletromédicos, incluindo, no mínimo, as normas NBR IEC 60601-1 (Prescrições Gerais para Segurança), NBR IEC 60601-2-50 (Prescrições Particulares para Segurança de Equipamentos de Fototerapia), NBR IEC 60601-1-2 (Compatibilidade Eletromagnética), NBR IEC 60601-1-4, NBR IEC 60601-1-6 (Usabilidade), todas em sua terceira edição ou versões posteriores equivalentes. O sistema de fototerapia deverá ser do tipo reverso, com controles microprocessados, composto por um conjunto de no mínimo 17 emissores de LED, com tecnologia de fonte de irradiação no espectro azul, centrada em aproximadamente 455 nm. Os emissores deverão estar dispostos na base de um berço confeccionado em acrílico transparente de qualidade óptica, equipado com colchão de gel onde será alojado o paciente, garantindo alta irradiância tanto na região central quanto nas	Unidade	Ampla concorrência	20222	01	R\$	R\$	R\$	R\$



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	<p>extremidades da área focada. O leito deverá promover contenção segura do recém-nascido, permitindo visualização constante do paciente. O equipamento deverá apresentar atenuação dos raios infravermelho e ultravioleta, eliminando a necessidade de utilização de filtros adicionais. O colchão deverá ser moldado e vulcanizado, fornecendo maciez adequada para o período de tratamento, com capa protetora transparente, permitindo distribuição uniforme do peso e do calor armazenado, sem conter líquido em seu interior, evitando deformações excessivas e riscos de sufocamento ou afogamento. O colchão deverá possuir concavidade oval, proporcionando maior conforto ao recém-nascido e facilitando o posicionamento adequado para otimização do tratamento. A luz deverá atingir diretamente a pele do paciente através do colchão, proveniente dos emissores localizados logo abaixo deste, sob uma superfície de acrílico situada na base do berço. Para aumento da eficácia terapêutica, o equipamento deverá reaproveitar a luz periférica por meio da sobreposição, na abertura superior do leito, de uma lâmina arqueada de acrílico com superfície interna refletora, redirecionando a luz para o paciente, garantindo alta irradiância em todas as direções, independentemente da movimentação do recém-nascido no leito. O equipamento deverá permitir ajuste da intensidade de irradiação conforme a dose terapêutica inicial indicada para o recém-nascido, bem como variações ao longo do tratamento, atendendo aos protocolos médicos atuais, possibilitando redução gradual da dosagem de irradiância e acompanhamento para diminuição da incidência de efeito rebote. O ajuste deverá ocorrer de 0% a 100%, em intervalos de 10%. A irradiância média emitida na faixa do azul deverá ser de aproximadamente <math>47 \mu\text{W}/\text{cm}^2 \cdot \text{nm}</math>, com tolerância de</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	<p>±25%, medida na região central do colchão. O equipamento deverá possuir display alfanumérico com retro-iluminação para indicação de todos os parâmetros operacionais, bem como teclado em membrana de toque suave, facilitando os procedimentos de limpeza e desinfecção. Os comandos deverão ser intuitivos, com teclas destinadas à navegação em menus, ajuste de parâmetros e seleção de funções. Os controles microprocessados deverão permitir múltiplas funções, incluindo calendário, relógio, registro do tempo total de utilização da fonte emissora, tempo de tratamento, níveis de potência e seleção de idioma. Deverá permitir, opcionalmente, a conexão de sensor de engate rápido para monitorização da temperatura da pele e sensor de engate rápido para monitorização dos níveis de radiação aplicada, expressos em <math>\mu\text{W}/\text{cm}^2 \cdot \text{nm}</math>, com visualização direta no display do equipamento. A vida útil média estimada do módulo da fonte emissora deverá ser de, no mínimo, 50.000 horas. A elevação da temperatura corporal do paciente não deverá exceder 1,5 °C, considerando ambiente a 25 °C. O equipamento deverá possuir saída de comunicação RS232 para conexão com impressora ou computador. Deverá contar com sistema de proteção contra superaquecimento do módulo emissor, com dissipação do calor gerado por meio de micro ventiladores, bem como dispositivo de segurança que provoque o desligamento automático do equipamento em caso de excesso de temperatura, retomando o funcionamento apenas após o restabelecimento das condições seguras. O equipamento deverá ser totalmente desmontável, facilitando a limpeza e a substituição dos emissores. O conjunto deverá ser acoplado a carro de transporte confeccionado em chapa de aço, com acabamento em pintura epóxi texturizada, montado sobre pedestal com</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	<p>rodízios giratórios de aproximadamente quatro polegadas de diâmetro, todos providos de freio. Deverá possuir alça para transporte, suporte para sondas de monitorização e cesto aramado acoplado para acondicionamento de materiais ou medicamentos utilizados com o recém-nascido, com a possibilidade de inclusão de kit opcional contendo uma ou duas gavetas. As dimensões aproximadas do conjunto, incluindo o carro de transporte, deverão ser de 46,8 cm de largura, 83,8 cm de comprimento e 120,0 cm de altura. O peso deverá ser de aproximadamente 31,9 kg (líquido) e 33,9 kg (embalado). O equipamento deverá possuir classe de isolamento I, parte aplicada tipo BF e grau de proteção contra penetração de água IPX4. O nível de ruído, em ambiente inferior a 45 dBA, não deverá exceder 52 dBA. Deverá possuir chave liga/desliga, operar em frequência de 50/60 Hz, potência total aproximada de 125 W e alimentação elétrica bivolt automática (110–240 V AC). O equipamento deverá possuir registro válido junto à ANVISA. Deverá acompanhar, para cada unidade fornecida, gaveteiro com duas gavetas pequenas para o carro de transporte. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.</p>								
2	<p><b>Aparelho de Fototerapia Neonatal LED com pedestal de Alta Eficiência:</b> Para uso em beira de leito, no tratamento de hiperbilirrubina em pacientes neonatais, com configuração microprocessada e seguintes características técnicas: O equipamento deve possuir pedestal e braço articulável de modo a garantir sua sustentabilidade para uso em incubadoras, berços aquecidos e berços de acrílico; O equipamento deve</p>	Unidade			09	R\$	R\$	R\$	R\$



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>possuir configuração em haste móvel e base sobre rodízios. A iluminação e distribuição de luz para o paciente deve utilizar fonte de irradiação a partir de dispositivos LED (diodo emissor de luz) e essa emissão deve ocorrer no espectro azul de luz visível; Espectro este focado em pelo menos 450 nm (nanômetros); O conjunto emissor deve ser constituído de tal forma que possa ser facilmente removível para manutenção ou troca; Os dispositivos LED devem ser construídos de tal modo que a vida média do conjunto emissor não seja inferior a 50.000 h (cinquenta mil horas); Intensidade média no centro do foco luminoso a 30cm de distância, com pelo menos: 30 <math>\mu\text{W}/\text{cm}^2\cdot\text{nm}</math>; Área mínima irradiada efetiva de 420 x 300 mm a distância/altura de 50cm da fonte em relação ao paciente; Ruído: menor que 50 dB(A); O equipamento deve dispor de display alfanumérico, teclado e controle microprocessado para fácil acesso a diversas funções com toda a interface em português do Brasil. O equipamento deve dispor de controles que permitam ajuste da irradiância emitida entre 0 e 100%, com possibilidade ajuste de pelo menos 10%, conforme recomendação médica de tratamento para cada paciente; deve dispor ainda de controle para totalização de horas para a fonte emissora. Deve dispor ainda de relógio e data; Sistema de proteção contra alta temperatura do módulo fonte; Memorização das irradiações medidas manual ou automaticamente para emissão de relatório; Saída para impressora ou computador via porta USB; Haste com rodízios construída em chapa de aço com pintura pó eletrostático; Movimentos de rotação, inclinação variável e ajuste de altura. No mínimo 15 LEDs com alta intensidade de radiação no espectro azul. Possuir iluminação por LEDs brancos de alta potência para auxílio no cuidado do paciente durante os exames</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	clínicos, os quais quando acionados, devem desligar os LEDs azuis e a terapia deve ser pausada/suspensa. Alimentação 220V- 60 Hz ou bivolt automático. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.								
3	<b>Aparelho portátil digital para medição da irradiância:</b> Irradiômetro composto de monitor portátil para medições da irradiância em aparelhos de fototerapia neonatal com bateria de 9V. Portátil. Peso aproximado máximo de 200 g. Foto detecção da luz na faixa azul do espectro visível, fluorescente e halógena. Display em cristal líquido (LCD). Faixa de leitura mínima de 0,0 a 99,9 µW/cm.nm, com resolução 0,1 µW/cm.nm. Bateria 9V recarregável. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia de 12 meses com assistência técnica.	Unidade			01	R\$	R\$	R\$	R\$
4	<b>Berço Aquecido Cuidados Intensivos:</b> O Berço aquecido deverá permitir diversas configurações construtivas de forma modular, proporcionado a adequação preconizada para viabilizar os protocolos assistenciais, desde os mais simples até os mais sofisticados, adotados nos diferentes ambientes dentro do hospital, seja na UTI Neonatal, sala de parto, parto humanizado, observação, cirurgia, pós-cirúrgico, de forma a atender o recém-nascido durante os procedimentos especiais nos primeiros minutos de vida ou para tratamento mais prolongado quando necessário. Deve ter sistema irradiante de calor por elemento aquecedor construído com material do tipo fio	Unidade			04	R\$	R\$	R\$	R\$





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>de níquel-cromo em tubo especial de quartzo disposto no módulo refletor, na parte superior, com aletas direcionadoras que propiciam calor homogêneo em toda a área do colchão, sem prejuízo do acesso ao paciente, e com calha protetora do elemento de quartzo, deve permitir giro bilateral do irradiador no plano horizontal (180°) para permitir acesso externo ao leito o cassete de raiosX sem a necessidade de se remover o paciente e sem a necessidade de abaixar as abas de acrílico para colocação do cassete, deve possuir alarme automático de informação de refletor deslocado, no painel do berço e desligamento automático do aquecimento, deve ter sensor de temperatura do ar ambiente localizado na região posterior do poste e com indicação da leitura no painel do equipamento, leito do paciente deve ser tipo mesa, amplo, construído em material radiotransparente, deve ter bandeja de alojamento para o cassete radiográfico tipo, podendo ser posicionado através de coordenadas cartesianas; deve permitir ajustes contínuo e suave de movimentos elétricos ou manual para posicionamento do paciente nas posições Horizontal, Trendelenburg e Proclive, através de acionamento elétrico do leito ou manual; Painel em LEDs de alta resolução, deve ter sistema de contenção do paciente por lâminas de acrílico com mínimo 18cm de altura e movimentos rebatíveis de acionamento por ação rápida, ideal nos procedimentos de emergência; Deve ter colchão de memória com dimensões mínimas de 45x60cm adequada ao RN, coberto com capa em PVC fechada, todos os materiais devem ser atóxicos e antialérgicos, proporcionando maior conforto e maciez ao paciente. Móvel construído em tubos de aço pintado em tinta epóxi texturizado, concepção modular para adaptação de acessórios opcionais, com grande estabilidade e mobilidade através de quatro rodas</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>giratórias de 5" de diâmetro, todas com freios, equipado com 01 prateleira giratória, com capacidade de 10kg, chave geral de segurança, na parte lateral, com fusível de proteção e com indicador luminoso de acionamento, stand by, no painel de controle; Monitora a temperatura do paciente T1 e indicação no painel da temperatura. Deve possibilitar controle da intensidade de calor do módulo refletor por sistema servocontrolado, através de sensor ligado ao R.N "T1", também operando no modo manual, sem o sensor. Neste caso, controla a quantidade de calor suficiente para estabilizar a temperatura do paciente; Deve ter comutação automática de modo manual para servo e vice-versa comandada pela operação do sensor de pele; display deve ser de alta resolução, permitindo fácil leitura, inclusive para ambientes com pouca luminosidade, para indicação da temperatura da pele, com faixa de controle de 25,0°C a 38,0°C, resolução de 0,1°C e precisão termostática de controle de +/- 0,2°C; acompanha: Sensor de temperatura de pele, deve ter sistema de auto teste de todas as funções, alarmes audiovisuais, intermitentes para visualização à distância, através de LED vermelho no painel, permanecendo ligado sempre que houver um alarme ativo, alarme para falha na resistência de aquecimento, baixa temperatura, deve possuir relógio de apagar com indicação e alarme sonoro no tempo ajustado pelo operador, indicação do tempo em minutos/segundos; tecla para iniciar a contagem e parar a mesma quando necessário; Equipamento deve ser certificado de acordo com as normas NBR IEC 60601-1(segurança elétrica), NBR IEC 60601-2-21 (segurança em berços aquecidos) e NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética). Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica.								
5	<b>Berço Aquecido Cuidados Intensivos c/ Fototerapia LED Integrada:</b> Este Berço aquecido deverá permitir diversas configurações construtivas de forma modular, proporcionado a adequação preconizada para viabilizar os protocolos assistenciais, desde os mais simples até os mais sofisticados, adotados nos diferentes ambientes dentro do hospital, seja na UTI Neonatal, sala de parto, parto humanizado, observação, cirurgia, pós-cirúrgico, de forma a atender o recém-nascido durante os procedimentos especiais nos primeiros minutos de vida ou para tratamento mais prolongado quando necessário. Deve ter sistema irradiante de calor por elemento aquecedor construído com fio de níquel-cromo em tubo especial de quartzo disposto no módulo refletor, na parte superior, com aletas direcionadoras que propiciam calor homogêneo em toda a área do colchão, sem prejuízo do acesso ao paciente, e com calha protetora do elemento de quartzo, deve permitir giro bilateral do irradiador no plano horizontal (180º) para permitir acesso externo ao leito o cassete de raio-x sem a necessidade de se remover o paciente e sem a necessidade de abaixar as abas de acrílico para colocação do cassete, deve possuir alarme automático de informação de refletor deslocado, no painel do berço e desligamento automático do aquecimento, deve ter sensor de temperatura do ar ambiente localizado na região posterior do poste e com indicação da leitura no painel do equipamento, leito do paciente deve ser tipo mesa, amplo, construído em material radiotransparente, deve ter bandeja de alojamento para o cassete radiográfico tipo, podendo ser posicionado através de coordenadas cartesianas;	Unidade			10	R\$	R\$	R\$	R\$



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>deve permitir ajustes contínuo e suave de movimentos elétricos ou manual para posicionamento do paciente nas posições Horizontal, Trendelenburg e Proclive, através de acionamento elétrico do leito ou manual, com retorno automático Painel em LEDs de alta resolução, deve ter sistema de contenção do paciente por lâminas de acrílico com mínimo 18cm de altura e movimentos rebatíveis de acionamento por ação rápida, ideal nos procedimentos de emergência; deve ter 04 passadores flexíveis para circuitos de respiradores, drenos, cateteres e sondas; Porta-cartão de identificação do paciente; Deve ter colchão de memória com dimensões mínimas de 45x60cm adequada ao RN, coberto com capa em PVC fechada, todos os materiais devem ser atóxicos e antialérgicos, proporcionando maior conforto e maciez ao paciente. Móvel construído em tubos de aço pintado em tinta epóxi texturizado, concepção modular para adaptação de acessórios opcionais, com grande estabilidade e mobilidade através de quatro rodas giratórias de 5" de diâmetro, todas com freios, banda larga e para-choque, deve possibilitar o posicionamento do operador pelos três lados de uso sem limitar o acesso dos pés, deve conter 02 puxadores para transporte do berço e um enrolador de fio, equipado com 01 prateleira giratória, com capacidade de 10kg, chave geral de segurança, na parte lateral, com fusível de proteção e com indicador luminoso de acionamento, stand by, no painel de controle; Deve ter instruções de uso mais importantes e advertências são indicadas no corpo do aparelho. Módulo controlador deve ser de fácil acesso para manutenção e calibração, alojando todos os seus componentes em caixa tipo monobloco. Monitora a temperatura do paciente T1 e indicação no painel da temperatura auxiliar e ou periférica T2 possibilidade de indicação no painel da temperatura auxiliar T2, que</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>poder ser requisitado. Deve possibilitar controle da intensidade de calor do módulo refletor por sistema servocontrolado, através de sensor ligado ao R.N "T1", também operando no modo manual, sem o sensor. Neste caso, controla a quantidade de calor suficiente para estabilizar a temperatura do paciente; Deve ter comutação automática de modo manual para servo e vice-versa comandada pela operação do sensor de pele; display deve ser de alta resolução, permitindo fácil leitura, inclusive para ambientes com pouca luminosidade, para indicação da temperatura da pele, com faixa de controle de 25,0°C a 38,0°C, resolução de 0,1°C e precisão termostática de controle de +/- 0,2°C; acompanha: Sensor de temperatura de pele, deve ter sistema de auto teste de todas as funções, alarmes audiovisuais, intermitentes para visualização à distância, através de LED vermelho no painel, permanecendo ligado sempre que houver um alarme ativo, alarme para falha na resistência de aquecimento, baixa temperatura, deve possuir relógio de apagar com indicação e alarme sonoro no tempo ajustado pelo operador, indicação do tempo em minutos/segundos; tecla para iniciar a contagem e parar a mesma quando necessário; Módulo de fototerapia LED reversa, para tratamento de hiperbilirrubina em pacientes neonatais, com configuração microprocessada. Possuir no mínimo 12 LEDs azuis de alta intensidade. Possuir ajuste de potência da radiação e Área mínima irradiada efetiva de 25 x 25 cm Deverá acompanhar para cada equipamento 2 colchões de gel. Deve ter iluminação auxiliar por lâmpadas de LEDs brancos para exames noturnos e outros procedimentos. Equipamento deve ser certificado de acordo com as normas NBR IEC 60601-1(segurança elétrica), NBR IEC 60601-2-21 (segurança em berços aquecidos) e NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	eletromagnética). Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica.								
6	<b>CPAP Neonatal com Umidificador:</b> Sistema não invasivo de pressão positiva nas vias aéreas (CPAP), destinado ao tratamento e à profilaxia das afecções respiratórias em recém-nascidos e lactentes, indicado para uso no desmame da ventilação mecânica. O sistema deverá permitir fluxo contínuo de mistura de ar comprimido e oxigênio, com aquecimento e umidificação dos gases, e controle da pressão por meio de coluna d'água com borbulhamento. O equipamento deverá apresentar fácil integração dos seus componentes, assegurando ao usuário controle preciso de todos os parâmetros operacionais. O circuito respiratório deverá ser composto por ramos inspiratório e expiratório com comprimento aproximado de 1,10 m cada, além de um ramo complementar com aproximadamente 35 cm de comprimento. O volume compressível do circuito deverá ser de aproximadamente 149 ml no ramo inspiratório e 101 ml no ramo expiratório, com conectores de 22 mm. O sistema deverá possuir frasco de borbulhamento com volume aproximado de 690 ml, graduado de 1 a 10 cm, capaz de fornecer pressão positiva de acordo com o nível de água inserido, com regulagem da pressão realizada por régua graduada conectada ao circuito do paciente e inserida no recipiente. Deverá acompanhar suporte suspenso com ganchos para fixação da bolsa de água destinada à alimentação do reservatório do umidificador. Deverá dispor de alarmes audiovisuais para falta de energia elétrica, desconexão do sensor de temperatura, alta temperatura no sistema e baixo	Unidade			04	R\$	R\$	R\$	R\$



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>volume de água no umidificador. O equipamento deverá atender à norma ABNT NBR 13534, referente a instalações elétricas em estabelecimentos assistenciais de saúde, bem como ser certificado em conformidade com as normas NBR IEC 60601-1 (Prescrições Gerais para Segurança) e NBR IEC 60601-1-2 (Compatibilidade Eletromagnética). O equipamento deverá ser classificado como de uso médico-hospitalar, destinado exclusivamente à utilização por profissionais habilitados e sob monitorização frequente. As dimensões aproximadas do conjunto deverão ser de 45,0 cm de largura, 57,0 cm de profundidade e 160,0 cm de altura. O fornecimento deverá incluir cabo de alimentação elétrica, conectores e kit completo de CPAP nasal tamanho "0". O equipamento deverá possuir registro válido junto à ANVISA. O conjunto deverá ser montado sobre base confeccionada em material plástico de alto impacto, do tipo pedestal, apoiado sobre quatro rodízios giratórios de aproximadamente 3 polegadas de diâmetro, permitindo deslocamento e posicionamento adequados, bem como possibilidade de preparação para instalação em incubadoras e berços aquecidos. O sistema deverá permitir controle da fração inspirada de oxigênio (FiO<sub>2</sub>) de 21% a 100%, por meio de misturador de gases do tipo blender, equipado com fluxômetro de saída. A mistura gasosa deverá ser aquecida e umidificada por umidificador aquecido dotado de display LCD colorido para indicação dos parâmetros, controles eletrônicos microprocessados, teclas para visualização das temperaturas, seleção de modo invasivo ou não invasivo e função para silenciamento de alarmes. O umidificador deverá possuir sistema de monitoramento duplo de temperatura, com sensores posicionados de forma proximal e distal, incluindo sensor próximo ao paciente e junto ao ramo inspiratório, permitindo</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--





# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	controle e monitorização contínua da temperatura no display, com indicação da temperatura entregue ao paciente e da temperatura de saída da câmara de água. Deverá indicar as condições de equipamento ligado e em aquecimento, bem como permitir a utilização de circuito aquecido. Deverá dispor de alarmes audiovisuais apresentados no display, com possibilidade de utilização de câmara de água descartável ou reutilizável. O ajuste de temperatura no modo invasivo deverá variar de 35 °C a 40 °C, com exatidão de ± 2 °C, e no modo não invasivo de 30 °C a 37 °C, com exatidão de ± 2 °C. O fluxo de trabalho no modo invasivo deverá ser de até 60 L/min e, no modo não invasivo, de até 120 L/min. O sistema deverá possuir válvulas reguladoras de pressão independentes para oxigênio e ar comprimido, equipadas com manômetros para auxiliar na regulação da pressão da rede, protegendo o circuito do paciente contra pressões excessivas. Deverá contar com válvula de alívio de pressão limitada a aproximadamente 17 cmH <sub>2</sub> O a 8 L/min, dotada de conector de entrada de 22 mm, conector de saída de 15 mm, porta Luer de 15 mm e porta fêmea de 15 mm para conexão de analisador de oxigênio. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.								
7	<b>Incubadora Neonatal:</b> Deverá a incubadora proporcionar um ambiente termoneutro essencial para o tratamento de recém-nascidos prematuros, sendo indispensável sua utilização para pacientes neonatais, capaz de proporcionar microclima de elevada estabilidade térmica e uniformidade em toda a área do colchão. O equipamento deverá permitir o tratamento e a monitorização contínua do recém-nascido diretamente	Unidade			10	R\$	R\$	R\$	R\$



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>no leito, com mínimo manuseio, operando em ambientes de baixa luminosidade e reduzido nível de ruído sonoro, atendendo às técnicas mais modernas de incubação de prematuros críticos, com ampla visibilidade do paciente e de seus parâmetros clínicos. A incubadora deverá operar de forma extremamente silenciosa, de modo a reduzir estímulos nocivos ao paciente, dispondo de função de alta umidade relativa do ar, com servocontrole de temperatura, bem como possibilidade de servocontrole opcional da concentração de oxigênio, monitorização por oximetria de pulso de alta precisão, inclusive para condições de baixa perfusão, balança incorporada ao leito radiotransparente e painel de controle elevado e giratório, que concentre todas as opções de ajuste e monitorização. O sistema deverá apresentar menus interativos, com representação gráfica das funções de tratamento e diagnóstico. O equipamento deverá ser certificado em conformidade com as normas NBR IEC 60601-1 (Segurança Geral para Equipamentos Eletromédicos), NBR IEC 60601-2-19 (Requisitos Particulares para Segurança de Incubadoras para Recém-Nascidos), NBR IEC 60601-1-2 (Compatibilidade Eletromagnética), NBR IEC 60601-2-49 (Requisitos para Equipamentos Multifuncionais de Monitorização de Pacientes), NBR IEC 60601-1-6 (Usabilidade) e NBR IEC 60601-1-8 (Requisitos Gerais de Alarmes), estando em conformidade com a 3ª edição da série IEC 60601 e possuindo marcação CE. A cúpula deverá ser ampla e ergonômica, confeccionada em acrílico de elevada qualidade óptica, com paredes duplas nas partes frontal, posterior e superior, com a finalidade de reduzir a perda de calor por irradiação, especialmente em recém-nascidos críticos. As paredes internas deverão ser removíveis manualmente, facilitando a limpeza. Deverá</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>possuir portas de acesso frontal e posterior, rebatíveis em toda a extensão, permitindo a atuação simultânea de dois operadores e reduzindo a necessidade de deslocamento do paciente em procedimentos críticos. Deverá dispor de, no mínimo, oito passa-tubos distribuídos nos quatro cantos da cúpula, garantindo posicionamento adequado de cabos e circuitos, evitando dobras, desconexões e desconforto ao paciente. Deverá contar ainda com, no mínimo, cinco portinholas ovais com guarnição atóxica e punhos elásticos, além de porta tipo íris na cabeceira, destinada à passagem e posicionamento de circuitos respiratórios, facilitando manobras de intubação sem alteração das condições ambientais internas. O leito deverá ser amplo, deslizante e radiotransparente, confeccionado em material plástico atóxico, com trava de segurança e sistema contínuo e suave de ajuste manual de inclinação de aproximadamente <math>\pm 12^\circ</math>, permitindo posições de Trendelenburg, proclive e horizontais alta e baixa. Deverá possuir gaveta para chassi radiográfico, evitando o contato do paciente com superfícies frias durante exames de raios-X. O colchão deverá apresentar densidade adequada ao conforto do paciente, com espuma e capa impermeável, confeccionados em materiais atóxicos, autoextinguíveis, de fácil limpeza e desinfecção, com dimensões aproximadas de 34 x 63 cm. A base deverá ser totalmente constituída de material plástico de engenharia, não ferroso, lavável e resistente à desinfecção química, sem cantos vivos em sua estrutura interna, facilitando a higienização, contribuindo para a manutenção da temperatura e proporcionando baixo consumo de energia. A incubadora deverá ser desmontável para limpeza e desinfecção, inclusive em suas partes internas, como ventoinha e sistema de aquecimento, os quais deverão</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>permitir retirada e limpeza por imersão em solução desinfetante. A cúpula deverá ser rebatível, com trava de segurança para sustentação em posição aberta. A unidade de controle deverá possuir painel elevado e giratório, com display de aproximadamente 5,5 polegadas, permitindo visualização e operação a partir da posição mais conveniente ao operador. Os controles deverão ser intuitivos, com identificação clara dos comandos e dados registrados. O sistema deverá permitir apresentação gráfica ajustável em períodos de 4, 8 e 24 horas para temperatura do ar, temperatura da pele, concentração de oxigênio, umidade relativa, potência de aquecimento e ganho de peso do paciente, com memória mínima de 8 dias, conforme a disponibilidade dos módulos instalados. Deverá permitir identificação digital do paciente, registro de dados clínicos e controle de manutenção preventiva, com emissão de advertências, além de possibilitar a programação do idioma do display em português, inglês e espanhol. O equipamento deverá contar com teclas auxiliares para seleção de modo de operação, silenciamento de alarmes, desbloqueio para temperaturas superiores a 37°C e acesso ao menu principal. Deverá acompanhar haste com prateleira giratória incorporada, haste para bomba de infusão, sensor de temperatura de pele com conexão tipo DIN e sensor de umidade. Deverá possuir entrada para sensor auxiliar opcional, permitindo a monitorização numérica e gráfica da temperatura periférica do paciente, bem como possibilitar a monitorização do recém-nascido fora da incubadora, pelo método Mãe Canguru. O sistema deverá dispor de autoteste automático de todas as funções, travamento de teclado e saída de comunicação RS-232. O ajuste de temperatura deverá possuir resolução mínima de 0,1°C, operando, no modo ar,</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>entre 20,0°C e 37,0°C, e, no modo pele, entre 34,0°C e 38,0°C, permitindo procedimentos com temperaturas especiais acima desses limites, conforme normas técnicas, com sinalização visual específica. Deverá dispor de alarmes audiovisuais programáveis e fixos para condições de hipotermia, hipertermia, falhas de energia, falhas de sensores, falhas de aquecimento, falhas de ventilação, deslocamento de sensores, alta umidade, falta de água e demais situações críticas, com alimentação por bateria recarregável para alarmes em caso de interrupção do fornecimento elétrico. O sistema deverá apresentar precisão termostática mínima de <math>\pm 0,2^\circ\text{C}</math>, desligamento automático em caso de alta temperatura, sistema redundante de segurança, indicação da potência proporcional do aquecedor, registro de data, horário e tempo de uso, além de retenção em memória dos parâmetros programados em caso de falta de energia. A incubadora deverá dispor de sistema programável de umidade servoativa, ajustável aproximadamente entre 30% e 95%, com incrementos de 1%, integrado ao sistema de aquecimento, garantindo ambiente estável e distribuição uniforme do calor, minimizando perdas térmicas por evaporação e distúrbios hidroeletrolíticos em prematuros. O sistema de umidificação deverá ser autônomo, sem necessidade de injeção externa de gás, com reservatório de água removível, autoclavável, com capacidade mínima para 24 horas de operação em alta umidade. O controle de temperatura, umidade e concentração de oxigênio deverá ocorrer por meio de sistema de circulação forçada de ar, com aspiração de ar ambiente microfiltrado, aquecimento, umidificação e enriquecimento com oxigênio, garantindo distribuição homogênea e evitando acúmulo de dióxido de carbono no interior da cúpula. O aquecedor deverá ser do tipo</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	antipirólítico, com resistência de grande superfície e elevada durabilidade, prevenindo reações químicas indesejáveis com substâncias voláteis. O nível de ruído interno deverá ser reduzido, inferior a aproximadamente 53 dBA, com motor e ventilador balanceados, de modo a minimizar interferências durante a auscultação do recém-nascido. As entradas de ar e oxigênio deverão possuir filtros independentes, capazes de reter partículas superiores a 0,5 micron. O sistema deverá permitir concentrações elevadas de oxigênio com baixo fluxo, com válvula de segurança que, em caso de interrupção do fornecimento de oxigênio, forneça automaticamente ar ambiente microfiltrado, prevenindo o acúmulo de CO <sub>2</sub> . Todos os materiais utilizados deverão ser não ferrosos, anticorrosivos, atóxicos, antialérgicos, isentos de chumbo ou componentes nocivos, sem exalação de odores prejudiciais. O equipamento deverá possuir potência de entrada aproximada de 500 W, alimentação elétrica em 127 V ou 220 V, frequência de 50/60 Hz, classe de isolamento I, parte aplicada tipo BF, proteção contra penetração de água IPX4, não sendo adequado para atmosferas explosivas. Deverá apresentar velocidade do ar sobre o colchão inferior a 0,5 m/s, concentração máxima de CO <sub>2</sub> inferior a 0,4% e possuir registro válido junto à ANVISA. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia de 12 meses com assistência técnica na região metropolitana.								
8	<b>Incubadora Neonatal de Transporte:</b> A incubadora de transporte deverá proporcionar isolamento térmico adequado, controle uniforme de temperatura, umidade e concentração de oxigênio no interior da cúpula, dentro de parâmetros normatizados, garantindo a remoção e o	Unidade			03	R\$	R\$	R\$	R\$



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>transporte do paciente de forma segura, contínua e eficiente. O equipamento deverá ser certificado em conformidade com as normas NBR IEC 60601-1 (Equipamentos Eletromédicos – Prescrições Gerais para Segurança), NBR IEC 60601-2-20 (Prescrições Particulares para Segurança de Incubadoras de Transporte), NBR IEC 60601-1-2 (Compatibilidade Eletromagnética), NBR IEC 60601-1-8 (Requisitos Gerais para Segurança e Desempenho) e NBR IEC 60601-1-6 (Usabilidade), bem como atender às normas internacionais aplicáveis relativas à descarga eletrostática, suscetibilidade radiada emissões conduzidas e radiadas e imunidade a transientes elétricos rápidos. Deverá possuir câmara de isolamento com cúpula de paredes duplas em toda a sua superfície, destinada à redução das perdas de calor por irradiação, confeccionada integralmente em acrílico transparente de elevada qualidade óptica, permitindo total visualização do paciente. A base deverá ser fabricada em material plástico leve, de alta resistência e fácil higienização. O equipamento deverá dispor de portas de acesso frontal e posterior, ambas com paredes duplas e ampla abertura, contendo, no mínimo, quatro portinholas com dispositivos de abertura e fechamento por desengate rápido, acionáveis por toque de cotovelo, dotadas de punhos elásticos e guarnições de material atóxico e lavável. Deverá possuir ainda porta de acesso lateral que permita a movimentação do leito do paciente, possibilitando sua extração parcial para manobras de intubação, mantendo a proteção da cúpula sobre o corpo, por meio de trilhos com trava de segurança. Esta porta deverá contar com portinhola tipo íris, com sistema duplo de abafadores de ar em silicone, destinada à passagem de tubos e acesso cranial. Todas as portas de acesso e a cúpula deverão ser vedadas com</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>guarnições de material atóxico, garantindo o adequado isolamento e a manutenção de leve pressão positiva no interior da câmara. A cúpula deverá dispor de, no mínimo, quatro entradas flexíveis para passagem de cabos e sondas, sem oclusão. Todo o conjunto deverá ser facilmente desmontável para limpeza e assepsia, inclusive a base superior, por meio de travas de engate rápido. O sistema deverá contar com circulação forçada de ar, assegurando a uniformização interna da temperatura e evitando o acúmulo de dióxido de carbono na câmara de isolamento. O ar admitido deverá ser microfiltrado, com retenção mínima de partículas de 0,5 micron. O aquecimento deverá ser realizado por resistência de grande superfície e alta durabilidade, do tipo antipirofítico, prevenindo a conversão de vapores orgânicos em substâncias nocivas. Deverá possuir entrada de oxigênio que permita concentrações ajustáveis aproximadamente entre 21% e 90%, com pré-aquecimento e umidificação do gás antes de sua introdução na câmara. O equipamento deverá dispor de dois suportes abertos laterais para cilindros de oxigênio ou ar comprimido, tamanho padrão, permitindo instalação e remoção manual, sem uso de ferramentas, e evitando o acúmulo de gases em caso de vazamento. O nível de ruído durante a operação deverá ser reduzido, inferior a aproximadamente 60 dBA, com motor e ventilador balanceados, minimizando interferências durante a auscultação do recém-nascido. Deverá contar com iluminação interna auxiliar por LEDs, antiofuscante, montada em haste flexível, permitindo adequada visualização do paciente durante os procedimentos, com possibilidade de ajuste conforme a inclinação da cúpula. O leito do paciente deverá ser confeccionado em material plástico atóxico e resistente. O colchão deverá ser constituído de espuma com densidade adequada ao</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>conforto do recém-nascido, confeccionado em material atóxico e autoextinguível, com capa removível, também atóxica e autoextinguível, sem costuras, prensada, evitando acúmulo de resíduos e dotada de abertura em uma das extremidades para facilitar a limpeza e a desinfecção. O equipamento deverá dispor de dois cintos de segurança ajustáveis, confeccionados em material macio e resistente. Deverá possuir chave geral de segurança e fusíveis de proteção para alimentação em corrente alternada e contínua. A umidificação deverá ser autônoma, incorporada ao equipamento, por meio de sistema de retenção de água instalado sob o leito, não necessitando de injeção externa de gás para umidificação da câmara do paciente. O equipamento deverá contar com para-choque circundante para proteção de todo o perímetro da incubadora, bem como alças bilaterais de empunhadura para facilitar sua locomoção. As principais instruções de uso e tabela de referência para concentração de oxigênio deverão estar claramente indicadas no corpo do equipamento. O painel de controle deverá ser confeccionado com membrana de policarbonato, de fácil limpeza e resistente à penetração de líquidos, dotado de teclas de toque suave. Os controles deverão ser totalmente microprocessados, permitindo operação em modo manual de controle da temperatura do ar (ATC) ou em modo servo-controlado por sensor de temperatura conectado à pele do paciente (ITC). O sistema deverá realizar autoteste automático de todas as funções. Deverá dispor de alarmes audiovisuais para falta de energia, acionados por bateria recarregável; desconexão ou ausência do sensor de pele; falha de circulação de ar; hipotermia e hipertermia, para variações iguais ou superiores a 1,0°C em relação à temperatura ajustada; alta e baixa temperatura do ar;</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>nível baixo de bateria e inversão de polaridade da alimentação externa. O equipamento deverá indicar o nível de potência da resistência de aquecimento e o modo de alimentação em uso (corrente alternada ou contínua). As temperaturas do ar e da pele, bem como os valores de ajuste, deverão ser exibidos em display de alta luminosidade, permitindo fácil leitura mesmo em ambientes com baixa iluminação. O ajuste de temperatura deverá possuir resolução mínima de 0,1°C, com teclas específicas para incremento e decremento, com sinalização sonora durante o ajuste, operando nas faixas aproximadas de 20°C a 39°C para temperatura do ar e de 34°C a 38°C para temperatura da pele. O equipamento deverá dispor de tecla para inibição de alarmes, tecla para operação com temperaturas superiores a 37,5°C e sistema de desligamento automático do aquecimento para temperaturas iguais ou superiores a 39°C. Deverá manter em memória o último valor programado de temperatura em caso de desligamento. O sistema deverá contar com módulo de alimentação vital composto por duas baterias seladas de 12 VDC e carregador automático do tipo flutuante, evitando excesso de corrente e prolongando a vida útil das baterias. Deverá dispor de entrada auxiliar de alimentação em 12 VDC, com autonomia mínima de 4 horas com carga total das baterias. A incubadora deverá operar automaticamente em alimentação elétrica entre 100 V AC e 240 V AC, bem como em corrente contínua de 12 VDC, com comutação automática para a bateria interna ou fonte externa compatível, como bateria de veículo de transporte, dispondo de alarme audiovisual para inversão de polaridade. Deverá acompanhar sensor de temperatura de pele com conexão de engate rápido, cabo de alimentação para 12 VDC com conector compatível para fonte externa e cabo de alimentação</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	elétrica conforme normas vigentes. As dimensões externas aproximadas deverão ser de 56,5 cm de largura, 102 cm de profundidade e 118 cm de altura, com potência elétrica prevista de aproximadamente 150 W em corrente alternada ou 80 W em corrente contínua, frequência de 50/60 Hz. O equipamento deverá possuir registro válido junto à ANVISA. Deverá acompanhar kit de suporte com prateleira em aço inoxidável para acomodação de monitores, respiradores, bombas de infusão e equipamentos correlatos, com capacidade mínima de carga de 10 kg. Deverá ser fornecido carro de transporte com ajuste de altura em, no mínimo, três níveis, estrutura em alumínio anodizado, dotado de quatro amortecedores pneumáticos e quatro rodízios de aproximadamente 6 polegadas de diâmetro, com banda larga e sistema de freio, bem como dispositivo de desengate rápido da estrutura, com dimensão aproximada de 27 x 70 cm. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais, enquanto perdurar o prazo de garantia de 12 meses com assistência técnica na região metropolitana.								
9	<b>Monitor Multiparâmetros Neonatal:</b> Características: Tela LCD/TFT de 12,1" touch screen resolução de 1280x800 pixels. Métodos de operação: Através de toque na tela (touch screen); Monitor modular composto de slot para módulo multiparâmetros com os parâmetros básicos (ECG / Respiração, SpO2, PNI e 2 Temperaturas) e 3 slots para módulos de parâmetros adicionais. ▪ Sistema avançado de gerenciamento de dados do paciente, com alta capacidade de armazenamento; Proteção no desligamento – Grava todos os dados ao desligar; Porta USB, porta de rede RJ45, porta HDMI, Porta Multifunções (chamada de	Unidade			10	R\$	R\$	R\$	R\$



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>enfermeira). Alça fixa, fácil de transportar; Bateria de Lítio, com autonomia para 4 horas; Possibilidade de múltiplas opções de fixação: Suporte de parede, gancho para fixação vertical, suporte com rodízios; Gerenciamento inteligente de alarmes, identificação automática do nível de alarme. Ajuste automático do tempo de alarme adequado para reduzir falsos alarmes; Alarme com 3 níveis de prioridade (baixa, média e alta).</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Análise ARR, Alarme de Apneia RESP, OxyCRG; CMRR&gt;106 dB, excelente capacidade de anti-interferência de ECG. Detecção de até 27 arritmias. Monitorização de NEWS e MEWS para detecção de degradação precoce do paciente (EWS), Avaliação do assistente clínico (CAA) – Com guia para Sepse incluindo pontuação para SOFA e qSOFA, Terapia de pacotes SSC e terapia de suporte. Rastreio CCHD (Doença Cardíaca Congênita Crítica) para detecção 7 lesões específicas: síndrome do coração esquerdo hipoplásico, atresia pulmonar, tetralogia de Fallot (TF), retorno venoso pulmonar anômalo total, transposição das grandes artérias, atresia tricúspide e tronco arterioso, inclui módulo e sensor conforme descritivo abaixo. Oxícardiorespirograma, ▪ Análise ARR, Alarme de Apneia RESP, OxyCRG; Full Disclosure (Formas de Onda de Transp Total): 48 horas. Dados de Tendência: 160 horas</li><li>▪ Apresentação de até 8 formas de onda simultaneamente na tela. Configurado com os seguintes parâmetros: ECG (cabo de 3 vias), FR (Frequência Respiratória), SpO2 (oximetria) com possibilidade de oximetria Nellcor ou Masimo, NIBP (Pressão Não Invasiva), RESPIRAÇÃO, TEMPERATURA (2 CANAIS) Bateria de Lítio com autonomia de 04 horas. ▪ IBP (PRESSÃO INVASIVA) – 02 canais. Capnografia Sidestream Acessórios que acompanham cada aparelho: 01 Cabo de alimentação, 01 Cabo de ECG de 3 Vias RN</li></ul>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>01 Cabo extensor para sensor de SpO2, 01 Cabo de SPO2 neonato tipo Y 01 Tubo para NIBP (pressão não invasiva), 01 Conjunto vários tamanhos de braçadeiras neonatal para NIBP sem látex em velcro, 01 Sensor de temperatura de pele neonatal 01 Suporte de parede 01 Bateria de Lítio com autonomia para 04 horas, 01 Manual de operação em português. 01 Certificado de calibração e teste de segurança elétrica Especificações Técnicas Segurança Grau de proteção contra entrada de água: Modulo RGM: IPX4, KPM IPX2, Outros IPX 1 Tamanho e Peso Dimensões: 308 mm (L) x 283mm (A) x 177mm (P) Peso: 3,5 kg (com bateria). Ambiente Operacional Alimentação: 100 a 240 VAC, 50 / 60 Hz Temperatura: 5 a 40 °C Umidade: 5% ~ 95 % (não condensado) Tipos de Paciente Adulto, Pediátrico e Neonato Especificações de Desempenho Tela: TFT/LCD Colorida de 12,1 polegadas Resolução:1280 x 800 pixels Traçado: até 8 formas de onda Bateria: Lítio, recarregável, com autonomia mínima 4 horas de funcionamento contínuo; Indicadores: Alarme, Alimentação, Bateria, Bip de QRS e Alarme Sonoro Oxícardiorrespirograma: SIM Rede: Conexão com ou sem fio (wireless; opcional) à Central de Monitorização. Interface: RJ45 - porta de Rede, para ligação à central de monitorização ou outros dispositivos. 4 portas USB - podem ser utilizadas para ligar um mouse, teclado, impressora, Scanner USB e outros dispositivos, além de atualização de software através da USB Porta multifunções pode ser utilizada para chamada de enfermeira, como porta de sinal de sincronização de desfibrilação e pode ser usada como porta de saída de sinais analógicos. Porta HDMI – pode ser ligada a uma tela HD externa para monitorização em tempo real no monitor externo. Memória para evento de alarme: até 2000 grupos Memória de ondas: 48 h Full Disclosure</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

(Formas de Onda de Transp Total): 48 horas Tempo de Tendência: até 160 horas Alarme: Sonoro e Visual, alto e baixo ajustável pelo usuário, com 3 níveis de limites, para todos os parâmetros e situações, com memória automática. ECG Cabo: 3 Vias Forma de Onda de ECG: Padrão ou Cabrera. Seleção de Ganho: x0.125, x0.25, x0.5, x1, x2, x4, auto Velocidade de Varredura: 6.25, 12.5, 25, 50mm/s Faixa de Frequência Cardíaca: Adulto: 15 a 300 bpm; Pediátrico e Neonatal: 15 a 350 bpm Exatidão: $\pm 1$ bpm Resolução: 1 bpm Proteção Contra Interferências de eletrocirurgia: Suporta Corte 300W e modo Coagulação até 100W; Isolamento a prova de desfibrilação. Taxa de Rejeição em Modo Comum (CMRR): Modo Diagnóstico: $\geq 90$ dB; Modo Monitor e Modo Cirurgia: $\geq 106$ dB Modos de Operação: Diagnóstico, Monitor e Cirurgia Resposta de Frequência (Largura da banda): Diagnóstico: 0,05 a 150 Hz; Monitor: 0,5 a 40 Hz; Cirurgia: 1 a 20 Hz Modo ST: 0.05Hz a 40 Hz Escala do Sinal: 1 mV $\pm 5\%$ Faixa de Alarme: 15 a 350 bpm Detecção de Marcapasso: SIM Detecção do Segmento ST: SIM Faixa de Medida: - 2,5 mV a 2,5 mV (automático) Análise de Arritmia: SIM, até 27 arritmias. Análise de ECG de 12 Derivações: SIM Indicador de eletrodo: indicador áudio e visual Análise do segmento S-T, com indicação gráfica circular e medição de valores de ST para as derivações apresentadas. Análise QT/QTc 200ms – 800ms, QT-HR 15bpm-150bpm (adulto), 15bpm – 180 bpm (ped, Neo) Resumo do ECG de 24 horas incluindo: Estatísticas de frequência cardíaca, estatísticas de eventos de arritmia, estatísticas de valor de medição QT/QTc, estatísticas de ST máximo e mínimo para cada derivação, estatísticas de ritmo, forma de onda típica de ECG. Respiração Método: Impedância Torácica Faixa de medida da Frequência Respiratória: 0 - 120 rpm $\pm 1$ rpm; 121 a 200								
---	--	--	--	--	--	--	--	--





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>rpm <math>\pm 2</math>rpm; Alarme de Apneia ajustável: Adulto: 10s – 60s, Ped/Neo: 10s – 40s. Velocidade de varredura: 3, 6.25, 12.5, 25 e 50mm/s Seleção de Ganho: 2,5 mm/mV (<math>\times 0,25</math>), 5 mm/mV (<math>\times 0,5</math>), 10 mm/mV (<math>\times 1</math>), 20 mm/mV (<math>\times 2</math>), 30 mm/mV (<math>\times 3</math>), 40 mm/mV (<math>\times 4</math>), 50 mm/mV (<math>\times 5</math>) Pressão Não Invasiva (PNI) Método: Oscilométrico Modos de Operação: Manual, Automático, Contínuo (STAT) Tempo de medida automática: ajustável de 1, 2, 2.5, 3, 4, 5, 10, 15, 30, 60, 90, 120, 180, 240, 480, 720 minutos. Unidade de medida: mmHg / Kpa (selecionável) Tipos de Medida: Pressão Arterial Sistólica, Pressão Arterial Diastólica, Pressão Arterial Média, Frequência de pulso (FP) na lista de NIBP Faixa de Medida: Adulto: 10 a 290 mmHg; Pediátrico: 10 a 250 mmHg; Neonato: 10 a 140 mmHg Proteção contra sobrepressão: proteção de segurança dupla (hardware e software) Precisão da medição da pressão arterial: <math>\pm 3</math>mmHg (<math>\pm 0.4</math>kpa) Alarme: sistólico, diastólico, média Frequência Respiratória NIBP: 40 – 240 bpm Temperatura (Superficial e Intracavitária) Canal: 2 canais, T1, T2, TD (diferença de temperatura) Faixa de Medida: 0 a 50 °C Resolução: 0,1 °C Exatidão: <math>\pm 0,1</math> °C (sem incluir o sensor) Permite a leitura da temperatura corporal de até dois canais de temperatura. Permite calcular a diferença entre dois locais de medição. Permite a medida da temperatura axilar, esofágica e retal. SpO2 Faixa de Medida: 0 a 100% Resolução: 1% Exatidão: 0 a 69: não definido; 70 a 100%: <math>\pm 3\%</math> (Adulto e Pediátrico), <math>\pm 3\%</math> (Neonato) Faixa do alarme: 0 a 100% PI (índice de perfusão): 0.05 – 20.0 Faixa de Frequência de Pulso: 20 a 300 bpm Resolução: 1 bpm Exatidão: <math>\pm 2</math> bpm (sem movimento) Faixa do alarme: 15 a 300 bpm Pressão Arterial Invasiva (PI) Canal: até 08 canais Pressão Medida: ART (pressão arterial), PA (pressão da artéria pulmonar), CVP (pressão venosa</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	central), RAP (pressão atrial direita), LAP (pressão atrial esquerda), ICP (pressão intracraniana), AO (pressão aórtica), UAP (pressão da artéria umbilical), BAP (pressão da artéria braquial), FAP (pressão da artéria femoral), UVP (pressão da veia umbilical), UAP (pressão arterial umbilical), LV (pressão ventricular esquerda), IAP (pressão intra-abdominal), CPP (pressão de perfusão cerebral) P1, P2, P3, P4 (a pressão de expansão é determinada pelo número de canais IBP) Faixa de Medida: -50 a 370 mmHg Faixa de alarme: -50 a 370 mmHg Resolução: 1 mmHg Exatidão: ±1 mmHg ou ±2% (o que for maior) Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.								
10	<b>Ressuscitador Neonatal Mecânico com Carrinho e Acessórios:</b> O ressuscitador infantil portátil deverá ser destinado à ventilação pulmonar mecânica manual não invasiva de recém-nascidos e lactentes, indicado para utilização em unidades de terapia intensiva neonatal, transporte intra e extra-hospitalar, pronto-socorro, salas de parto, centros cirúrgicos e demais ambientes assistenciais, possibilitando a otimização da complacência pulmonar e das trocas gasosas por meio da manutenção contínua e segura do fluxo ventilatório. O equipamento deverá ser construído em caixa injetada em plástico de engenharia, montada sobre carrinho móvel, com coluna de sustentação dotada de base com, no mínimo, quatro rodízios providos de sistema de freio, bem como base de apoio destinada ao acoplamento do equipamento, garantindo mobilidade, estabilidade e segurança durante o uso em ambientes assistenciais. Deverá possuir alça integrada, facilitando o transporte	Unidade			01	R\$	R\$	R\$	R\$



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>quando desacoplado do carrinho. O sistema deverá operar com limitação de pressão, mantendo os parâmetros previamente ajustados, e permitir frequência ventilatória manual, determinada pelo ritmo de oclusão digital intermitente, possibilitando procedimentos realizados de forma prática, segura e com menor fadiga do operador. Deverá permitir ajuste rápido, preciso e seguro da pressão inspiratória (PIP), da pressão positiva no final da expiração (PEEP) e da pressão de segurança, conforme a indicação clínica de cada paciente, assegurando ventilação eficaz, adequada oxigenação e prevenção de atelectasia, barotrauma, volutrauma e demais lesões pulmonares. O controle e ajuste da pressão de segurança deverão ser realizados por meio de válvula mecânica localizada no painel frontal. O painel frontal deverá dispor de manovacuômetro para monitorização das pressões aplicadas, válvula de alívio para ajuste da pressão máxima, dotada de tampão de proteção contra alterações inadvertidas, válvula mecânica para controle da pressão inspiratória, conector para entrada de gás e dispositivo apropriado para saída de gás. O equipamento deverá ser operado por meio de fontes de ar comprimido ou oxigênio, podendo ser acoplado a dispositivo misturador externo de gases do tipo blender ou sistema equivalente, permitindo o ajuste da fração inspirada de oxigênio (FiO<sub>2</sub>) conforme a necessidade clínica. Deverá apresentar fluxo contínuo, com faixa mínima de atuação de pressão entre -20 e 80 cmH<sub>2</sub>O, e pressão máxima ajustável entre aproximadamente 65 e 80 cmH<sub>2</sub>O, conforme o fluxo de entrada. O equipamento deverá ser fornecido com mangueira de entrada de gás com conexão dupla, com comprimento aproximado de 1,20 metro, tubo corrugado com válvula em "T" para controle e regulação da PEEP, conjunto de, no mínimo,</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	três máscaras faciais redondas em silicone, autoclaváveis e adequadas ao uso neonatal, em tamanhos variados, bem como pulmão teste em silicone, isento de látex. As dimensões aproximadas da unidade principal deverão ser de 20 cm de largura, 9 cm de profundidade e 26 cm de altura. A coluna do carrinho deverá possuir altura aproximada de 96 cm. O conjunto deverá apresentar peso máximo aproximado de 4 kg, assegurando facilidade de transporte e manuseio. O equipamento deverá acompanhar dispositivo misturador de gases acoplado lateralmente, permitindo o ajuste da fração inspirada de oxigênio (FiO <sub>2</sub> ) de acordo com a necessidade clínica, bem como mangueiras para oxigênio e ar comprimido com comprimento aproximado de 1,5 metro e fluxômetro com conector compatível para mangueira de entrada de gases. O fornecimento não deverá incluir cilindros de gases. O produto deverá possuir registro válido junto à ANVISA, em conformidade com a legislação sanitária vigente. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.								
11	<b>Ressuscitador Infantil Mecânico de Mesa:</b> O ventilador mecânico manual em sistema em "T" deverá ser equipamento portátil destinado à ventilação pulmonar mecânica manual de recém-nascidos, indicado para uso em unidades de terapia intensiva neonatal, salas de parto, pronto-socorro, apoio em transportes intra e extrahospitalares e demais ambientes assistenciais, possibilitando a otimização da complacência pulmonar e das trocas gasosas por meio da manutenção contínua, controlada e segura das pressões aplicadas durante a ventilação. O equipamento	Unidade			04	R\$	R\$	R\$	R\$



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>deverá ser construído em caixa injetada em plástico de engenharia, com alça integrada para facilitar o transporte, e base de apoio em plástico de engenharia dotada de, no mínimo, quatro pés em silicone do tipo ventosa, assegurando estabilidade e fixação adequada em superfícies planas e lisas. Deverá permitir a oferta de pressão inspiratória e pressão positiva no final da expiração (PEEP) constantes, com ajustes precisos e contínuos conforme a resposta clínica do paciente, bem como dispor de sistema de limitação da pressão máxima em níveis seguros. O manuseio deverá ser simples e intuitivo, proporcionando excelente interação de uso pelo profissional assistencial. O painel frontal deverá possuir manômetro analógico para monitorização das pressões, válvulas mecânicas independentes para ajuste e controle da pressão inspiratória e da pressão máxima de segurança, além de conexões apropriadas para entrada e saída de gases. A válvula de controle da PEEP deverá estar localizada diretamente na peça em "T", a qual deverá possuir conexão universal compatível com máscaras faciais e tubos endotraqueais. Os ajustes da pressão inspiratória e da PEEP deverão ser realizados de forma rápida e segura, assegurando uma gestão eficaz das vias aéreas, com ventilação gentil, enchimento alveolar adequado sem distensão excessiva e adequada oxigenação do paciente. A frequência ventilatória deverá ser determinada manualmente, por meio de oclusão digital intermitente, permitindo a realização dos procedimentos de maneira prática e com menor fadiga do operador. O equipamento deverá operar exclusivamente por meio de mistura de ar comprimido e oxigênio fornecida por dispositivo misturador de gases (blender), permitindo ajuste da fração inspirada de oxigênio (FiO<sub>2</sub>) em ampla faixa, aproximadamente de 21% a 100%, conforme a necessidade clínica. Deverá</p>								
--	--	--	--	--	--	--	--	--



# MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

	<p>operar com fluxo contínuo de até aproximadamente 15 litros por minuto, com faixa de atuação de pressão entre 0 e 80 cmH<sub>2</sub>O, de acordo com o fluxo de entrada. O painel frontal deverá contar com manômetro graduado em faixa aproximada de -20 a 80 cmH<sub>2</sub>O, válvula de alívio para ajuste da pressão máxima, dotada de tampão de proteção para evitar alterações inadvertidas, válvula de controle da pressão inspiratória e conectores apropriados para entrada e saída de gases. O equipamento deverá ser fornecido com dispositivo misturador de gases acoplado lateralmente, mangueiras para oxigênio e ar comprimido com comprimento aproximado de 1,5 metro, fluxômetro com conector compatível para mangueira de entrada de gases, mangueira com conexão dupla de entrada de gás com comprimento aproximado de 2,10 metros, tubo corrugado com válvula em "T" para ajuste da PEEP, conjunto de, no mínimo, três máscaras faciais redondas em silicone, autoclaváveis e de tamanhos variados para uso neonatal, bem como pulmão teste em silicone, isento de látex. As dimensões aproximadas do equipamento deverão ser de 20 cm de largura, 9 cm de profundidade e 26 cm de altura, com peso máximo de aproximadamente 4 kg, garantindo facilidade de transporte e manuseio. O produto deverá possuir registro válido junto à ANVISA, conforme a legislação sanitária vigente. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.</p>								
12	<p><b>Ventilador Respirador Pulmonar Neonatal:</b> Características mínimas, ventilador pulmonar, eletrônico microprocessado, para assistência ventilatória mecânica em pacientes adultos, pediátricos e neonatos, para uso</p>	Unidade			10	R\$	R\$	R\$	R\$



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>em unidades de tratamento intensivo, semi-intensivo. Deve possuir faixas de ajuste específicos ou seleção automática baseada no peso para os grupos de pacientes adultos, pediátricos e neonatos, evitando acidentes que administrem grandes volumes nos mesmos. Deve operar com os gases oxigênio, proveniente de redes de alta pressão canalizadas ou cilindros medicinais e gerar seu próprio ar comprimido, através de compressor interno ou sistemas de turbina ou ainda blower. Deve possuir misturador dos gases ar/o<sub>2</sub> eletrônico interno ao ventilador; monitorar a concentração de oxigênio no gás inspirado pelo paciente (fio<sub>2</sub>) através de analisador de o<sub>2</sub> integrado ao ventilador. Todas as modalidades a pressão controlada devem compensar possíveis vazamentos automaticamente. Devem estar disponíveis modalidades de ventilação não invasivas com o uso de dispositivos de interface como máscaras faciais e prongas nasais (no caso de neonatos) e ainda terapia de oxigênio (alto fluxo). Deve possuir modalidades de desmame semiautomático, pelo menos para pacientes pediátricos/adultos, baseadas em respostas metabólicas, atividade neural, mecânica respiratória ou deduções fisiológicas. Deve possuir tela colorida de no mínimo 15 polegadas de diagonal, com comandos sensíveis ao toque (touch screen) e mecanismo de proteção contra acionamentos acidentais. Deve mostrar pelo menos três curvas simultâneas dos parâmetros ventilatórios. Possuir nebulizador de medicação integrado e sincronizado com a inspiração. Deve possuir capnografia volumétrica pelo sistema de fluxo principal (mainstream) que quando instalado, deve mostrar os parâmetros monitorados e seus respectivos alarmes na tela do ventilador. Possuir registro válido na ANVISA-MS e certificados IEC INMETRO pertinentes à classe do</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>produto. Modalidades de ventilação invasiva e não invasiva: pcv - ventilação controlada por pressão p-a/c - ventilação por pressão assistido controlada pc-simv - ventilação mandatória interm. sincronizada bilevel - ventilação bifásica aprv - ventilação com liberação de pressão de vias aéreas cpap - pressão contínua positiva psv - ventilação por pressão de suporte vcv - ventilação controlada a volume v-a/c - ventilação assistida controla a volume vc-simv - ventilação mandatória intermitente sincronizada - volume controlada prvc vsv não invasivo cpap - pressão contínua positiva nasal ou cpap back-up para todos os modos ventilatórios programável insuflação manual ou respiração manual modo ventilatório avançado -recurso para enriquecimento de o2 na mistura gasosa entregue ao paciente, para realização de procedimentos de aspiração e retorno automático para concentração original; - ventilação de reserva (backup) para todos os modos espontâneos e assistidos; - sensibilidade a fluxo e a pressão, com disparo na inspiração (trigger); -nebulizador de medicação integrado, sincronizado com a inspiração, expiração ou modo contínuo. Função de espera (standby) para permitir desconexão intencional do paciente. características mínimas de ajuste: volume corrente: 5 ml a 2.000 ml ou maior; -frequência: de 1 a 150 rpm (respirações por minuto); pelo menos -fluxo inspiratório mínimo: 1 a 200 lpm (ajuste direto ou indireto); -pressão inspiratória de pelo menos 1 a 90 cm h2o -peep/cpap: de 0 a 50 cm h2o; -sensibilidade a pressão a partir 0,1 até 7,0 cmh2o e a fluxo de 0,1 a 7,0lpm, -suporte de pressão: 1 a 60 cm h2o, incluindo o nível da peep/cpap; -concentração de o2, através de misturador de ar/o2 incorporado (interno): 21 a 100%, com ajuste linear e, no mínimo, de 1 em 1%; -pausa inspiratória manual ou automática. -Tempo de detecção</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--



## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

<p>de apneia: mínimo de 15 segundos a 60 segundos - rampa de pressão ajustável pelo operador na ventilação a pressão -disparo expiratório na pressão de suporte ajustável de pelo menos 5% a 70%. Monitoração numérica de parâmetros ventilatórios: -pressão de vias aéreas, incluindo pico, média e -peep/cpap (pressão final das vias aéreas); - concentração de oxigênio, medida após a mistura e entregue ao paciente (fio2). - volume minuto (vm) expirado; -volume corrente (vc) expirado; -frequência respiratória espontânea e total; - tempos inspiratório e expiratório e/ou relação i:e; - fluxos inspiratório e expiratório máximos; -índice de respiração superficial rápida (rsb), conhecido como índice de tobin; -pressão de oclusão a 0,1 s, conhecida como p0,1; -mecânica respiratória com complacência, - resistência, constante de tempo e autopeep. tendências monitoração gráfica: -curvas em tempo real de volume, fluxo e pressão de vias aéreas; -alças (loops) da ventilação: pressão-volume; -volumefluxo alarmes audiovisuais: -volume minuto expirado baixo/alto; - pressão de via aérea baixa/alta; -volume corrente baixo/alto; -desconexão; -concentração de oxigênio inspirado baixa/alta; -frequência respiratória baixa/alta; -tempo de detecção de apneia; -falta de energia; - bateria; -histórico dos alarmes ativados com seus respectivos horários; -possibilidade de silenciar o alarme. Acompanha manual operacional do equipamento em português. Exigências: o equipamento deve possuir registro na ANVISA, e a documentação comprobatória deverá ser apresentada pela empresa vencedora. A avaliação técnica do equipamento será realizada com base no manual registrado na ANVISA. Deverá ser fornecido sem ônus, treinamento a equipe operacional conforme a necessidade da instituição o equipamento deverá vir de fábrica com certificado de</p>								
---	--	--	--	--	--	--	--	--

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

	calibração com validade de 1 ano. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.								
13	<b>Ventilador Pulmonar de Transporte Neonatal:</b> <b>Características gerais:</b> Ventilador de emergência para transporte, microprocessado, portátil, destinado ao transporte de pacientes adultos, pediátricos, para uso em ambulância e transporte intra hospitalar. Ventilação invasiva e não invasiva com compensação de fugas, com índice de proteção no mínimo IP31. Peso, no máximo 4,0 Kg Modos ventilatórios: Modos ventilatórios: volume controlado/assistido; SIMV; CPAP; Pressão controlado/assistido. Sistema de Monitorização: Monitoração através de tela digital dos seguintes parâmetros ventilatórios: pressão de vias aéreas; volume minuto expiratório; frequência respiratória; PEEP. Sistema de Controles: Volume corrente: de 50 a 2000 ml, no mínimo. Tempo inspiratório de 0,25 a 5 segundos, no mínimo. Frequência respiratória de 2 a 60 rpm, no mínimo. Sensibilidade ajustável a fluxo e/ou a pressão Porcentagem de oxigênio ajustável de 35 a 100%, no mínimo. PEEP/ CPAP interno ajustável eletronicamente de 0 a 20 cm H2O. Pausa inspiratória ajustável de pelo menos 5 segundos Pressão de suporte: de 5 a 15 cmH2O no mínimo. Pressão controlada/assistida: de 5 a 60 cmH2O no mínimo. Ventilação de apneia para todos os modos ventilatórios espontâneos, incluindo CPAP. Alarmes audiovisuais: Pressão máxima e mínima de vias aéreas. Apneia; Carga de bateria baixa; Baixa pressão de oxigênio. Tecla de silenciamento de alarme por 120 segundos Recursos: Bateria interna, recarregável, com autonomia de no	Unidade			03	R\$	R\$	R\$	R\$

**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

	mínimo 4 horas. Alimentação elétrica a partir de rede ac/dc de 100 a 240V/50 a 60Hz, com comutação automática. Possibilidade futura de incorporar monitoração de capnografia. Acessórios Mínimos: Dois Circuitos para cada aparelho, autoclaváveis, de fácil montagem, limpeza e esterilização para paciente adulto. Dois sensores de fluxo adulto com mangueiras de medição - Duas válvulas expiratórias completas com o diafragma. - Uma Mangueira para conexão da rede de oxigênio. - Sistema de fixação para suporte em macas. – E demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento. Informações Complementares: Fornecer treinamento para manuseio do equipamento. Garantia mínima de 12 meses no local de instalação do equipamento com encaminhamento de técnico sem custos de deslocamento ou outras taxas adicionais enquanto perdurar o prazo de garantia com assistência técnica na região metropolitana.								
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 01 (mensal)</b>							<b>R\$</b>		
<b>VALOR TOTAL ANUAL</b>							<b>R\$</b>		
<b>VALOR TOTAL BIÊNIO</b>							<b>R\$</b>		



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXX, QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA  
BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A XXX (NOME DO  
CONTRATADO)**

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presente **(secretários(as) requisitantes)**, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado **CONTRATADO**, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **6083/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7929/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do pregão eletrônico n. 089/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de locação de equipamentos hospitalares para uso na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal do Complexo Hospitalar Irmã Dulce, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

**Lote 1:** ...

**Item 1:** ...

**Item 2:** ...

**1.3.** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3.1.** O Termo de Referência;

**1.3.2.** O Edital da Licitação;

**1.3.3.** A proposta do CONTRATADO; e

**1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.1.1.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**a)** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

**b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**c)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**d)** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

**e)** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.2.** O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**2.3.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.4.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**2.5.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO**

**3.1.** Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO**

**5.1. DO VALOR**

**5.1.1.** O valor mensal da contratação é de R\$ **XXX (por extenso)**, perfazendo o valor total de R\$ **XXX (por extenso)**.

**5.1.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.2. DO PAGAMENTO**

**5.2.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

**6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **XX/XX/XXXX (DD/MM/AAAA)**.

**6.2.** Após o interregno de 1 (um) ano, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste dos preços até o término da vigência contratual, sendo que os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente a época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado "pro-rata die", exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**6.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**6.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**6.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



**6.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

**7.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

**7.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**7.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**7.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**7.1.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.1.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

**7.1.7.** Aplicar ao CONTRATADO sanção motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

**7.1.8.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

**7.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**8.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**8.1.1.** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**8.1.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

**8.1.3.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato,

**8.1.4.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**8.1.5.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**8.1.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;





**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**8.1.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**8.1.8.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.1.9.** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**8.1.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**8.1.11.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**8.1.12.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**8.1.13.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**8.1.14.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**8.1.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**8.1.16.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**8.1.17.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**8.1.18.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**8.1.19.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

**8.1.19.1.** No caso específico da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (art. 429 da CLT);



**8.1.20.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

**8.1.21.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**8.1.22.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.1.23.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**9.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**9.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**9.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**9.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**9.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**9.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**9.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**9.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**9.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**9.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**9.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**9.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



**9.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

**11.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**11.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**11.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**11.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**11.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**11.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**11.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**11.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**11.2.1. Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.2.2. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “11.1.2. a 11.1.4.” do item 10.1. deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “11.1.5 a 11.1.8.” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “11.1.2. a 11.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**11.2.4. Multa:**

**11.2.4.1.** Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida do primeiro ao vigésimo dia e **1% (um por cento)** do vigésimo primeiro ao trigésimo dia;

**11.2.4.2.** O atraso superior a **30 (trinta)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.4.3.** Compensatória de **15% (quinze por cento)** sobre o valor total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

**11.2.4.4** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

**11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

- 11.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):
- 11.7.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 11.7.2.** As peculiaridades do caso concreto;
  - 11.7.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 11.7.4.** Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
  - 11.7.5.** Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.9.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.10.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 12.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
Estado de São Paulo

**12.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**12.2.1.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**12.3.** O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.4.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.4.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.4.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.4.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.5.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**12.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.5.3.** Indenizações e multas.

**12.6.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.7.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.8.** O CONTRATANTE poderá nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	CÓD. APLICAÇÃO	DESPESA
SESAP	10.07.00/10.302.1005.2365/3.3.90.39.12	01 - Municipal	302.00.00	4994

**13.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.



#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei 14.133, de 2021).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

**16.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

**17.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Contrato.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, ....., digitei, assino e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 202X, ano ..... da emancipação político administrativa.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS:

1-

2-

Processo Administrativo nº 6083/2026.

## Verificação de assinatura

Código de verificação:

3MI7CXQK 4XB2YJ4N UD3QBXAN VIZH6ZUA



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

**Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.**

Lista de assinaturas: